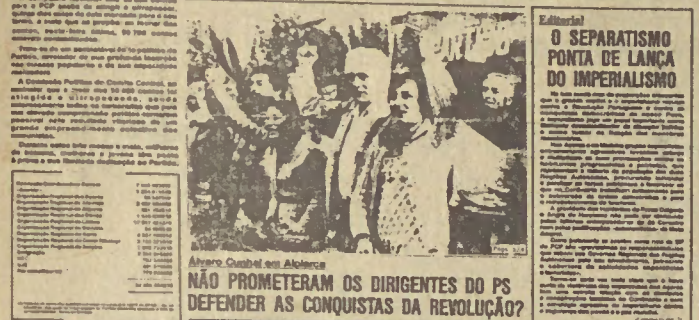


ULTRAPASSAMOS 50 000 CONTOS!

A Comissão Política do Comité Central, ao assinalar que a meta dos 50 000 contos foi atingida e ultrapassada, saudou calorosamente todos os camaradas que pela sua elevada compreensão política tornaram possível este resultado vitorioso de um grande empreendimento colectivo dos comunistas



SAIR DA CRISE!
com os trabalhadores
num grande
esforço nacional

**Conferência
Económica
do PCP**

ENCONTRO NACIONAL DO MOM

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO

A 13 de Janeiro de 1977, o «Avante!» anunciava a decisão da Comissão Política do Comité Central de lançar uma grande campanha de fundos que...

... quatro meses depois atingia a meta prevista, transformando-se numa grande vitória política cujo significado os resultados finais ainda mais reforçam

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 000 CONTOS

Saldo final:
69 544 437\$10

POSIÇÃO EM 13 DE JANEIRO — — TOTAIS ACUMULADOS

Comissão Coordenadora Central	10 243 519\$00
«Avante!»	1 513 565\$40
Organização Regional dos Açores	71 798\$20
Organização Regional do Alentejo	3 473 840\$90
Organização Regional do Algarve	1 088 910\$00
Organização Regional das Beiras	2 282 321\$20
Organização Regional de Lisboa	23 685 012\$80
Organização Regional da Madeira	95 099\$80
Organização Regional do Norte	6 237 537\$30
Organização Regional do Oeste e Ribatejo	4 001 447\$30
Organização Regional de Setúbal	10 437 115\$10
Emigração	4 931 455\$70
U.E.C.	901 917\$70
U.J.C.	580 896\$70

TOTAL 69 544 437\$10

RECEITAS POR NATUREZAS

Donativos (rubricas)	18 341 473\$55
Listas	17 512 605\$45
Coupons	10 467 293\$10
Festas e espectáculos	6 255 657\$50
Dias de salário	4 859 281\$30
Sorteios	4 374 987\$60
Iniciativas diversas	1 938 727\$10
Vendas	1 972 881\$70
Leilões	1 158 662\$60
Porta-a-porta e colectas nas ruas	1 009 383\$20
Juros bancários	597 458\$90
Autocolantes	494 737\$40
Mealheiros	243 573\$80
Por classificar	317 713\$90

TOTAL 69 544 437\$10

Na pág. 10, o «Avante!» publica as últimas rubricas da Campanha

O GOVERNO PS-CDS NÃO SERVE O PAÍS

- Crescem em todo o país os protestos contra a constituição de um governo com a participação do CDS — Pág. 5
- O grupo parlamentar comunista denunciou na Assembleia da República os acordos que visam entregar a presidência da Assembleia a partido que votou contra a Constituição — Pág. 2
- Em entrevista na televisão, o camarada Álvaro Cunhal revelou o que efectivamente aconteceu nas negociações entre o PCP e o PS — Pág. 5
- A posição dos comunistas face à nova situação exposta no discurso do secretário-geral do PCP na abertura do I Congresso da UEC — Pág. 5



CONGRESSO DA UEC

Um passo decisivo para o reforço da unidade dos estudantes portugueses na sua luta pela democracia, pela paz e pelo socialismo

Págs. 6/7



Pág. 9

A unidade e organização dos trabalhadores reforçam-se de Norte a Sul, nos sindicatos, nas empresas e respondem à ofensiva do patronato e dos divisionistas ao seu serviço

TRABALHADORES RESPONDEM À OFENSIVA DO PATRONATO



O esquerdismo

Terceiro artigo sobre a actuação dos grupelhos esquerdistas e o seu papel ao lado da reacção

Pág. 4

Editorial

COLIGAÇÃO À DIREITA EM PERSPECTIVA

O desenvolvimento da crise governativa, as soluções à vista e o amplo protesto cívico de carácter popular e nacional contra o projecto de casamento governamental PS-CDS sugerem algumas reflexões pertinentes.

É inegável que uma solução governativa com base numa coligação PS-CDS é constitucional uma vez que os dois partidos têm assento na Assembleia da República e dispõem à partida de uma maioria parlamentar necessária para fazer passar a sua política. Com a «oposição selectiva» — que melhor deveríamos chamar de «aprovação selectiva» — do PPD/PSD à política de um tal governo de coligação à direita não há dúvida que este disporá duma base de apoio parlamentar mais ampla e maioritária. Poderemos porém, dizer com absoluta segurança que esta amplitude da base parlamentar de apoio ao projectado governo é inversamente proporcional à amplitude da sua base social.

A coligação PS-CDS é o casamento de um partido que se afirma democrático e de esquerda com outro que representa a extrema-direita legal, que votou contra a Constituição da República e cuja democracia é, nas zonas em que domina, a da moça, a da bomba, a da violência.

O PS está já a pagar as custas deste matrimónio com sérias defecções nas suas fileiras e grandes deslocamentos da sua base de apoio, que de maneira significativa lhe vira as costas.

(Continua na pág. 2)

- Importante encontro de trabalho em Évora Pág. 8

- Nota da SIP do PCP sobre as alterações na constituição da FEPU Pág. 4



POVO UNIDO

ENQUANTO CORTA O CRÉDITO ÀS UCPs QUE TRABALHAM A TERRA O MAP ENTREGOU 40 MIL CONTOS AOS AGRÁRIOS QUE A ABANDONAM

Pág. 12

Editorial

(Continuação da pág. 1)

Optar pelo acordo político e de governo com o CDS à custa da ruptura do acordo político com o PCP, cuja responsabilidade cabe inteiramente aos dirigentes socialistas, não favorece antes prejudica a imagem democrática e de esquerda do PS perante os seus militantes e eleitores.

Por outro lado acreditado no «democratismo» e na sinceridade dos partidos da direita reacçãoária, é decididamente desprezar as lições da experiência histórica, é abrir o caminho para a transmissão dos comandos à direita reacçãoária.

Aprender com a História não é propriamente um mérito de certos dirigentes políticos mais em foco no após 25 de Abril. E entretanto a nossa experiência histórica é instrutiva.

O processo revolucionário português contém, afinal como qualquer outro, em escala maior ou menor, inúmeras facetas originais. As grandes transformações políticas, económicas e sociais produzidas no Portugal democrático após o 25 de Abril tiveram um «motor» fora de série, cujas componentes não encontram analogias nem nos caminhos nem nas formas tradicionais. Isto lhe imprimiu uma dinâmica particular numa trajectória marcada por contradições difíceis de compreender à primeira vista mas que fortemente o condicionaram.

Quais os aspectos mais contraditórios deste processo?

Em primeiro lugar as duas componentes fundamentais — o movimento popular e democrático e o Movimento das Forças Armadas — obviamente de características diferentes, possuíam também, além disso, o seu dinamismo próprio nem sempre convergente.

O desenvolvimento desigual destas duas componentes está na base das sensíveis mudanças operadas na situação nacional nos últimos três anos. Mas, diferentes nas características e na dinâmica, não foram nem poderão vir a ser sob risco de sérias conotações na vida dos portugueses, compartimentos estanques e ainda menos fortes de sinal contrário.

Em segundo lugar as grandes transformações políticas, económicas e sociais da nossa jovem democracia puderam realizar-se e ganhar categoria jurídica na Constituição da República sem que se dispusesse de órgãos de poder político correspondente, designadamente ao nível de governo, por vezes mesmo defrontando, como sucedeu nos 16 meses do Governo PS agora demissionário, uma acção governativa abertamente orientada para a destruição das conquistas da Revolução.

Precisamente é nestas duas direcções fundamentais — a reacção contra hoje os seus ataques: desestabilizar a situação político-militar para por as Forças Armadas ao movimento popular e democrático; domesticar o PS para lhe arrancar as alavancas do Poder e assumir directamente o controlo do aparelho político — els os grandes objectivos da direita reacçãoária.

Neste quadro pode-se compreender melhor porquê os dirigentes do PS cederam às pressões do CDS e, através dele, da direita reacçãoária rompendo as negociações com o PCP, porquê o fogo cerrado dos partidos da direita reacçãoária acolitados pela campanha divisionista e anticomunista dos pseudo-revolucionários e radicalistas da UDP e outros grupelhos esquerdistas, contra qualquer acordo político entre o PS e o PCP.

Ao mesmo tempo que os partidos da direita fazem fogo de barragem contra o PCP, desenham-se uma tendência para substituir o acordo político com os comunistas por uma espécie de «pacto social» com os trabalhadores — com os «parcelos sociais» — à margem do PCP e à boa maneira capitalista.

O «pacto social», de modelo capitalista, que submete aos interesses dos monopólios os interesses e o bem-estar social dos trabalhadores, já deu as suas provas. Graças a ele alargou-se ainda mais o fosso entre os preços e os salários, cresceu o número dos sem trabalho, acentuou-se o ritmo inflacionário na economia, decresceu a taxa de desenvolvimento económico dos países que o conheceram.

É significativo que no acordo com o CDS, o PS tenha aceite as exigências do FMI de «atenuar o ritmo de crescimento da economia» e se estabeleça a imediata regulamentação da lei para a entrega das indemnizações aos grandes capitalistas apresentada à Assembleia da República pelo PPD e votada pelo PS e o CDS contra o voto dos comunistas.

Sem os trabalhadores é, porém, impossível sair da crise e quem diz sem os trabalhadores diz sem o PCP que é o grande partido político da classe operária portuguesa, o verdadeiro partido dos trabalhadores sem o qual não se pode contar com uma verdadeira política de recuperação económica do País.

Que vai agora fazer o PS? Que política se propõe levar à prática na coligação de governo com o CDS?

O grande movimento cívico nacional de protesto contra a formação de um governo de coligação à direita com o CDS mostra que a reactivação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo PS sozinho derrotado em 8 de Dezembro, encontraria pela frente a resistência crescente e organizada dos trabalhadores.

Há reivindicações cuja satisfação não pode ser adiada!

Os trabalhadores socialistas ao lado dos comunistas e de todos os seus irmãos de classe veriam com apreensão um conluio com a direita carrear novas ameaças aos salários, ao direito ao trabalho, ao bem-estar social, à elevação do nível material e cultural dos trabalhadores.

O PCP não poupou esforços para um entendimento com o PS para que chegassem a bom termo o diálogo e as negociações com os dirigentes do PS para em conjunto se encontrarem soluções corretas para os problemas nacionais, para, ao fim e ao cabo, se encontrar em conjunto uma saída democrática para a crise.

O PCP mostrou-se aberto para em conjunto com os órgãos de soberania, nomeadamente a Presidência da República, garante da Constituição, a Assembleia da República, o Conselho da Revolução e o próprio Governo do PS, trabalhar para a defesa da legalidade democrática expressa na Constituição, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo de gestão, dos direitos e liberdades dos cidadãos.

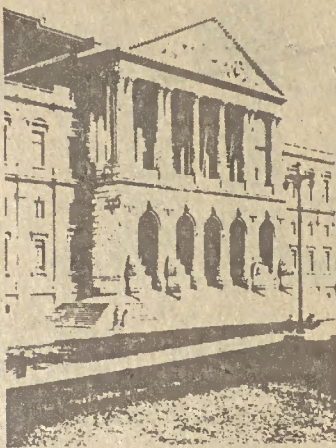
Existia a possibilidade real de encontrar uma solução. O rompimento das negociações com o PCP e a coligação com o CDS comprometeram um acordo político que abria condições favoráveis a uma colaboração mais vasta entre os dois partidos para uma solução positiva dos problemas do Povo e do País, para uma plataforma política assente na defesa das conquistas da Revolução.

Temos insistido em que um dos grandes erros da direcção do PS é não ter em conta as novas realidades económicas, sociais e políticas criadas pela Revolução portuguesa.

A insistência na mesma política, presumivelmente agravada pela coligação com o CDS, conduziu à maneira infalível e a curto prazo a novos fracassos.

Vemos com apreensão, já referida nos órgãos de comunicação social, incluindo os estatizados, a inclusão de elementos responsáveis do CDS em pastas ministeriais que põe nas mãos daquele partido reacçãoário postos-chaves da nossa política interna e externa, a par de exigências no aparelho de Estado e administrativo susceptíveis de orlar na gestão dos negócios públicos pontos de conflito. A coligação com o CDS agravará a situação nacional a um ponto imprevisível.

Os interesses nacionais acabarão por conduzir a uma solução democrática para a defesa das conquistas da Revolução, a qual implicará a intervenção activa dos trabalhadores, das classes laboriosas da cidade e do campo e do seu partido de classe, o PCP.



Os Comunistas na Assembleia da República

Inacreditável!

Pela mão e os votos do PS o CDS poderá ocupar a Presidência da AR...

O deputado do PCP Veiga de Oliveira proferiu, na passada quinta-feira na Assembleia da República, uma declaração política de grande importância e gravidade, e cujo teor transcrevemos seguidamente na íntegra:

Nos últimos dias, o País está suspenso dos rumores, boatos, melas notícias e notícias sobre o conteúdo dos acordos PS/CDS e da eventual formação de um governo de coligação disfarçada dos dois referidos partidos.

A nossa firme oposição a tal governo é conhecida. As nossas profundas preocupações são justificadas pelos perigos e ameaças que decorrerão para a democracia, para as conquistas da revolução, para os anseios das massas laboriosas e para a Independência nacional.

Não é entretanto ainda o momento de entrar em tal questão. Hoje queremos tão só expressar a nossa surpresa e o nosso espanto ante as notícias e afirmações de dirigentes responsáveis dos dois partidos, PS e CDS, relativamente à Presidência da Assembleia da República.

Mas vejamos primeiro os factos. Começando pelo último número do semanário "Expresso", os rumores sobre este assunto vieram a ser confirmados pelo deputado Freitas do Amaral que, interrogado, adoptou a fórmula defensiva de um "acordo sobre um candidato dos dois partidos para a próxima sessão legislativa" e, mais claramente, pelo Primeiro-Ministro em funções e Indigitado, dr. Mário Soares, que adiantou nas declarações ao "D. N.", cito: "Quero acreditar que seja mesmo um presidente do CDS".

É inacreditável! Tudo o que podíamos imaginar seria assim largamente ultrapassado.

O Presidente da Assembleia da República é eleito pelo sufrágio secreto dos deputados desta Câmara. O Presidente da Assembleia da República é, pelas suas funções, a segunda figura do Estado democrático-constitucional. O Presidente da Assembleia da República é o primeiro substituto, em caso de impedimento ou vagatura, do Presidente da República.

A Assembleia da República é por excelência o órgão do Poder mais directamente representativo da vontade popular e da democracia portuguesa.

A sua presidência não pode, não deve poder, ser

18 de Janeiro de 1934

O proletariado pode ser temporariamente derrotado, mas jamais totalmente vencido!

A data que está profundamente gravada no coração dos trabalhadores portugueses, de todos os democratas e antifascistas e, particularmente, no coração dos operários vidreiros da Marinha Grande, foi assinalada na Assembleia da República pelo deputado do PCP Joaquim Gomes.

18 de Janeiro de 1934, data em que os operários vidreiros da Marinha e, com eles, os operários e trabalhadores de muitas outras localidades, levantaram a sua voz numa acção concertada de protesto contra o fascismo e a ditadura, contra a opressão, a miséria e o desemprego.

O dirigente do PCP salientou que esta data gloriosa na história do movimento operário português está profundamente ligada à luta dos trabalhadores portugueses (e particularmente dos trabalhadores vidreiros) pelas liberdades sindicais e políticas, e só é compreensível no quadro dessa luta.

Depois de ter evocado os antecedentes do 18 de Janeiro de 1934, Joaquim Gomes acentuou: Os esforços e lutas heróicas do proletariado vidreiro pelo reforço e unificação das suas associações de classe, pela sua unidade, acabariam por ser coroados de êxito. A unidade sindical revelou-se um poderoso travão à exploração e uma arma eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores, tornando possível o desenvolvimento de múltiplas acções de massas, greves e manifestações, marcadas por uma forte combatividade.

Mais adiante, Joaquim Gomes referiu-se aos reparos críticos que, desde logo e até hoje, têm sido apontados ao 18 de Janeiro de 1934, acentuando nomeadamente:

De movimento de protesto que deveria ter sido, transformou-se, especialmente na Marinha Grande, em greve insurreccional, para a qual não tinham sido criadas as menores condições. O aventurelismo anarquista, a irresponsabilidade, tiveram uma nociva influência nos trabalhadores vidreiros. E assim, o 18 de Janeiro, embora permanecendo como uma grande acção de resistência antifascista, veio a sair-se por uma séria derrota, não só para os trabalhadores vidreiros como para os trabalhadores de todo o país.

Acrescentando que esta análise crítica não faz esquecer nem desvalorizar certos aspectos que calam fundo no coração dos operários portugueses — nomeadamente a valentia e o elevado espírito de classe do proletariado vidreiro — Joaquim Gomes, salientando alguns aspectos dos ensinamentos e experiências que do 18 de Janeiro de 1934 se podem tirar, afirmou:

Desde logo, a história vem demonstrar, por um lado, que a tirania e a opressão, por mais fortes que possam ser, acabarão sempre por ser derrubadas; e, por outro lado, que

Reformados continuam sem ver resolvidos os seus graves problemas

Presentemente cerca de um milhão de reformados e pensionistas continuam a sofrer duramente as consequências nefastas dum política social voltada contra si e contra os interesses dos trabalhadores.

Estas palavras foram proferidas pelo deputado comunista Duarte Gomes, que abordou em intervenção os graves problemas que afectam os cidadãos portugueses naquelas condições. O deputado do PCP aproveitou a oportunidade para divulgar algumas cartas que têm chegado à Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde, relatando situações de verdadeira injustiça social.

Na sua intervenção, Duarte Gomes defendeu a tomada de medidas prioritárias, tais como: a criação de centros de convívio para idosos e reformados, a construção de lares e melhoria dos já existentes, a prestação de um serviço de assistência ambulatório específico para idosos, reformados e pessoas afectadas e diminuídas fisicamente, além de um Serviço Social para detectar situações que requeiram cuidados especiais.

negociada por dois partidos como parte dos termos de um governo de coligação mal disfarçada.

A presidência desta Assembleia não pode ser ocupada por um representante de um partido que votou contra a Constituição e que representa a minoria da direita Parlamentar, e em cujas ligações extraparlamentares abundam fascistas e activistas da violência reacçãoária. Sendo a maioria desta Assembleia constituída por democratas e antifascistas que se sentam em bancadas várias desta Câmara, como poderíamos aceitar e explicar aos milhões de eleitores que mandaram essa maioria que o Presidente da Assembleia da República fosse um deputado do CDS?

Inacreditável! Talvez, quem sabe, um dilecto discípulo de Caetano, ou qualquer outra figura de proa dum partido que pelas suas bases eleitorais e pelas suas atitudes políticas poderá ser penhor para os que sonham com o regresso ao passado fascista, mas nunca a garantia da defesa desta Assembleia da República e do Estado democrático-constitucional saído da Revolução de Abril!

Como fazer crer ao Povo português que esta Assembleia da República é constitucionalmente a representação da sua democracia, o órgão encarregado de decidir em seu nome sobre todas as questões importantes para o presente e o futuro do país, se a presidir-la e a representá-la se encontrar uma figura com ligações obscuras a um passado que se tinha como definitivamente morto?

Que credibilidade para os milhares de apelos e petições que a esta Assembleia se dirigem?

Que credibilidade para as massas laboriosas, para os trabalhadores portugueses, para a maioria dos democratas e antifascistas que esperam ver os seus interesses defendidos nesta Assembleia, se o seu presidente for um deputado do CDS...

O nosso espanto e o nosso pasmo terá de converter-se em repúdio.

O lugar de Presidente da Assembleia da República não está vago.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português não tem nenhuma razão para retirar a confiança que com o seu voto deu ao Presidente Vasco da Gama Fernandes,

o proletariado pode ser temporariamente derrotado, mas jamais totalmente vencido.

Proseguindo a sua intervenção, Joaquim Gomes evocou o momento de profunda unidade que vive hoje o proletariado da Marinha Grande, e acentuou a determinado passo: Para os trabalhadores portugueses, para a classe operária, após o 25 de Abril as liberdades, incluindo a liberdade sindical, são um bem precioso, duramente conquistado numa luta de dezenas e dezenas de anos, de que o 18 de Janeiro é um marco importante.

Afirmando que os trabalhadores portugueses saberão encontrar as respostas firmes aos perigos e ameaças que pairam sobre as liberdades, Joaquim Gomes terminou a sua intervenção:

Se os partidos da direita e a reacção pretendem atacar não apenas as liberdades, mas atingir gravemente o poder de compra dos trabalhadores; se pretendem resolver a crise económica à custa de uma maior exploração; se se pretende pôr em causa a democracia e o caminho para o socialismo através do agravamento da crise económica; se se imagina poder conduzir os trabalhadores ao desespero através dum maior exploração e da limitação das liberdades — então há que afirmar claramente que os trabalhadores, confiantes da sua força e unidade, constantemente reforçada com vitórias sucessivas no Movimento Sindical e Trabalhador, responderão e demonstrarão com toda a firmeza, em estreita unidade com todos os patriotas e democratas, com todas as classes e camadas sociais, que não pouparão esforços para defender as liberdades, a democracia e as conquistas da Revolução de Abril, que a Constituição da República consagra.

As palavras de Joaquim Gomes foram, de seguida, secundadas emocionada e calorosamente pelo Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, que referindo-se aos trabalhadores da Marinha Grande e evocando os inúmeros contactos que com eles sempre manteve, afirmou nomeadamente: Gente de uma coragem, lealdade e fraternidade como melhor nunca encontrarei.

Denunciadas actividades de grupos fascistas em algumas escolas

As actividades de carácter fascista nalguns liceus de Lisboa e do Porto foi o tema de uma intervenção proferida pelo deputado comunista Jorge Lemos na sessão plenária da passada sexta-feira. Na sua intervenção e após ter recordado que, ainda recentemente, a Assembleia da República tinha aprovado um voto de protesto contra essas actividades, Jorge Lemos denunciou o seu recrutamento dessas actividades, bem como a impunidade de que têm gozado os seus autores.

Na sua intervenção, o deputado comunista debruçou-se nomeadamente sobre os gravíssimos acontecimentos ocorridos uma semana antes no Liceu D. Diniz, em Lisboa — um dos palcos dos arruaceiros neonazis — perante a total passividade dos agentes da autoridade entretanto chamados.

Também os acontecimentos registados recentemente no Liceu de Mafra — onde um grupo de arruaceiros procedeu a autos-de-fé acompanhados de gritos de «Viva Hitler» e «Viva Salazar» — em Rio Maior (onde um grupo de moqueiros pretendeu expulsar da Escola Secundária vários professores), e nos liceus Garcia da Orta e António Nobre, do Porto — onde os neonazis desenvolvem amplas sessões de propaganda das suas criminosas ideias — foram minuciosamente denunciados por Jorge Lemos, que terminou a sua intervenção acentuando:

A não serem tomadas medidas urgentes, podemos estar certos que os jovens do nosso país nos julgarão e nos pedirão contas por não nos termos empenhado na construção de um futuro de paz e democracia — essa paz e democracia a que seguramente têm direito.

Com o «doping» do CDS o PS ratificou a Lei Orgânica da DGD

No decorrer das duas últimas sessões da Assembleia da República, foi discutida a ratificação da Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos, solicitada pelo Partido Comunista Português. Ao cabo de duas sessões viu-se que o partido que apoiava o Governo cessante de onde saiu tal lei nada disse que pudesse justificar os termos da Lei Orgânica, termos vivamente criticados pelos deputados comunistas que intervieram no debate.

Ao longo das intervenções dos deputados comunistas Manuel Gusmão, Jorge Lemos e António Garcia, bem como na declaração de voto lida por Cândido Matos Gago, ficou bem claro que o PCP nunca poderia apoiar o decreto-lei que contém a referida Lei Orgânica, porque o mesmo não se adequa à realização dos imperativos constitucionais e pode frustrar assim a prossecução de uma política democrática de desenvolvimento integrado e planificado do desporto.

Os deputados comunistas acusaram ainda o diploma de manifestar uma concepção redutora e retrógrada do papel do desporto enquanto meio formativo e cultural, além de não encerrar, e pelo contrário, afastar, a perspectiva de participação de organismos e associações não governamentais, desde as estruturas do desporto federado às estruturas populares de base territorial, colectividades de cultura e recreio, e organizações juvenis.

Ao fim de 16 meses de governação, o PS teve que recorrer ao "doping" do CDS para aprovar este diploma, uma vez que os deputados comunistas votaram contra e os do PPD se abstiveram.

Mas, tal como nas provas desportivas em que as análises são feitas, também neste campo a experiência se encarregará de revelar que este decreto não pode vencer, "dopado", como está à partida...

Eliminação do analfabetismo

A deputada Zita Seabra apresentou, na passada terça-feira ao plenário da Assembleia da República, o projecto de lei do PCP sobre a eliminação do analfabetismo. No início da sua intervenção, a deputada comunista apresentou sete razões principais para esta iniciativa legislativa do PCP:

• A eliminação do analfabetismo do analfabetismo é um imperativo imposto pela Constituição da República.

• O direito ao ensino e à cultura é um direito de todos os cidadãos garantido na Constituição.

• Trata-se de uma das mais vivas reivindicações e mais profunda aspiração do povo português e muito em particular dos trabalhadores das fábricas e dos campos.

• A alfabetização é uma das condições indispensáveis à consolidação da democracia no nosso país.

• A alfabetização é também uma condição para o desenvolvimento económico e social do País.

• A alfabetização é parte integrante da luta dos trabalhadores contra a exploração, o obscurantismo, a miséria.

• Fizemo-lo finalmente porque o Governo PS nada fez para vencer o problema em 16 meses de governação.

Participação dos trabalhadores na elaboração das leis de trabalho e projecto sobre cooperativas

Os deputados comunistas Vítor Louro e Jerónimo de Sousa subiram à tribuna da Assembleia da República, na passada semana para fazerem a apresentação ao homicídio de duas iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do PCP, de que já nos fizemos eco neste mesmo local: os projectos de lei sobre cooperativas e sobre a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho.

O primeiro daqueles diplomas foi considerado por Vítor Louro uma iniciativa de relevante importância para o desenvolvimento do cooperativismo, especialmente do cooperativismo agrícola, no quadro democrático-constitucional, enquanto Jerónimo de Sousa, a propósito do segundo daqueles textos, acentuou que o mesmo visa regulamentar o direito dos trabalhadores de se pronunciarem previamente sobre todos os projectos que venham a fixar legalmente as suas condições de trabalho ou a regular os direitos conquistados ao longo de muitos anos de luta.

Acorda deste último projecto de lei, o deputado comunista acentuou que o respeito pelo direito que o Projecto do PCP visa regular melhor fará conhecer aos trabalhadores quem está com eles e quem está contra eles.

Por seu turno, Vítor Louro afirmou que o projecto sobre cooperativas apresentado pelo PCP constitui a reafirmação do papel que os comunistas atribuem às cooperativas: uma forma democrática de organização a que cabe um importante papel na construção e consolidação da democracia no nosso país; e são uma forma imprescindível de organização da produção agrícola que lhe permita enfrentar com segurança os circuitos de escoamento, e um meio necessário de libertação e melhoria das condições de vida dos camponeses.

Ensino do português para os filhos dos emigrantes

A suspensão da 5.ª e 6.ª classe do ensino de Português para os filhos dos emigrantes portugueses em França — decisão anunciada pela Coordenação Geral daquele ensino em Outubro passado — foi criticada numa intervenção dedicada ao assunto e proferida na Assembleia da República pela deputada comunista Alda Nogueira, que acentuou a determinado passo: Suspender um ensino ou parte dele sem ter para validamente o substituir algo já em marcha ou em funcionamento é lesar altamente os interesses daqueles que se diz defender.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 769705
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Saco, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto. Tel.: 283338
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel.: 283394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua da Angália, 23-A — Setúbal. Tel.: 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 25361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composição e Impressão na Hestek Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Dezembro: 85 083

Sector dos Transportes da DORL

UMA ASSEMBLEIA PARA REFORÇAR O PARTIDO

As instalações do Instituto Superior Técnico, mais precisamente o seu salão nobre, albergaram os cerca de 230 delegados que participaram, no sábado, na Assembleia do Sector dos Transportes da DORL. Com início pelas 9 horas da manhã, os trabalhos decorreram em ambiente animado e de confiança no reforço do Partido. Assistiram mais de 400 convidados membros do Partido e ainda alguns convidados especiais, membros responsáveis do PS em grandes empresas do sector.

O Relatório de Actividades, que viria a ser aprovado por unanimidade, assim como os restantes documentos apresentados durante os trabalhos, é um extenso documento que começa por definir os seus próprios objectivos: caracterizar o sector, analisar a acção do Partido antes e depois do 25 de Abril, sintetizando experiências e colhendo ensinamentos; fazer o balanço da organização, pondo em evidência as principais carências; apontar perspectivas que possam levar à superação das dificuldades que entravam o pleno desenvolvimento do nosso trabalho.

Logo após o 25 de Abril a acção dos trabalhadores mais conscientes caracterizou-se por uma activa mobilização, com vista ao afastamento dos elementos das administrações

das empresas reconhecidas como fascistas e comprometidos com o regime, pela criação de condições para o controlo das empresas pelos trabalhadores e pela elaboração de cadernos reivindicativos que consubstanciassem as suas aspirações imediatas por melhores condições de vida e de trabalho, objectivos que, no geral, foram conseguidos.

Descrevendo na generalidade as lutas por sectores — Carris, TAP, Ferroviário, Marinha Mercante, Portuário, Rodoviário, Táxis — o documento conclui que o balanço do trabalho é positivo, apesar de erros cometidos.

Mais adiante, e referindo a contribuição que a Conferência Económica do Partido deu para detectar com rigor e oportunidade as grandes questões do sector. O trabalho sindical constituiu um dos capítulos do relatório em que também se analisam as lutas travadas pela unidade, sublinhando-se a necessidade da discussão regular dos problemas sindicais nos organismos do Partido e a criação em todas as células de grupos de trabalho voltados para esta frente.

O papel das Comissões de Trabalhadores e de outras organizações unitárias é tema também versado no relatório.

Finalmente um capítulo sobre Organização vem dar conta dos avanços que o Partido tem tido no sector, sobretudo a partir do 25 de Abril. Com numerosos membros

a Organização abrange também numerosos organismos em que a percentagem de operários e empregados se eleva a 93,5 por cento. Apesar do grande número de membros, considera-se baixa a percentagem de militantes para o número elevado de trabalhadores dos transportes, indicando-se o sectarismo como uma das principais razões de tal situação.

Entretanto, a Campanha Promoção Conquistas de Abril trouxe ao PCP mais 509 membros. A Campanha permitiu, como é sublinhado, o aparecimento de novos quadros que se revelaram.

Um ambiente de trabalho organizado e ao mesmo tempo de entusiasmo animava todos os presentes, tendo os delegados finalmente eleito o novo organismo de direcção por unanimidade.

Essa unanimidade foi tema para as primeiras palavras do camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que assistiu aos últimos momentos da Assembleia e tomou a palavra no início que se lhe seguiu e ao qual mais de 800 pessoas assistiram. Falou da unanimidade que tanto assusta os elementos dos partidos burgueses e que ele exprime de unidade ideológica do Partido dos Trabalhadores. O camarada veio a referir-se depois à situação política actual, desmascarando as acusações que dirigentes do PS imputam ao PCP de ter «à última da hora» recusado um acordo.



A intensa actividade das bancas com ofertas foi um dos aspectos ligados à campanha para a construção do novo Centro de Trabalho que a reportagem do «Avante!» encontrou em Évora

NOVA SEDE PARA A DORA, NOVO ESPAÇO DE TRABALHO

Centro de Trabalho é um nome feliz. Recordamos estas palavras do camarada António Gervásio aquando da entrevista que obtivemos em Évora e cuja primeira parte publicámos no passado número. É com efeito o trabalho a razão de ser dos Centros do Partido, é o trabalho que, ao desenvolver-se, cria a necessidade de aumentar o número de centros, de os alargar, de, como é o caso, promover uma Campanha de Fundos para a compra ou construção de um novo.

A DORA necessita de um Centro que esteja à altura do trabalho que se desenvolve no Alentejo, do prestígio e da influência que o PCP possui em terras da Reforma Agrária. Contando já com variadas iniciativas que começaram a concretizar-se nos primeiros dias da Campanha, apesar das inúmeras tarefas que a organização desenvolvia, a aceitação e o empenhamento que os camaradas e os amigos do Partido mostram relativamente a mais esta tarefa política traduz-se nos números que publicámos. As respostas às cartas-apelos que a DORA enviou não se fizeram esperar e, em quase todos os concelhos, foi desde logo possível contabilizar a ajuda que comunistas e outros democratas quiseram dar. Mas as ofertas não se ficam pelo dinheiro. Soubemos que, por exemplo em Campo Maior, um pequeno agricultor ofereceu um borrego e uma porca.

O camarada Casmarrinha, suplente do CC e membro da DORA, acrescentou a esta novidade:

«Isso foi no seguimento da inscrição desse camarada no Partido. Um outro houve que ofereceu 10 mil escudos, também em Campo Maior. Estão a chegar muitas ofertas, continuou o camarada. Para além do dinheiro há as ofertas de garrafas de vinhos, por exemplo, que é um costume da região. E também ofertas de outras coisas. Como vão poder ver na sala de convívio, há lá uma placa decorativa, feita com milho colado, oferta de um camarada. E muitas outras ofertas assim que são habituais nas festas do Partido no Alentejo. Oferecem borregos ou partes de borrego, garrafas, frangos, bolos, que são depois leiloados.»

O camarada António Gervásio esclareceu: Há muitos camaradas positivos, outros bem diferentes e a da necessidade base de apoio ao Governo, isto é, da massa dos portugueses, particularmente dos trabalhadores, que estará disposta a dar-lhe a força e colaboração indispensáveis. É evidente que sem base social de apoio, em regime democrático, não há governo que resista por muito tempo.

O camarada José Magro terminou o seu discurso referindo-se à cerimónia da entrega dos cartões, salientando o papel do militante e do seu Partido na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

e por vezes não recebem durante semanas ou meses. Mas arranjam sempre uma oferta, às vezes uma galinha, para leilão, pois não querem ficar de fora, querem ajudar o Partido. Temos uma banca cheia de garrafas no Centro de Trabalho, dezenas e dezenas, que foram oferecidas em festas.

Quanto à promoção da Campanha para o novo centro pronunciou-se ainda o camarada Casmarrinha:

«Há um gráfico por distrito, com os números reais alcançados. Os camaradas preferem os números reais às percentagens. Este gráfico será colocado de modo visível, e na maior parte dos Centros, haverá gráficos semelhantes, por concelhos. Cada organização tem a sua meta distribuída por concelhos e células.»

Quisemos visitar o Centro. Seguimos atrás do camarada Gervásio, que ia abrindo portas e descobrindo salas exíguas onde camaradas trabalhavam e nos saudavam tornando a absorver-se na suas tarefas. O camarada dizia entretanto:

«Embora não estejamos ainda empenhados em força na Campanha, estamos confiantes de que ela vai constituir uma nova campanha de massas.»

O camarada Diniz Miranda, que vimos ocupado no seu trabalho, numa das salas, falou-nos sobre o abandono a que o edifício, onde hoje ainda se encontra a sede da DORA e que visitávamos, estava votado em 25 de Abril de 1974.

Vimos para aqui logo em Maio desse ano, continuou o camarada Gervásio. Primeiro foi a Concelhia que veio para aqui, depois veio a Comissão Distrital, a DORA, a Juventude... Aqui vieram «cair» todas as organizações. De há muito que pensamos e temos tentado o aluguer de outras instalações mas, como já referimos, isso fica muito caro e ao fim de pouco tempo o dinheiro gasto equivalia ao que gastariamos com a compra.

Fomos verificando, com os nossos olhos, o que os camaradas já nos tinham dito. A exiguidade das instalações, o aproveitamento de todos os cantos para ganhar espaço. Patamares transformados em salas, corredores onde lhe foram aproveitados alguns metros e transformados em arrecadações.

Numa das salas alguns jovens trabalhavam. Encontrava-se ali por pouco tempo, até a sala ser necessária para outra actividade. Os jovens, com

a falta de espaço, não dispõem de instalações próprias. Também eles manifestam esperança de que a nova sede será para breve. A sala onde se encontram connosco tinha sido um pátio que hoje está recuperado, coberto com chapa de lusalite.

Descemos à sala de convívio. Lá se encontra a banca de livros e publicações e, ao lado, uma mesa cheia de ofertas para a Campanha. Numa das paredes o painel construído com milho, que os camaradas nos tinham referido. Aproveitámos para trocar algumas impressões com o camarada José Mouginha que ali trabalha.

«Chega a haver horas em que não se pode aqui estar, de tanta gente, confirma o camarada. Sobre tudo nos dias em que há o ponto político, entram tantos camaradas que alguns têm de ficar na escada. E o pessoal não tem condições para trabalhar. Até o gráfico que foi feito para a Campanha não tem espaço cá em baixo, temos de tirar daqui alguma coisa para que o gráfico fique visível, acrescentou. Em relação ao seu próprio trabalho o camarada Mouginha, que se encarrega das vendas, do telefone e da recepção, disse-nos:

«Com outras condições seria até possível pôr mais materiais em exposição. Neste momento, por exemplo, com a banca das ofertas, falta-nos o espaço para a venda.»

Também este camarada que diariamente segue a vida do Centro, espera que a Campanha venha resolver múltiplos problemas. Soubemos entretanto, que uma cozinha existe no Centro. Fornece almoços para os camaradas que ali trabalham. E café. Maria José Calção, uma camarada reformada que ajuda todos os dias na cozinha espera também o tempo da mudança. Diz-nos:

«Há quatro anos que aqui trabalham, desde o princípio. E sinto-me bem com o meu trabalho. Não sei se é a saúde me dá para ainda ir para a nova sede. Todos os dias são muitos almoços para os camaradas aqui e para outros que às vezes vêm às reuniões. Sou eu mais duas camaradas a trabalhar aqui. Quanto à nova sede vamos lá a ver...»

Vamos lá a ver. Quer dizer, vamos lá a mais um esforço para concretizar uma ideia, para reforçar o trabalho e criar condições para o seu alargamento. Com a ajuda de cada militante, com a ajuda de cada amigo, a DORA vai ter uma nova sede. Um novo Centro de Trabalho para o Partido!

PCP em Cotonou

SOLIDARIEDADE COM ÁFRICA

Coincidindo com o aniversário do esmagamento, pelo povo da República Popular do Benin, da agressão armada imperialista de 16 de Janeiro de 1977, realizou-se em Cotonou, de 9 a 16 de Janeiro de 1978, por iniciativa do Partido da Revolução Popular de Benin e do governo de Benin, uma semana de solidariedade com os povos em luta pela sua libertação nacional e uma Conferência Internacional sobre o mercenarismo.

O camarada Rogério de Carvalho, membro do CC do PCP, que representou o nosso Partido em Cotonou, destacou, para o «Avante!», a importância das reuniões em que participou e a forma como fomos recebidos na República Popular de Benin.

— Camarada Rogério de Carvalho, como decorreram os trabalhos da Conferência e da semana de solidariedade?

— Trata-se de uma iniciativa muito importante, uma ajuda concreta aos povos que lutam hoje pela sua libertação. Foram formadas duas comissões de trabalho e debatida uma questão central na ingerência do imperialismo em África: a questão do mercenarismo. Hoje, vários países em África são bases de mercenários. É através dos mercenários que se concretizam as ingerências da França, que surge como uma ponta de lança do imperialismo no continente. Foi com mercenários que, há um ano, a França tentou inverter o processo revolucionário em Benin.

— Falaste, em Benin, do envolvimento de

portugueses em acções mercenárias.

— Sem dúvida. Isso foi uma realidade, ontem, com o colonialismo, nos ataques à República da Guiné, no envolvimento nos acontecimentos do Congo e tentativa separatista do Biafra, como também, hoje, nos grupos provocatórios da FNLA e da UNITA. O imperialismo recorre assim ao exército de marginais que ele próprio engendrou.

— Qual a nossa participação nos trabalhos da Conferência?

— Participámos na direcção dos trabalhos no

primeiro dia, em que temos também a nossa intervenção. Antes de voltar foi recebido pelo presidente da República Popular do Benin, também presidente do CC do Partido, que salientou o interesse do reforço dos laços entre os dois partidos, a responsabilidade do PCP, e simultaneamente a contribuição do nosso Partido, na liquidação da herança colonial em África e no apoio ao movimento de libertação no continente.

Tivemos múltiplos contactos com todas as forças progressistas de África representadas na Conferência.

DECLARAÇÃO DE COTONOU

A Conferência decidiu:

1. Empreender uma acção de sensibilização, tanto no plano nacional como internacional, utilizando todos os meios apropriados — informação, conferências, seminários, «tours» para esclarecimento, publicações, etc. — sobre as práticas, manobras e agressões do imperialismo contra os países progressistas, os povos em luta e os movimentos de libertação. Apela-se, portanto, a todas as forças progressistas do mundo, para que associem os seus esforços a tal empreendimento.
2. Movimentos de Libertação para o desenvolvimento da sua luta em prol da independência, bem como aos países progressistas expostos às manobras imperialistas e às forças democráticas e progressistas que lutam pela eliminação do neocolonialismo, particularmente em África.
3. Promover prioritariamente o acolhimento das vítimas da agressão colonial em hospitais e outros centros apropriados.
4. Intensificar a ajuda aos países que têm fronteiras comuns com territórios ainda sob dominação e dar-lhes apoio que lhes permita fazer frente às agressões contínuas de que são objecto.
5. Coordenar todas as acções dos participantes para levar as organizações internacionais a assumir a sua responsabilidade para com os povos em luta.
6. Manifestar pronta e vigorosamente a sua solidariedade para com todo o país africano vítima de uma agressão imperialista, ou ameaçado na sua independência ou integridade territorial.
7. Organizar uma Instituição político-jurídica para prosseguir a acção de erradicação do mercenarismo, da espolição e da subversão de que África é vítima.
8. Prosseguir, no espírito da Declaração de Cotonou, a acção levada a cabo pela iniciativa do Partido da Revolução Popular do Benin, com vista a promover, na perspectiva do reforço contínuo e de uma eficácia maior, a Frente de Solidariedade Anti-Imperialista.

A actividade do Partido

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA AJUDA

Nas instalações do Clube Recreativo Amadorenses, teve lugar, no passado dia 21 do corrente, a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Ajuda, do PCP.

Da parte da manhã fez-se o balanço da actividade do Partido na freguesia e da parte da tarde procedeu-se à eleição do novo organismo dirigente dos comunistas locais, tendo participado nos trabalhos e na votação os 80 delegados eleitos.

A nova Comissão de Freguesia, composta por 13 camaradas, dos

quais o mais velho tem 68 anos e o mais jovem 17 tem a responsabilidade de levar à prática as tarefas decididas pela Assembleia.

No final houve uma intervenção política proferida pelo camarada Manuel Pedro, do CC e da DORL, à qual assistiram mais de 250 pessoas. Seguiu-se a projecção de um filme e canto livre. O ambiente de grande entusiasmo foi partilhado também por outros democratas, encontrando-se presentes os convidados da Secção da Ajuda do Partido Socialista.

Do Algarve os camaradas anunciaram ainda que foi levado a efeito, no sábado passado, um convívio que teve lugar no Centro de Trabalho de Faro, no qual participaram dezenas de militantes e simpatizantes. Esta iniciativa integrou-se na Campanha dos 500 Contos, que a DORL promove.

JOSÉ MAGRO EM CASCAIS

Conforme anunciámos, realizou-se em Cascais, no Palácio dos Congressos, uma jornada de convívio promovida pela Comissão Concelhia local e que reuniu mais de um milhar de pessoas que participaram nas várias actividades previstas. Por exemplo durante a projecção do filme soviético anunciado, mais de 600 espectadores encheram a sala, encontrando-se muita gente de pé. Numa das salas procedeu-se à entrega dos cartões do Partido aos militantes. Cada organização tinha a sua mesa e nela os camaradas recebiam os novos cartões para 1978. Verificaram-se ainda durante esta jornada mais 14 inscrições no PCP!

Por fim houve convívio, no qual tomou a palavra o camarada José Magro que saudou, em nome do Comité Central, todos os presentes, tendo depois falado sobre os aspectos mais salientes da actual situação política,

nomeadamente ao acordo entre o PS e o CDS. E sublinhou:

«Na verdade, pouca gente acreditará seriamente na estabilidade e na viabilidade da coligação governamental PS/CDS. É que uma coisa é a maioria parlamentar positiva, outra bem diferente é a da necessidade base de apoio ao Governo, isto é, da massa dos portugueses, particularmente dos trabalhadores, que estará disposta a dar-lhe a força e colaboração indispensáveis. É evidente que sem base social de apoio, em regime democrático, não há governo que resista por muito tempo.»

O camarada José Magro terminou o seu discurso referindo-se à cerimónia da entrega dos cartões, salientando o papel do militante e do seu Partido na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

INICIATIVA CULTURAL EM LEIRIA

Integrada ainda na Campanha de Fundos do Natal, a Comissão Concelhia de Leiria do PCP organizou um convívio no Centro de Trabalho no passado dia 8 de Janeiro. Mais de 100 pessoas, entre militantes e amigos

participaram na iniciativa que constou de um almoço de confraternização, prolongando-se com uma sessão cultural — poemas revolucionários, canções e fados. A segunda parte desta sessão cultural foi preenchida pelo

espectáculo «Nos Caminhos de Abril».

A fechar o convívio houve uma intervenção política sobre a actual situação, que esteve a cargo do camarada José Augusto, membro da DQROR.

ALMOÇO-CONVÍVIO NO BAIRRO JANEIRO

A Célula do Bairro Janeiro promoveu no sábado passado um almoço de confraternização entre velhos e novos militantes que juntou mais de 80 camaradas organizados na célula. Foi lembrada a intensa actividade desenvolvida por esta organização local da Amadora durante a Campanha Promoção Conquistas de Abril, durante a qual mais 33 novos membros se

inscreveram no Partido, 26 por cento dos quais mulheres.

Effectuou-se entretanto a entrega dos novos cartões a todos os camaradas, e o Secretariado da Célula falou sobre o histórico da organização. Nesta jornada de convívio inscreveram-se ainda mais duas camaradas mulheres, enquanto mais uma jovem se integrou nas fileiras da UEC.

SESSÃO NO COUÇO

No Couço, o passado domingo foi dia de esclarecimento. Na Casa do Povo daquela aldeia revolucionária mais de meio milhar de pessoas assistiram às intervenções dos camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do Partido e Carlos Pinhão, membro do Comité Central. Grande participação, muitas perguntas,

marcaram a sessão no seguimento da qual foi aprovada uma moção de repúdio pela formação anunciada de um Governo de coligação PS/CDS, por a formação de um tal Governo, com a participação do CDS não poder ser senão um atentado contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e as demais conquistas do Povo português conseguidas com o 25 de Abril.

ASSEMBLEIA EM TORRES VEDRAS

Com a presença do camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central, dos camaradas Manuel Fernandes, Martins Coelho e Carlos Pereira, da DORL, sendo este último também membro suplente do CC, realizou-se no passado domingo a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Torres Vedras do Partido Comunista Português.

Mais de 130 delegados participaram nos trabalhos que tiveram lugar nas instalações do Clube Artístico e Comercial. Além dos muitos membros do Partido convidados, estiveram presentes outros democratas que representavam a FEPU, a União Sindical de Torres Vedras e a Liga de Pequenos e Médios Agricultores daquele concelho.

O Relatório de Actividades, apresentado pelo camarada António Lopes e aprovado mais tarde por unanimidade e aclamação, ocupou a primeira parte da ordem de trabalhos e constituiu, como já vem sendo hábito em realizações organizativas desta espécie no seio do Partido, um documento que se debruça sobre a realidade social, económica e política do concelho, interpretando-a e apresentando perspectivas para o trabalho futuro. Na introdução ao documento se refere que ali, mesmo, em 1941, o Comité Central do PCP tinha reunido com o objectivo de reorganizar os comunistas de Torres Vedras. O Partido. Um minuto de silêncio foi observado em memória de comunistas que, com o seu esforço, contribuíram para que hoje, livremente, se pudessem reunir os comunistas e discutir

sobre o futuro. Nas conclusões relativas ao trabalho de fundos refere-se por outro lado o êxito da política de fundos no concelho.

Especialmente desenvolvido foi o documento sobre o Trabalho Camponês, sublinhando a sua necessidade e as condições difíceis em que se processa. Sublinha-se que a percentagem de camponeses membros do Partido é baixa, que o recrutamento destes pelo organismo do PCP é fundamental para a luta pela democracia. Mas são também assinalados os êxitos. Como o da participação cada vez maior dos pequenos e médios agricultores nas lutas em defesa dos seus interesses.

Da parte da tarde só os delegados tiveram acesso à sala onde se processou a eleição da nova Comissão Concelhia, composta por 23 camaradas, 4 dos quais são mulheres. Com uma composição social que engloba 10 operários, 9 empregados, 2 camponeses, uma doméstica e um pequeno industrial, a nova Comissão Concelhia levará à prática as tarefas decididas na Assembleia.

Finalmente teve lugar o comício a que assistiram cerca de 500 pessoas. O camarada Aurélio Santos proferiu um discurso, depois de apresentado o novo organismo de direcção dos comunistas de Torres Vedras. Contrado sobre o problema da formação do Governo PS/CDS que se anuncia para breve, a intervenção do camarada veio alertar para o que se pode esperar de tal aliança.

SONDAGEM Nova intoxicação da opinião pública

1. Nos últimos dias intensificou-se subitamente em Portugal a divulgação de diversas «sondagens de opinião» dedicadas à actualidade política nacional. Diversos jornais, «O Tempo», o «Jornal Novo», «O País», o semanário «O Jornal», — têm vindo a apresentar conclusões de «sondagens» que sob diferentes formas, com variações e diferenças, coincidem, no entanto, significativamente, num objectivo político muito preciso: justificar e dar cobertura à viragem à direita que se prepara com o governo de coligação com o CDS.

Atinir e influenciar com tais conclusões sectores de opinião distintos, à esquerda e à direita, eis o objectivo que parece explicar que, para além do natural empenhamento da imprensa reaccionária, haja outros sectores que o não são que se deixem envolver nesta nova operação de intoxicação e manipulação da opinião pública.

Conhecem-se as reservas que, de uma forma geral, devem merecer as «sondagens de opinião» sobre problemas políticos, e são conhecidos casos extremamente subversivos de manipulação registados noutros países, através do processo das «sondagens». As recentes sondagens divulgadas em Portugal confirmam plenamente tais reservas.

Amostragens duvidosas, perguntas completamente distorcidas pela introdução de factores extremamente subjectivos, percentagens de ausência de respostas que são da ordem dos 40% em Lisboa para logo passarem a apenas 10% no Porto, confusão entre o que é provável e o que se deseja — é com tais recursos e habilidades que nos gabinetes se controla, fria e calculadamente, a mentira destas «sondagens».

Não deixa de ser estranho, embora significativo, que quem surge agora euforicamente a invocar tais sondagens, são exactamente as forças que maior pânico revelaram perante a saída democrática e constitucional da realização de eleições gerais antecipadas.

2. Assim se compreende que o Presidente do CDS tenha vindo a afirmar na RTP que, segundo uma sondagem encomendada pelo seu partido — (excelente garantia de seriedade!!!) — o CDS seria agora o segundo partido nacional. De facto, o CDS não só tem atrás de si um significativo passado de luta contra o regime democrático, a Constituição e as conquistas de Abril, como tem igualmente uma elucida experiência de previsões e ambições eleitorais frustradas. A presunção do Presidente do CDS agora manifestada vale tanto como quando, em 7 de Abril de 1976, apoiado em «sondagens» e no que dizia ser a sua «intuição política» anunciava que «tinha possibilidades de ganhar as eleições» e que por isso julgava «perfeitamente possível constituir sozinho um governo» — e afinal não ganhou nem formou governo; vale tanto como quando, em entrevista publicada em 10 de Abril de 1976, declarou «não admito que o CDS tenha menos do triplo» — e afinal não teve; vale tanto como quando, nas eleições para as autarquias, em Dezembro de 1976, a sua propaganda clamava pelo dobro dos votos — e afinal ficou com os votos anteriores mas passando de 3.ª para 4.ª lugar na votação.

3. O anúncio de um próximo governo de coligação com o CDS está a provocar uma larga e compreensível inquietação e indignação. Um tal Governo nascerá com uma muito reduzida base de apoio social, não tem qualquer credibilidade, não suscita expectativa, não motiva nenhuma esperança a não ser no campo da reacção.

Esta é a realidade insuportável para os defensores e participantes da coligação. Por isso os resultados das «sondagens de opinião» por si encomendadas e divulgadas no preciso momento em que a direcção do PS assume a responsabilidade histórica de se envolver num governo de coligação com o CDS, teriam de corresponder — como correspondem — a objectivos políticos previamente determinados: espalhar a ilusão de que o PS se mantém com um sólido apoio popular, que o CDS está em «ascensão», nomeadamente, que o seu Presidente disfruta de enorme «popularidade», em síntese, demonstrar que a coligação do PS com o CDS está amplamente justificada pelos próprios sentimentos do eleitorado.

4. As recentes sondagens não visam apenas falsificar a realidade, inventar uma cobertura popular para uma coligação anti-popular, justificar com números fabricados opções políticas que os trabalhadores e os democratas condenam. Visam também exercer uma ilegítima e repugnante pressão psicológica sobre os democratas portugueses, na tentativa de lhes retirar confiança, entusiasmo e determinação na sua luta em defesa das conquistas de Abril e por uma alternativa democrática que dê resposta aos graves problemas nacionais.

Mas a luta dos trabalhadores, a unidade dos democratas, a intervenção serena, combativa e construtiva de todos os portugueses amantes da liberdade e da Pátria, a profunda identificação do povo português com os ideais democráticos, se encarregarão de destruir o conforto, a tranquilidade e a impunidade que a reacção julga ter alcançado com as suas «sondagens» divorciadas dos problemas reais de Portugal e das verdadeiras aspirações dos portugueses. A verdade da vida vencerá a mentira das «sondagens».

Lisboa, 24 de Janeiro de 1978.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Esquerdismo-3

UDP/PCP(R): UMA ESPECIAL APTIDÃO PARA A PROVOCAÇÃO POLÍTICA

Embora falando a toda a hora em acções de massas e procurando sempre desavergonhadamente apropriar-se das grandes lutas dos trabalhadores a que é alheia, a verdadeira vocação da UDP é, comprovadamente, a acção aventureira, provocatória e irresponsável de pequenos grupos sempre apostados em contrariar os interesses, os objectivos e a orientação do movimento operário e popular. A triste notoriedade da UDP/PCP(R) foi conquistada sobretudo pela sua presença constante no fornecimento de pretextos ideais para as campanhas e planos da reacção, para a criação de situações provocatórias que ajudaram a empurrar importantes sectores da opinião pública para os braços da direita.

Foi assim com o assalto à Embaixada de Espanha — «respondendo ao apelo da UDP» («Voz do Povo», de 7.10.75) — que serviu às mil maravilhas para que toda a reacção interna e externa montasse uma enorme campanha de calúnias e distorções sobre a revolução portuguesa. Foi assim com a condução irresponsável e provocatória das lutas nos casos «República» e «Rádio Renascença», que apesar de logo utilizados predominantemente como armas da mais doentia e sectária propaganda anticomunista, se ajustaram excelentemente à campanha da reacção visando propagar que em Portugal a esquerda «perseguiu os católicos» e «queria liquidar as liberdades». Foi assim, diversas vezes, com os boicotes e violências comandadas pela UDP/PCP(R) contra reuniões de partidos de direita no Alentejo, oferecendo de bandeja à direita os argumentos ideais para, absolvendo o terrorismo real no Centro, no Norte e nas Ilhas, montar a campanha de que no Alentejo «não haveria liberdade». Foi assim, no Outono de 1976, quando a reacção, pressionando para iniciativas de

repressão generalizada, anunciava antecipadamente confrontações violentas no Alentejo, e a UDP/PCP(R) se apresentou logo a desenvolver esforços para agravar conflitos e empurrar os trabalhadores para confrontos violentos com forças militares e militarizadas.

Foi assim nas vésperas do acto eleitoral de 12 de Dezembro de 1976 quando, apesar de serem evidentes aqueles dias as pretensões da reacção de criar, através de atentados e provocações, uma situação geral de instabilidade e insegurança que pudesse dificultar o previsível sucesso eleitoral das forças progressistas, a UDP não hesitou em convocar para Beja uma marcha, vinda de Lisboa e Setúbal (!!!) supostamente em apoio dos trabalhadores rurais em luta, com o único objectivo — redondamente falhado aliás — de provocar confrontos violentos, marcha fora do período da campanha eleitoral e entretanto estranhamente autorizada.

Como permanente pano de fundo destas provocações, é bom não esquecer as constantes actividades de intriga e divisão da UDP/PCP(R) em relação às Forças Armadas e os insultos que, também em coincidência com a reacção, dirige a altos responsáveis militares. Os trabalhadores e a democracia portuguesa dão a mais alta importância à unidade e estabilidade das Forças Armadas e dos seus membros em torno do respeito da Constituição. A UDP/PCP(R) intriga e provoca incessantemente para criar reservas, atritos e divisões entre os militares e entre estes e o movimento popular.

Quem quer que, sem preconceitos analise este persistente comportamento da UDP/PCP(R) não pode honestamente deixar de se impressionar com tantas «coincidências», entre as acções da UDP/PCP(R) e as conveniências da reacção. Pode deixar-se ao tempo a tarefa de ajudar a esclarecer um dia quem — em concreto — manobrou, quem — em concreto — «soprou» aos ouvidos e quem depois agiu para que «acontecessem» tantas «coincidências». Mas o destino de

uma revolução e o futuro de um povo são assuntos demasiados sérios para que, independentemente do apuramento das intenções subjectivas, os democratas possam deixar de desde já, concluir que **objectivamente**, toda esta série de acções são, indiscutivelmente **provocações políticas de grande calibre**, daquelas por cuja montagem, noutros pontos do mundo, o imperialismo costuma pagar milhões de dólares.

Em relação ao futuro, não há que contar que a UDP/PCP(R) arripie neste caminho de provocação permanente. É certo e sabido, que onde a situação aconselhar lucidez e serenidade **ai estará a UDP/PCP(R) a espicaçar para o confronto e a violência gratuita**; que sempre que esteja em curso uma sensível deslocação para a esquerda de largas camadas da população, fruto da maturidade política do movimento operário e da atitude e propostas construtivas das forças progressistas, **ai estará a UDP/PCP(R) a querer projectar sobre toda a esquerda a sua imagem irresponsável, agressiva e aventureira**; que sempre que se estiver a ampliar a coesão do campo democrático e a cooperação dos seus diversos sectores, **ai estará a UDP/PCP(R) a querer reavivar feridas, reservas e incompreensões do passado, a querer isolar a classe operária e os seus aliados, e a pretender diminuir a base de apoio e defesa da democracia portuguesa**; que quanto mais perto o movimento operário estiver de determinar decisivamente a política nacional, isto é, influir na direcção da sociedade e do Estado, **ai estará a UDP/PCP(R) a propalar o desinteresse pela questão da política e composição dos órgãos de poder, a propor a «luta pela luta»», a agitação pela agitação, no caminho da inconsequência que leva sempre ao desastre e à derrota.**

(Continua no próximo número)

REUNIÃO DE QUADROS SOBRE O ESQUERDISMO

Foram 8 horas de trabalho. E mais que fossem, era o sentimento geral da parte dos camaradas que participaram na reunião de quadros que teve lugar no passado dia 21 no Centro de Trabalho Vitória. Cerca de 200 camaradas debateram e analisaram as manifestações do oportunismo de esquerda e os meios de travar o combate ideológico ao esquerdismo.

O camarada Aboim Inglês que durante mais de uma hora enquadrou politicamente o problema do esquerdismo, definindo as suas raízes, a sua base social, económica e política, caracterizou essas manifestações próprias da pequena burguesia impaciente, referindo-se ao carácter não conjuntural das mesmas, sublinhando que neste momento se verificam condições objectivas para um novo surto esquerdista.

Mais de 30 intervenções, da parte dos presentes, se verificaram, dando lugar a um debate muito vivo e interessado dos problemas levantados. Com o objectivo mais de discutir o tema do que dali levar conclusões já feitas, a reunião permitiu entretanto revelar a necessidade do enquadramento da luta contra o esquerdismo no plano geral da luta ideológica, não confundindo essa manifestação com o inimigo principal que é a reacção. Traduziu-se também num reforço da consciência de que é necessário e fundamental que a organização do Partido seja forte, estruturada e influente para dar combate e desmascarar o verbalismo com firmeza na condução das lutas. Veio ainda mostrar de modo mais nítido que é preciso levar a discussão a toda a organização, ao mesmo

tempo que se esforça e alarga o trabalho de esclarecimento e o trabalho unitário.

No final interveio o camarada Aurélio Santos, do CC, que caracterizou a forma de actuação dos vários grupos esquerdistas, os seus traços comuns e os seus traços específicos, sublinhando a necessidade de reconhecer o esquerdismo em todas as suas manifestações.

A reunião, para além de mostrar o interesse que iniciativas deste tipo despertam entre os quadros, o que ficou provado dado o número de intervenções que se verificaram, sendo largamente ultrapassado o horário previsto, mostrou também o amadurecimento político que se verifica na participação dos militantes na discussão e a grande confiança no Partido e nas perspectivas de lutas a travar.

COMUNICADO SOBRE A FEPU

As acusações formuladas pela FSP não têm o menor fundamento nem correspondência real com a vida da FEPU e com a sincera prática unitária que é regra essencial em todas as suas estruturas, sejam locais ou de coordenação nacional.

As ligações e relações da FSP com sectores aventureiros e esquerdistas, que são do domínio público, constituíram uma grave incompatibilidade e contradição com a sua participação na FEPU, cujos objectivos e estilo de intervenção na vida nacional são profundamente distintos dos referidos sectores.

Nesse sentido, a decisão de reformular a composição legal da FEPU tornou-se particularmente imperiosa exactamente para garantir condições de prosseguimento no amplo esforço unitário que tem vindo a ser desenvolvido, sobretudo com grande relevo ao nível local e para acautelar que, sobre essa magnífica e diversificada intervenção democrática, não se viessem a projectar consequências muito negativas resultantes das ligações laterais de um dos componentes da anterior FEPU.

A Secção de Informação e Propaganda do PCP



No decorrer da sua estadia no nosso País, a delegação do Comité RDA-Portugal, constituída pelos camaradas Hubert Helbing, Erich Markowitsch e Siegfried Dallmann, avistou-se, na sede do PCP, com os camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Albano Nunes, do CC

Portugal-RDA: cooperação que se intensifica

ASSINADO ACORDO DE TRABALHO PARA 78 ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE

A convite da Associação Portugal-RDA, esteve no nosso País, entre os passados dias 14 e 22, uma delegação do Comité

RDA-Portugal, constituída pelos camaradas Hubert Helbing, doutorado em Ciências Sociais, ex-professor da Universidade de Humboldt (Berlim), membro da Presidência da Liga para a Amizade com os Povos; Erich Markowitsch, destacado militante antifascista, ex-ministro da Indústria da RDA, e membro da Frente Nacional daquele país socialista; o Siegfried Dallmann, vice-presidente do Comité RDA-Portugal, membro da direcção do Partido Nacional Democrata da Alemanha, deputado à Câmara do Povo, vice-presidente da Liga para as Nações Unidas da RDA e vice-presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

No terceiro dia da sua estadia, a delegação, acompanhada por Alexandre Babo, secretário-geral da «Portugal-RDA», deslocou-se à sede do Partido, onde foi recebida pelos camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Albano Nunes, do CC. No decorrer do encontro, caracterizado por um ambiente de franca cordialidade, foram sublinhados os laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem o PSUA e o PCP, e os comunistas dos dois países.

Durante a sua estadia, a delegação do Comité RDA-Portugal participou em várias iniciativas culturais, às quais assistiram largas centenas de pessoas, nomeadamente jovens; e em encontros com destacadas personalidades dos meios políticos e sociais.

Com efeito, os camaradas Markowitsch e Dallmann estiveram presentes em conferências realizadas em Portalegre, Almada, Torres Novas e Amadora. Por seu turno, o camarada Helbing dirigiu o IV Seminário do Curso de História e Cultura da RDA, subordinado ao tema «As bases científico-filosóficas da construção do socialismo na República Democrática Alemã». Este Seminário, que teve lugar em

Lisboa (na Faculdade de Letras) e em Coimbra, dividiu-se em quatro sessões.

A delegação visitante teve ainda encontros com dirigentes da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e com o presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes.

Na véspera do seu regresso, os camaradas da RDA assinaram, na sede da Associação, o protocolo de colaboração (acordo de trabalho), entre as duas organizações para 1978.

Ao acto de assinatura, estiveram presentes os camaradas Helbing, Markowitsch e Dallmann; João de Freitas Branco, presidente do Conselho Directivo da Associação Portugal-RDA; Alexandre Babo e José Luís de Matos, respectivamente secretário-geral e membro da direcção da Associação.

CINEMA SOVIÉTICO

Promovido pelo Conselho Distrital de Coimbra da Associação Portugal-URSS, está a decorrer naquela cidade, no Teatro Avenida, um ciclo de cinema soviético, cujo programa de Fevereiro passamos a divulgar:

Dia 1 — «A tragédia optimista»; dia 8 — «A estrela da felicidade»; dia 15 — «Páginas da biografia de Lênine» (e o documentário «O Exército Soviético»); e dia 22 — «Alvorada em Portugal» (na mesma sessão será exibido um breve documentário sobre os modernos cantos e danças da União Soviética).

As sessões iniciam-se às 18 e 15. Entretanto, na sede nacional da Associação — Rua de S. Caetano (à Lapa), n.º 30, Lisboa-3 — decorrerá, a partir das 21 e 30, de hoje, uma conferência orientada pelo dr. Lopes de Almeida, sobre a nova Constituição da URSS.

Agenda das próximas iniciativas do Partido

Está previsto para amanhã, dia 27, pelas 21 e 30 horas, mais um **Debate Ideológico Mensal** promovido pela SIP do Sector Intelectual da DORL. A realizar no Salão do Centro de Trabalho Vitória, este debate que se subordina ao lema «Política de Alianças», terá a intervenção do camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central. A entrada é livre para todos os militantes, distribuindo a SIPSI convites a simpatizantes.

Promovido pela DORS realiza-se no próximo sábado, pelas 14.30 horas, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense — Cova da Piedade, o 1.º **Plenário sobre Educação e Ensino do Distrito de Setúbal**. Com o objectivo de analisar a participação da organização do nosso Partido na solução das graves carências que afectam aquele sector da vida nacional, o plenário será participado por delegados e convidados dos professores, dos estudantes, das células de empresa com formação profissional, dos organismos sindicais, da organização popular e das autarquias do distrito, contando-se ainda com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, de António Teodoro,

da DORL, e da Comissão de Coordenação Distrital do Sector do Ensino junto da DORS.

★ No Distrito de Setúbal o Partido Comunista promove as seguintes iniciativas:

— **Alcácer do Sal:** Plenário no Vale do Guiso, dia 26 de Janeiro, às 21 horas, sobre a situação política, o resultado da Campanha dos 10 000, com entrega de novos cartões;

— **Barcelo:** dia 26 de Janeiro, às 18 e 30 h, Assembleia de Célula da Fislpe, para eleição do Secretariado e entrega de novos cartões; dia 27 de Janeiro às 21.30 h, Assembleia de Célula da Mompur para entrega de novos cartões; dia 28 de Janeiro, às 16 h, assembleia de célula da CCâmara Municipal para entrega de novos cartões; dia 28 de Janeiro às 15 horas, Encontro de quadros do organismo do sector das pequenas e médias empresas; dia 1 de Fevereiro às 18.30 h, Assembleia de Célula dos Ferroviários da CP, para entrega de cartões.

— **Selxal:** No dia 27 de Janeiro, às 21.30 h, Sessão de Esclarecimento sobre a situação política na Arrentela — Sociedade Filarmónica V. Arrentelense

— com a presença da camarada **Hermenegilda Pereira.**

★ **Montijo:** Dois plenários, um no dia 27 e outro no dia 28 de Janeiro, ambos no Centro de Trabalho e para entrega de novos cartões.

★ No Centro de Trabalho da Quarteira, pelas 20 horas do mesmo dia, haverá um **jantar convívio** com Canto Livre e passagem de **slides**, que contará com a presença do camarada José Vitoriano.

★ O camarada Vítor Neto estará no Algarve nos dias 28 e 29. No primeiro dia participa numa sessão a realizar pelas 21 horas em Silves. No dia seguinte estará presente à tarde na Fuzeta e à noite em Vila Nova de Caxela.

★ Realiza-se no próximo dia 29, com início às 9.30 horas, a 1.ª **Assembleia da Organização do Sector Público da ORL**. Os trabalhos decorrerão nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa, e encerrarão com um convívio em que tomará parte um membro da Comissão Política do Comité Central do Partido. Depois do convívio haverá um convívio no Centro de Trabalho de Alfama.

★ Com a presença do camarada **Álvaro Cunhal,**

terá lugar no próximo sábado a 1.ª **Assembleia da Organização Concelhia da Covilhã**. Os trabalhos terão início às 9.30 horas nas instalações da FAEC naquela cidade e culminam a actividade preparatória durante a qual dezenas de reuniões de células e organismos se realizaram.

★ No encerramento da Assembleia, pelas 18 horas, haverá um grande convívio em que tomará a palavra o secretário-geral do Partido.

★ Amanhã, por iniciativa da organização local do Partido, realiza-se, pelas 21 e 30 horas, um **convívio festa no Cinema da Senhora da Hora, Porto**, no qual tomará a palavra o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. A encerrar a jornada haverá uma sessão de Canto Livre.

★ Ainda no Porto:

— No dia 27 de Janeiro e às 21.30 h o PCP promove Sessões de Esclarecimento no **Centro Cívico de Vila Meã**

— **Amarante** e na Junta de Freguesia do Bonfim.

★ No dia 28 de Janeiro e também às 21.30 h, o camarada **Domingos Abrantes**, membro do Secretariado do CC do PCP, orientará uma sessão de esclarecimento no

«Cine-Victória», em Campanhã.

★ No Teatro Vasco Santana, no próximo dia 30 do corrente, é levada a efeito uma **sessão política** promovida pelo Sector Intelectual de Lisboa. Sobre o tema «**Intelectuais Comunistas e a Situação Política**» pronunciar-se-ão os camaradas Aboim Inglês, membro do CC, Manuel Gusmão, António Teodoro e Rui Pinhão.

★ Um **Encontro de Quadros das Comissões de Trabalhadores do Comité Local de Lisboa** do PCP realiza-se no próximo dia 29 de Janeiro, Domingo, no Centro de Trabalho Vitória, a iniciar-se pelas 10 horas da manhã. Participarão camaradas convidados para o Encontro, estando as credenciais a ser distribuídas por via da organização.

★ No mesmo dia outro **Encontro** está previsto, desta vez sobre o **Trabalho nas Autarquias**. Terá lugar no Pavilhão dos Congressos do Estoril e nele participarão os quadros ligados a esta frente de trabalho nos concelhos de Loures, Sintra, Cascais, Oeiras e Amadora. Estará presente

o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central.

★ Ainda no Domingo, 29 de Janeiro, vai a organização do Partido da Freguesia da **Azambuja**, levar a efeito a sua 1.ª **Assembleia de Freguesia**. Os trabalhos, que terão início às 9.30 horas, constarão, para além da apreciação de várias intervenções, da leitura, discussão e votação do Relatório de Actividades da Comissão de Freguesia cessante e da eleição de novo organismo dirigente.

O camarada Manuel Pedro, do CC, fará uma intervenção política ao fim da manhã e, no encerramento dos trabalhos que se prevê para as 13 horas, haverá almoço de confraternização. E, pelas 16 horas, um programa de variedades com artistas comunistas.

★ Para os próximos dias no Algarve: Dia 28, pelas 15 horas, em Faro, **encontro de vereadores da FEPU do Algarve** com os deputados à Assembleia da República camaradas José Vitoriano e Carlos Brito. Neste Encontro, a realizar na sede do MDP, vão apresentar-se e debater-se os principais problemas da Região do Algarve.

Grande movimento de repúdio

O POVO NÃO CRÊ
NUMA APOSTA SEM FUTURO

A política não é uma lotaria. O povo português não está à espera que lhe saia um prémio numa aposta que tentam fazer em seu nome.

Os problemas, as dificuldades, a crise não cabem na cartola «democrática» de um CDS a tirar ríflas de boas promessas, a falar nas Índias de antanho. O «deixem ver o que vai sair» não pega. Ninguém acredita que saia outra coisa senão o que interessa aos legítimos herdeiros do fascismo e aos seus representantes da extrema-direita legal.

Por isso cresce à vaga de repúdio contra o «acordo de alcance parlamentar», assinado pelo PS e pelo CDS, e contra a perspectiva de governo que se anuncia.

Por isso aumenta diariamente o verdadeiro movimento nacional de recusa de uma solução que não é, de uma solução que só interessa aos recuperadores dos privilégios do passado.

Os trabalhadores foram postos perante uma aposta que nunca fariam.

Os seus protestos apontam claramente os perigos que aumentarão e os novos que se avizinharam.

As colunas da Imprensa democrática enchem-se todos os dias com as declarações, os abakos-assinados, as moções, os telegramas, descobrindo as ameaças, protestando, apelando para o cumprimento da Lei da República, fazendo valer a lei do que alcançaram na luta contra o fascismo, defendendo o que tanto custou

a erguer, salvaguardando o pão de milhares de famílias nos campos da Reforma Agrária, nas empresas nacionalizadas, nos bancos, nos seguros, em todas as actividades, por todo o País.

A política é uma coisa muito séria para os trabalhadores. Não se trata de «apostar» numa solução que não virá.

O lusonismo das palavras mansas de um senhor que volta a falar em fantasmas do passado, esquecendo a verdadeira história nacional e sabotando as glórias da Pátria, pode enganar... Pode ainda enganar, pois a sementeira da ignorância foi extensa e profunda durante o fascismo.

Mas não convence.

Aprova! está todos os dias. Já está exposta publicamente a razão dos trabalhadores organizados, as suas preocupações mais fundas, os seus receios com fundamento, a sua vontade de lutar, de continuar a luta contra o avanço da direita, contra os perigos que se acumulam para todos os trabalhadores, as mulheres, os jovens, todos os democratas, todos os antifascistas.

Movimento Sindical, Cintura Industrial de Lisboa, MARN, UCPs, emigrantes, empresas intervencionadas, forças democráticas, organizações do movimento operário e popular apelam ao reforço da unidade na salvaguarda das conquistas de Abril, mobilizam, desmascaram, esclarecem.

Membros do Partido Socialista protestam contra a coligação que se prepara.

Alguns abandonam o partido, incluindo figuras de grande prestígio, como o professor Paulo Quintela.

Da Holanda, uma centena de emigrantes portugueses, alguns deles socialistas, enviam um telegrama ao PS manifestando a sua «mais profunda revolta e espanto perante o anúncio do acordo parlamentar e de governo entre o PS e o CDS».

De todas as regiões do País, das zonas industriais, das grandes cidades, dos campos do Norte, do Centro e do Sul vêm as verdadeiras vozes do nosso povo, os seus anseios, as suas preocupações pelo que se avizinha: o aumento do desemprego, o incentivo aos despedimentos, o aumento brutal do custo de vida, a repressão aumentando contra os legítimos representantes dos trabalhadores nas empresas do patronato reaccionário, os ataques às liberdades fundamentais, a escalada, afinal, contra as conquistas revolucionárias e democráticas de todo o povo.

Não há prémios, apostas, truques de ilusão barata, fantasmas do fascismo, com o anticomunismo à cabeça, que façam calar esses anseios dos trabalhadores organizados.

Os «oitos séculos de história» também não os farão calar: E muito menos os farão morrer, porque esses séculos são os da história do nosso povo, a história dos seus anseios, a história das suas lutas que continuam e continuarão contra os herdeiros do fascismo.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL
NO 1.º CONGRESSO DA UEC

“Os dirigentes do PS chamam a si uma responsabilidade histórica ao recusarem o entendimento com o PCP e ao abrirem as portas da fortaleza democrática criada pelo 25 de Abril àqueles que a querem conquistar para a destruir depois”

(...)

Não sabemos ainda que governo será formado, nem qual será, no concreto, o seu programa.

Mas uma coisa é certa: qualquer que seja o Governo existe uma nova realidade portuguesa uma nova realidade económica, social e política criada pela Revolução, uma nova realidade que a maioria esmagadora do Povo português quer defender e construir.

Por não ter em conta nem compreender essa nova realidade, o Governo PS viu com surpresa que os resultados das suas medidas eram no geral precisamente as contrárias dos anunciados.

Julgou o Governo PS que com quatro penas, com uns tantos decretos, com umas tantas medidas administrativas e repressivas, com umas tantas manobras divisionistas do movimento operário e popular tinha assegurado um fácil caminho de destruição das conquistas da Revolução e da restauração do poder económico e político do grande capital e dos grandes senhores da terra.

E ao fim de 16 meses, viu que a nova realidade nacional era tão forte que fez fracassar

a sua política, foi isolando cada vez mais o Governo e acabou por derrubá-lo em 8 de Dezembro.

A coligação com o CDS mostrou que os dirigentes do PS não querem aprender com a vida. A perspectiva que a coligação com o CDS abre ao PS não é a do sucesso, mas a de novos fracassos.

O fracasso monumental de 16 meses da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo PS, aconselharia os dirigentes do PS a corrigirem essa política, a sustêrem a ofensiva contra as conquistas da Revolução a promoverem finalmente um esforço nacional e patriótico para a saída da crise.

A coligação com o CDS, partido do grande capital e dos grandes proprietários, faz prever, não a rectificação, mas a acentuação de traços negativos da política de recuperação capitalista do governo anterior.

A recusa a um acordo com o PCP e o acordo com o CDS, acentuam a opção de classe dos dirigentes do PS, a sua capitulação ante os interesses dos exploradores do nosso povo e o seu afastamento cada vez maior dos interesses, dos sentimentos das aspirações e dos objectivos da classe

operária e de todo o povo trabalhador de Portugal.

A recusa a um acordo com o PCP e o acordo com o CDS, partido da reacção, extrema-direita da Assembleia da República indica uma nova guinada à direita do Governo de Mário Soares.

Os dirigentes do PS preferiram atender às exigências dos capitalistas e agrários que às justas reclamações vindas do mundo do trabalho. Preferiram a aliança com um partido reaccionário à aliança com um partido democrático e dos trabalhadores.

A coligação PS-CDS está a causar justa indignação popular, porque não podem assegurar a defesa do regime democrático aqueles que votaram contra a Constituição e sempre têm conduzido uma campanha contra ela.

Não podem contribuir para a defesa das conquistas da Revolução consagradas na Constituição, aqueles que sempre se têm declarado seus irreconciliáveis inimigos.

Não podem assegurar as liberdades daqueles que na sua prática política diária a não respeitam, que formam bandos de caceteiros neonazis, que nas escolas, como sabem bem os estudantes portugueses, lançam operações de violência

em que se juntam em retaliações e bestialidades a juventude centrada CDS e os nazis do MIRN.

Não podem, a partir do Governo, assegurar o funcionamento normal das instituições democráticas aqueles, cujo aparelho partidário, cujos quadros e cujos apoios são fascistas e reaccionários, são os cacetes do anticomunismo, são os homens de Salazar e do Caetano, são os quadros da ANP e da Legião de sinistra memória, são redes de marginais e de terroristas.

A participação no Governo não é um sabão tira-nódoas eliminando na prática política dos partidos as marcas do fascismo e da reacção.

Os dirigentes do PS chamam a si uma responsabilidade histórica ao recusarem um entendimento com o PCP e ao abrirem as portas da fortaleza democrática criada pelo 25 de Abril àqueles que a querem conquistar para a destruir depois.

E que não se iluda o PS. O CDS propõe-se acompanhá-lo até Coimbra mas para deixar depois o PS abandonado na berm da estrada.

Não é porém o pacto e a coligação PS-CDS que mudam as realidades profundas da economia, da

sociedade e da política portuguesa.

A coligação PS-CDS não levará ao enfraquecimento, mas ao reforço da unidade, da determinação e da vontade de luta do Povo português e da juventude portuguesa em defesa das liberdades, das conquistas da revolução, do regime democrático.

A grande corrente unitária popular e democrática será cada dia mais larga e mais poderosa, e será engrossada dia-a-dia por milhares e milhares de democratas (incluindo socialistas) que justamente condenam, tal como nós próprios esta coligação do PS com a extrema direita da Assembleia da República.

Podemos confiar, camaradas, que se o futuro governo for um governo de coligação PS-CDS, e se esse governo insistir e agravar a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, estará condenado ao fracasso tal como aconteceu ao Governo PS socialista.

A coligação PS-CDS não solucionará a crise. De facto irá agravá-la. O dia virá em que se acabará por impor finalmente como verdadeira e única saída nacional uma alternativa democrática.

Que propunha, no seu texto de acordo, o PS ao PCP? “Nada mais nada menos, que o PCP empenhasse todos os seus esforços para aplicação integral da Lei Barreto!”

(...)

Se não se chegou a acordo, do PCP com o PS, não foi por qualquer súbita, excessiva e inesperada exigência da última hora do PCP, conforme andam a dizer para al dos dirigentes do PS.

Se não se chegou a acordo foi apenas porque o PS propôs para ser assinado como texto final insusceptível de modificações, um texto que não contemplava propostas que o PCP fizera desde a primeira hora e que sempre afirmou considerar essenciais.

Temos mantido discrição a esse respeito. Mas uma vez que se procura responsabilidade do PCP pela ruptura das negociações e nessa base se está lançando uma campanha contra o nosso Partido, torna-se necessário pôr alguns pontos, nos “lil”.

O primeiro ponto é que o PCP não fez nenhuma proposta à última hora em nenhuma questão essencial.

Todas as propostas em matéria de fundo feitas pelo PCP constam de dois documentos datados de 21 de Novembro entregues ao Primeiro-Ministro e ao PS como resposta do PCP ao Memorando apresentado pelo Primeiro-Ministro em 17 de Novembro à Assembleia da República e aos partidos.

Nos 13 encontros realizados entre delegações dos dois partidos (além de encontros realizados entre os secretários gerais) o PCP insistiu sempre na importância de um acordo em matérias essenciais.

O segundo ponto é que, as questões sobre as quais não

houve entendimento e que impossibilitaram a assinatura de um acordo não são questões menores, mas questões como a Reforma Agrária e as nacionalizações, que toda a gente sabe serem consideradas fundamentais pelo PCP.

Se um dos dois partidos apresentou à última hora propostas inaceitáveis, não foi o PCP, mas o PS.

Em relação às nacionalizações, tinha-se adiantado alguma coisa nas discussões. Mas, à última hora, o PS, voltando atrás em relação a apuramentos já feitos, recusou-se a tomar alguns compromissos que o PCP considera essenciais, respeitantes à não introdução de empresas capitalistas em sectores nacionalizados, à defesa da viabilidade das empresas nacionalizadas, à não cedência da exploração e de gestão de empresas nacionalizadas aos capitalistas.

Em relação à Reforma Agrária, logo em 21 de Novembro, avançamos uma série de propostas em que insistimos sempre no decurso das negociações.

Propusemos, entre outras coisas que os monstrosos critérios de pontuação fixados na “Lei Barreto” não tivessem aplicação às expropriações e reservas já efectuadas antes da entrada em vigor dessa lei.

Propusemos que, pelo menos até ao fim do ano agrícola, as UCPs e Cooperativas mantivessem a posse das terras sementeiras ou preparadas para sementeiras, o que é um

imperativo de justiça e uma garantia para a produção agrícola.

Propusemos que fossem entregues às UCPs e Cooperativas as terras que lhes foram arrancadas pelo MAP e ficaram abandonadas. Propusemos que fosse garantido às UCPs, e Cooperativas o direito de preferência no arrendamento das terras de reservas, desde que o proprietário as não explorasse por conta própria. Propusemos que fossem reexaminados os casos de extorsões ilegais e arbitrárias de terras, gados, máquinas e produtos agrícolas às UCPs e Cooperativas e fosse restituído a estas tudo o que lhes tivesse sido ilegal e arbitrariamente arrancado.

Propusemos que fosse garantida a autonomia da gestão das UCPs e Cooperativas.

Qual a atitude do PS em relação a estas e outras propostas, que constituem garantias básicas para a defesa da Reforma Agrária?

Primeiro, o PS foi atrasando de dia para dia a discussão deste ponto. As nossas propostas foram feitas em 17 de Novembro. Depois da queda do Governo, o dr. Mário Soares foi indigitado Primeiro-Ministro em 28 de Dezembro. Em 3 de Janeiro, ao começarem-se as negociações, no documento do PS com contrapropostas, tudo quanto respecta à Reforma Agrária é uma página completamente em branco com o título “Reforma Agrária”.

Só no dia 10, véspera da data em que o Primeiro-Ministro indigitado deveria dar conta

das suas diligências ao Presidente da República, só então o PS fez uma contraproposta escrita sobre a Reforma Agrária.

E o que propunha? Nada mais, nada menos, que o PCP empenhasse todos os seus esforços para a aplicação integral da “Lei Barreto”!

Os termos da proposta eram tais que quase parecia ser o seu objectivo o rompimento das negociações. Mas quisémos prosseguir até ao limite das possibilidades.

Adiantámos rapidamente contrapropostas. Mas dia 12, o PS apresentou como último texto insusceptível de modificações, um texto que não contemplava as nossas contrapropostas.

Esta é a verdade acerca das razões por que o PCP não assinou o acordo.

Demos provas de boa vontade e de grande empenho em chegar a um acordo. Mas é bom de ver que o PCP nunca assinaria um acordo que depois pudesse ser invocado para prosseguir a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, a ofensiva contra os trabalhadores, a ofensiva de recuperação capitalista e latifundista que nos 16 meses de Governo PS conduziu Portugal à beira da bancarrota.

Quanto à composição do Governo, sabe-se que o PCP defendeu que se devia começar pela elaboração duma plataforma, afirmando que, elaborada a plataforma, ficaria simplificada a formação e composição do governo.

Isto não significa que o PCP se desinteressasse da composição política e pessoal do governo. Declarámos mesmo estar abertos a fórmulas diversas, mas sob condição de darem certas garantias de não serem em causa o acordo político que viesse a ser firmado pelo PCP e PS.

Há quem tenha posto a correr que também quanto à composição do governo o PCP criou dificuldades de última hora, com novas exigências e até reclamando ter representantes seus no governo.

Isto não corresponde à verdade. A verdade é que em numerosos documentos do nosso Partido sempre nos declarámos opostos a um governo de coligação PS-CDS.

Tornando-se claro nos últimos dias de negociações com o PS que se estava a caminhar, não para um governo com personalidades de tendências variadas, mas para um verdadeiro governo de coligação PS-CDS, declarámos que, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar comunista votaria contra.

Podem agora os dirigentes do CDS dizer que nunca discutiram com o PS distribuição de Ministérios, ou pessoas para os ocupar.

Ouvimos o professor Freitas do Amaral fazer essa afirmação na TV. Não nos espantou que a lizesse. O que nos espantou foi que não lhe tivesse na altura calado nenhum dente.

“Que não cante vitória a reacção. O Povo português tem força bastante para defender a democracia”

Todos os sectores políticos são concordantes em afirmar que a situação económica e financeira é uma questão central, que necessita de solução urgente, de que depende o bem-estar do Povo português, o regime democrático e até a independência nacional.

(...)

A questão é de saber qual é a política capaz de conseguir esse objectivo,

(...)

O PCP tem defendido insistentemente que a recuperação económica e financeira pode ser alcançada, mas para isso é necessário que cesse rapidamente a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, é necessário que pare a ofensiva contra as conquistas da revolução, é necessário que sejam defendidas e consolidadas as transformações económicas democráticas alcançadas desde o 25 de Abril, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

A recuperação económica e financeira pode ser alcançada, com um grande esforço nacional e patriótico, mas para isso é necessário que cesse a política antipopulária e antipopular.

No quadro da democracia portuguesa e das instituições, a recuperação económica e financeira pode ser alcançada e não contra os trabalhadores. E quando em Portugal se diz com os trabalhadores, tem de dizer-se também com o PCP.

Foi dentro destas ideias fundamentais que nós examinámos paralelamente com o PS duas séries de questões.

Por um lado, as grandes linhas para a recuperação económica e financeira ou, (se se quiser, por outras palavras) as grandes linhas para a estabilização.

Por outro lado, as garantias da defesa das transformações democráticas que desde o 25 de Abril se alcançaram nas estruturas socioeconómicas, ou seja, as garantias da manutenção dos limites entre as formações económicas, e da defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, das UCPs e Cooperativas, das empresas em autogestão, e dos outros sectores não capitalistas que revolução fez surgir na economia portuguesa.

O PCP considerou sempre inseparáveis estas duas grandes séries de problemas.

(...)

A recuperação económica e financeira, exige que cesse a ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista, exige que se respeitem as diversas formações económicas e que se respeite a dinâmica própria de cada uma delas.

Foi o PCP o primeiro partido que depois do 25 de Abril levantou a urgência duma política de austeridade.

(...)

Mas se então ligávamos a urgência de medidas de austeridade à urgência de medidas contra os monopólios e os latifundiários que então tinham o poder económico, actualmente, depois de terem sido nacionalizadas as empresas dos grupos monopolistas e terem sido expropriadas terras dos latifundiários correspondentes a cerca de um quinto da superfície cultivável do País, considerámos inseparável uma política de austeridade e de defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo de gestão, dos direitos dos trabalhadores.

Austeridade sim, mas para a consolidação e prosseguimento das transformações democráticas e não para a recuperação capitalista e latifundista e imperialista.

Austeridade sim, mas a começar pelos altos rendimentos e pelos consumos sumptuosos.

Muitas vezes os trabalhadores têm repetido estarem dispostos a sacrifícios não para encherem os bolsos e os cofres dos capitalistas, mas para bem do povo e do País, não para restaurar o poder económico e político do grande capital e dos grandes latifundiários, mas para assegurar a democracia portuguesa a perspectiva que muitos se esforçam por esquecer e fazer esquecer.

(...)

Ao assinarem o seu acordo com a solenidade dum tratado, os dirigentes do PS e do CDS falam numa estabilidade e numa base de apoio com que a coligação contaria.

A verdade é que um governo de coligação PS-CDS arrisca-se a ter uma base de apoio ainda mais frágil do que aquela de que dispunha o governo PS sozinho.

Por um lado, a maioria parlamentar dos dois partidos é contraditória, incerta, sujeita a amputações e por isso mesmo precária.

Por outro lado, a base de apoio social duma coligação PS-CDS é incomparavelmente mais reduzida que a sua base de apoio parlamentar.

A coligação PS-CDS

aparece assim na cena política como um monstro com pés de barro.

Face à coligação, o movimento operário e popular e as correntes democráticas e constitucionais abarcam cada vez mais amplas camadas da população.

A evolução do movimento sindical é uma eloquente advertência para o PS acerca da sua política de recuperação capitalista. Das 111 eleições sindicais realizadas em 1977, as listas unitárias venceram em 83 sindicatos representando 565 000 trabalhadores (81%). O PS perdeu 23 sindicatos, as listas PS ganharam apenas dois sindicatos, e em alianças sem princípios, 10.

A corrente sindical PS ficou reduzida a pouco mais de zero. Tais resultados mostram que o PS calcula mal a sua força e influência actual e se não tem em conta esta evolução. Mostram também que a unidade, a consciência de classe, a compreensão da política necessária se reforçam consideravelmente.

Também no movimento camponês, nas classes médias, no movimento das mulheres e da juventude, no movimento associativo se registam consideráveis avanços.

Que não cante vitória a reacção. O Povo português tem força bastante para defender a democracia.

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

PUB.

LUIS CORVALAN



A REVOLUÇÃO CHILENA
a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia

edições Avante!

LENINE
E A REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams, que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.

edições Avante!

Preço: 100\$00

CD a distribuição

1.º Congresso: uma jornada apontada ao futuro

ORIENTAÇÕES CONCRETAS

Caracterizado ao longo de todas as sessões pelo entusiasmo e pela viva participação dos seus 718 delegados e de milhares de convidados, oriundos de todos os pontos do País, decorreu no passado fim-de-semana (sábado e domingo), no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, o 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas, subordinado ao lema «A Escola e a Vida no Caminho de Abril».

Realizado no 6.º aniversário da fundação da UEC, esta grandiosa jornada de unidade, de organização e de internacionalismo dos estudantes comunistas portugueses assume um profundo significado na vida da UEC e no desenvolvimento da luta estudantil. É o ponto de chegada de uma riquíssima experiência adquirida primeiro nas duras condições ditadas pelos últimos anos do fascismo, e, depois, ao longo do acidentado percurso do processo democrático. Construída nas suas vitórias e insucessos, no acerto da sua orientação e nos desvios e erros, com a dedicação militante e a firmeza revolucionária de milhares de estudantes, a UEC afirma-se hoje como a grande organização estudantil da esquerda, como a mais firme e consequente defensora da unidade e dos direitos dos estudantes.

Tal como sublinha um dos documentos finais aprovados pelos delegados, «na base do debate vivo e autocrítico que o antecedeu, a partir da análise da situação actual das escolas e do movimento estudantil, o 1.º Congresso da UEC propôs aos estudantes portugueses objectivos, formas de luta e reivindicações que permitam vencer a crise do Ensino e construir um Ensino para a vida no Portugal de Abril, combater a degradação das condições de vida e construir uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil, vencer o divisionismo e dar mais força ao Movimento Associativo, reforçar e alargar a organização dos estudantes comunistas, construindo uma UEC mais forte e influente».

Na verdade, o Congresso não se deteve apenas no balanço e na análise crítica e objectiva dos seis anos de luta e de actividade da organização. Foi também uma grande jornada apontada ao futuro, analisaram-se os problemas da juventude estudantil; estudaram-

Apesar de ficar praticamente abandonada aos fins-de-semana, a cidade de Lisboa deu conta da realização desta grande jornada. Logo no sábado, a manhã cinzenta e fria conheceu a cor e o calor da juventude revolucionária. Ao pavilhão dos Desportos, situado numa zona central da cidade, chegavam, muito antes das 9.30 (hora marcada para o início dos trabalhos), várias camionetas de excursão repletas de jovens com as bandeiras vermelhas da UEC. Vinham da Margem Sul, do Alentejo e do Algarve. Os do Norte

A PRESENÇA DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

Acontecimento histórico na vida do movimento estudantil português, de grande impacto entre a jovem geração e de profundo significado político e social, o 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas foi acompanhado por representantes de diversos órgãos de informação nacionais e estrangeiros.

Com efeito, deslocaram-se ao Pavilhão dos Desportos repórteres dos seguintes órgãos de Comunicação: RTP, RDP, «o diário», «Diário de Lisboa», «Extra», «Diário Popular», «A Capital», «Jornal de Notícias», «A Luta», «Século» e ANOP, e ainda a TV Soviética, TV da RDA, «Novosti», «Isvestia», Agência Noticiosa Checoslovaca, ADN e Agência Gama Press.

No decorrer do Congresso, os jornalistas presentes contaram com a preciosa colaboração de um grupo de camaradas da UEC destacados para o efeito.

e Beiras vieram num comboio especial e eram mais de 500. Da estação até ao local do Congresso foi o desfile entusiástico, emoldurado por cartazes, distícos e bandeiras. Entretanto, iam chegando dezenas e dezenas de outros jovens. Uns vinham a pé, dirigindo-se apressadamente para o Pavilhão. Outros acabavam de sair do «metro» ou do autocarro. E foi o mesmo ambiente de alegria e de entusiasmo vibrante

Eleitoral e da Comissão de Redacção e a Ordem de Trabalhos, que seriam aprovadas por unanimidade.

Além dos camaradas eleitos para o Secretariado do Congresso — João Leal, João Semedo, Joaquim Oliveira, Joaquim Pina Moura, Margarida Teixeira, Maria Eugénia Gomes, Maria Lima e Virgílio Rocha — tomaram lugar na tribuna os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido; Jorge Araújo, do Secretariado do Comité Central; Jaime Serra, da Comissão Política do CC; Georgette Ferreira, do CC; e Horácio Rufino, do CC do Partido e membro da Comissão Executiva da Comissão Central da União da Juventude Comunista (UJC).

Também presentes na tribuna vários camaradas de organismos dirigentes da UEC e ainda os seguintes elementos das delegações das organizações estrangeiras: Alexander Jarikov, do Komsomol Leninista, vice-presidente do Comité das Organizações Juvenis da URSS e presidente do Comité dos Estudantes da URSS; António Azevedo, da Comissão Nacional da Juventude do MPLA; Wolfgang Rudolf, secretário do Conselho Central da FDJ, da RDA; Jaime Djaló, da Comissão Política e responsável pelo departamento Internacional da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC); Nitcheva Bolka, do Comité Central do Komsomol Dimitrovião (Bulgária); Paal Vasiagh, da Comissão Executiva da KISZ, organização da juventude estudantil húngara; Johan Butzow, secretário-geral da SÖL (Finlândia); Tadeusz Sawic, presidente-adjunto da Direcção Geral da União Socialista da Juventude Polaca; Viktor Pazler, do Secretariado Municipal de Praga e da SSM, organização da juventude checoslovaca; Danielle Etelle, do Conselho Nacional do Movimento da Juventude Comunista de França; Francisco Alcáide, do CC da Juventude Comunista de Espanha; Bontas Vasilie, da Comissão Executiva da União das Associações de Estudantes da Roménia, e presidente da União das Associações dos Estudantes de Bucareste; Rainer Krinz, do Secretariado do Comité Central da Spartakus, da RFA; Sordani Kerlin, secretário-presidente da Comissão para as relações internacionais da União da Juventude Socialista da Jugoslávia; Prandilio Jardine, da UJC de Cuba e do Secretariado Nacional da Federação dos Estudantes Cubanos; e Karystian Yarne, do Comité Central da KNE, organização da juventude comunista da Grécia.

A FMJD esteve representada no Congresso por Francisco Mendes, membro do Bureau; e a UIE, por Phan Van Chuang, do Secretariado.

PRESENTE UMA DELEGAÇÃO DA JS

A saudação de abertura esteve a cargo da camarada Maria Eugénia Gomes que, «em nome da Comissão Central da UEC», dirigiu a todos os presentes «as mais calorosas saudações de amizade e combate». Entre os convidados especiais, a quem se dirigiu também esta mensagem, encontravam-se representantes da Juventude Socialista, do MDP/CDE, LCI, União da Esquerda Socialista e Democrática (UESD), MDM, Departamento Juvenil da CGTP-IN, Comissões Juvenis do Sindicato dos Electricistas e da União dos Sindicatos de Lisboa, das Associações de Estudantes a Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) e Instituto Superior de Economia (ISE), da Coordenadora das Colectividades de Alentejo, e ainda dos Pioneiros do Portugal e do Sector Intelectual do PCP.

Entre outras conhecidas personalidades, deslocaram-se também ao Pavilhão dos Desportos Pimenta Santos, José Tengarrinha, Silva Graça, Agostinho Monteiro, Francisco Pereira de Moura, Lino Lima, Jorge Lemos e Arnaldo Fonseca.

Subordinado ao tema «UEC: seis anos de luta por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil, por um Ensino ao serviço do Povo e do

País», a intervenção do camarada Pina Moura, membro suplente do CC do PCP, e do Secretariado da CC da UEC, abordou a actividade preparatória do Congresso, a luta dos estudantes comunistas pelo reforço da unidade estudantil, as suas condições de estudo e de vida, o Movimento Associativo — expressão e direcção principal da unidade da juventude estudantil e a necessidade urgente de fortalecer a UEC e alargar a sua influência entre a massa estudantil.

Apesar de o sistema de ensino estar fechado à esmagadora maioria do Povo português, particularmente na Universidade, a juventude estudantil constitui uma força importante no quadro social actual. Aproximadamente meio milhão de jovens, rapazes e raparigas, entre os 13/14 anos e os 25 anos frequentam o Ensino Unificado, Liceal, Técnico-Profissional, Médio e Superior; afirmou o camarada Pina Moura a dado passo da sua intervenção. E mais adiante sublinhou:

Na juventude estudantil encontramos, seguramente, a esmagadora maioria dos quadros técnicos e dos intelectuais que, num prazo mais ou menos curto, se vão inserir em lugares mais ou menos determinantes das actividades económicas, dos serviços públicos, do aparelho de Estado da administração pública e do aparelho de ensino, aos seus vários níveis.

Detendo-se em particular na luta desenvolvida pelos estudantes comunistas em prol da unidade da massa estudantil, o camarada Pina Moura, frequentemente interrompido pelos aplausos vibrantes dos delegados e convidados, declarou:

A União dos Estudantes Comunistas é a única organização política estudantil que faz sua batalha da unidade estudantil. Assim acontece porque a UEC é a única organização estudantil verdadeiramente consequente, é a única organização estudantil que está interessada em contribuir, com o reforço da

SEIS ANOS DE COMBATE A PENSAR NO FUTURO

A passagem do 6.º aniversário da União dos Estudantes Comunistas (21 de Janeiro de 1972 — 21 de Janeiro de 1978) foi particularmente comemorada quando, no primeiro dia do Congresso, um dos militantes presentes no Pavilhão dos Desportos apagou seis velas de um grande bolo de aniversário, momento que seria assinalado pela entoação do «Parabéns a você!», por fortes aplausos e palavras de ordem, acompanhadas pelos punhos erguidos de milhares de jovens.

Para trás ficavam seis anos de luta em defesa dos direitos e das justas reivindicações da massa estudantil, seis anos de sacrifícios, de trabalho militante, de firmeza e de inabalável confiança revolucionária.

Seis anos de combate e de esperança a pensar no futuro.

unidade estudantil, para o fortalecimento do movimento da juventude, parte integrante da ampla frente de forças sociais (classe operária, quadros, empregados, intelectuais, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais), que constituem a base de apoio e de defesa do regime constitucional.

O papel da UEC é de tal forma sensível no desenvolvimento da unidade estudantil que pode afirmar-se (e os factos provam-no) que o reforço do movimento unitário estudantil (da sua organização, da sua expressão de massas e da sua amplitude unitária) varia na razão directa da influência que os estudantes comunistas nele têm.

Assim, «não se pode desligar da influência, em muitos casos decisiva, que os estudantes comunistas tiveram na orientação aprovada pelas massas estudantis para o MA, nos primeiros meses de «liberdade», o impetuoso desenvolvimento do Movimento Associativo traduzido na criação de 21 novas associações no Ensino Superior; no arranque de um forte e dinâmico MA no Ensino Médio, que hoje se traduz na existência de 26 Associações nas Escolas do Magistério e de Enfermagem; na



consolidação do insipido existente no Secundário à altura do 25 de Abril que actualmente abrange mais de 13.800 Associações nos liceus, escolas técnicas e secundárias.

15 MIL ESTUDANTES EXPULSOS DO ENSINO

Analisando em detalhe as graves consequências da política antipedagógica e antidemocrática do MEIC de Cardia, ao longo dos últimos 16 meses, o camarada Pina Moura afirmou:

No que respeita ao ensino a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista procurou destruir o direito ao ensino. Nestes 17 meses, mais de 15.000 estudantes foram expulsos do ensino, apenas o ensino superior. Na verdade, dos 22.600 estudantes que haviam inscrito no Serviço Cívico Estudantil, pouco depois da tomada de posse do Governo PS aliado de facto à direita, apenas frequentaram a Universidade pouco mais

de 10.000. A política de recuperação capitalista, agrária e imperialista procurou destruir o direito ao ensino. Nestes 17 meses, mais de 15.000 estudantes foram expulsos do ensino, apenas o ensino superior. Na verdade, dos 22.600 estudantes que haviam inscrito no Serviço Cívico Estudantil, pouco depois da tomada de posse do Governo PS aliado de facto à direita, apenas frequentaram a Universidade pouco mais

de 10.000. A política de recuperação capitalista, agrária e imperialista procurou destruir o direito ao ensino. Nestes 17 meses, mais de 15.000 estudantes foram expulsos do ensino, apenas o ensino superior. Na verdade, dos 22.600 estudantes que haviam inscrito no Serviço Cívico Estudantil, pouco depois da tomada de posse do Governo PS aliado de facto à direita, apenas frequentaram a Universidade pouco mais

300 MIL JOVENS DESEMPREGADOS

Uma das mais graves consequências da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, praticada pelo Governo PS, foi o aumento do desemprego, que atingiu duramente a juventude. Sobre este problema, Pina Moura sublinhou:

Mais de 500.000 jovens, desempregados, 300.000 dos quais jovens procurando o primeiro emprego — é o saldo e o resultado da chamada política de «recuperação» económica do último governo, feita de ataques ao sector nacionalizado, de desinvestimentos e de violentas ofensivas contra UCP, cooperativas agrícolas, etc.

O desemprego atingiu também a juventude, a juventude estudantil e os jovens quadros técnicos e intelectuais. O número estimado



José Francisco Mendes, da FMJD:

Sente-se neste Congresso o entusiasmo próprio dos jovens comunistas

Este Congresso da UEC, que se realiza no 6.º aniversário da sua fundação e com a participação de delegados tão jovens é bem a prova de que os jovens portugueses se podem expressar livremente e participar na actividade política sem receio de qualquer tipo de represálias, facto que constitui uma das principais conquistas do 25 de Abril de 1974.

Estas palavras, ditas com emoção e calor, foram as primeiras que José Francisco Mendes, membro do «Bureau» da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e representante desta organização internacional no 1.º Congresso dos estudantes comunistas do Portugal, encontrou para expressar para os leitores do «Avante!» as suas impressões sobre a forma como estava a decorrer este importante acontecimento na vida da UEC.

Prosseguindo, o representante da FMJD salientou que, sendo este um Congresso de jovens, em todos os seus aspectos se sente o entusiasmo próprio dos jovens e, particularmente, dos jovens comunistas.

José Francisco Mendes, que é a segunda vez que se desloca ao nosso país — a sua primeira vinda a Portugal verificou-se recentemente, quando participou no Congresso da UJC, também como representante da FMJD — depois de ter posto em evidência a grande organização e disciplina que transbordava de todos os trabalhos do Congresso,

referiu-se ao espírito combativo e solidário com que estavam a decorrer os trabalhos, exemplificando com a forma como foram recebidas as delegações estrangeiras, particularmente as das ex-colónias portuguesas e da URSS.

Este Congresso — prosseguiu o representante da FMJD — realiza-se numa conjuntura bastante complicada e difícil, na qual se registam tentativas de recuperação capitalista, e são cada vez maiores os esforços das forças reacçãoárias no sentido de fazer retroceder o processo iniciado em 25 de Abril de 1974 e anular as principais conquistas do Povo português, nomeadamente a Reforma Agrária e as nacionalizações.

E José Francisco Mendes acrescentou, referindo-se aos documentos do Congresso: Em todos os momentos do Congresso, e particularmente no relatório lido pelo camarada Pina Moura, é visível o avanço da UEC nestes seis anos, no sentido do seu crescimento e fortalecimento.

Nota-se igualmente um saudável espírito autocrítico, que se manifesta na apresentação, a par dos êxitos, dos erros cometidos, o que permitirá criar as condições para reforçar o papel da UEC como organismo dirigente das massas estudantis — apontou ainda o nosso entrevistado.

Mais adiante, José Francisco Mendes referiu que em todo o Congresso se sentia a palavra de ordem mais

importante no presente momento político português: unidade, unidade para defender as conquistas de Abril.

A breve troca de impressões — ocorrida durante o intervalo de uma das sessões do Congresso — que mantivemos com José Francisco Mendes terminou com algumas declarações acerca do próximo Festival Mundial da Juventude.

O XI Festival realiza-se numa época de grandes vitórias e avanços na luta dos povos e da juventude de todo o mundo. Sem qualquer exagero, sem nenhum medo de errar, pode dizer-se que o Festival Mundial da Juventude é a maior manifestação dos jovens de todo o Mundo — disse-nos o representante da FMJD, que acrescentou:

O Festival Mundial da Juventude, que esta ano se realiza em Cuba e que contará com a participação de mais de 16 mil jovens de todo o Mundo, é o festival da amizade entre os povos.

E a terminar, José Francisco Mendes formulou os seguintes votos: Esperamos e desejamos que os jovens trabalhadores e estudantes portugueses, unidos sob a palavra de ordem «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade», formem o mais rapidamente possível o seu comité nacional preparatório, que reúna todos os jovens — trabalhadores, estudantes, camponeses — para enviarem uma representativa delegação a Cuba.



se as situações criadas com a política antidemocrática, antipedagógica e selectiva do MEIC de Cardia; reuniram-se, na sequência de um trabalho já iniciado há muito tempo, as propostas coerentes da juventude estudantil (para a solução dos seus problemas); apontaram-se tarefas e orientações concretas para os militantes da UEC.

Além dos delegados e convidados, de todos os elementos da Comissão Central da UEC, de representantes de 16 organizações estrangeiras, de um dirigente da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e de outro da União Internacional dos Estudantes (UIE), e de organizações nacionais, como a Juventude Socialista (JS), esteve presente no Congresso uma delegação do Comité Central do PCP, de que fazia parte o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O Congresso da UEC, não passou despercebido na capital,

(que quebrou a monotonia e o silêncio matinal do Parque Eduardo VII), que entrou no Pavilhão dos Desportos, decorado com imaginação e beleza pelos camaradas que participaram no trabalho de implantação.

Atrás da tribuna, erguia-se um grande cenário reproduzindo o cartaz do Congresso. Por cima das bancadas, já repletas de convidados, muitos dos quais empunhando bandeiras e distícos, encontravam-se panos vermelhos com os títulos dos quatro documentos preparatórios do Congresso: «Um Ensino para a vida no Portugal de Abril», «Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil», «Dar mais força ao Movimento Associativo» e «Por uma União dos Estudantes Comunistas forte e influente».

Presidiu à primeira sessão, que decorreu até ao almoço, o camarada Joaquim Gil, da CC da UEC, que pôs à votação a proposta de regulamentação do Congresso, a constituição da Comissão

desenrola num momento difícil e decisivo da vida portuguesa, conforme foi bem expresso pelo camarada Álvaro Cunhal, durante a sua intervenção no Congresso. A situação delicada exige que os estudantes comunistas desenvolvam acções unitárias para salvaguardar a Revolução, cujos frutos as forças reacçãoárias e imperialistas tentam destruir.

Reforçando a ideia de que a juventude portuguesa deve participar na luta para evitar uma viragem à direita, Phan Van Chuang finalizou as suas declarações ao «Avante!», afirmando-nos:

Estou certo que o Congresso da UEC saberá adoptar as medidas necessárias à luta eficaz contra os reacçãoários e os imperialistas, desenvolvendo uma ampla unidade de acção de todos os jovens democratas portugueses.

E foi com uma saudação revolucionária a todos os leitores do «Avante!» que Phan Van Chuang se despediu de nós.

A União Internacional dos Estudantes (UIE) esteve representada no Congresso da UEC por Phan Van Chuang, membro do Secretariado daquela organização, que se deslocou pela primeira vez ao nosso País e que começou por nos manifestar o seu prazer por esse facto.

E um duplo prazer que sinto — disse-nos Phan Van Chuang — por me encontrar aqui em Portugal, como vietnamita e como representante da UIE.

A União Internacional dos Estudantes (UIE) é a organização dos estudantes do meu país, desde há muito tempo, e não apenas desde o 25 de Abril de 1974, que apoiam os estudantes comunistas portugueses. Sempre estivemos ao lado dos jovens comunistas portugueses e dos outros jovens democratas, na sua luta contra o regime fascista de Salazar e Caetano. Alegremo-nos com o êxito do 25 de Abril que derrubou o fascismo, festejamos com os jovens portugueses cada passo em frente na difícil luta desde então travada pelas forças democráticas portuguesas, em cuja

vanguarda se encontram o Partido Comunista Português, a UEC e a UJC — disse-nos ainda Phan Van Chuang.

E mais adiante, acrescentou: Este 1.º Congresso da UEC marca um passo extremamente importante, não só no reforço da organização dos estudantes comunistas portugueses, mas de todo o movimento progressista no seu conjunto.

Referindo-se à sua presença como representante da UIE, Phan Van Chuang acentuou: A UIE considerou que a sua presença no Congresso da UEC não só era desejável como testemunha do desenvolvimento da organização dos estudantes comunistas portugueses, mas também como mensageira do movimento internacional dos jovens para transmitir aos nossos companheiros portugueses as nossas felicitações e as nossas saudações militantes.

Sabemos — acrescentou ainda o membro do Secretariado da UIE — que este Congresso da UEC se



AS LUTAS PARA O REFORÇO DA UEC



MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

MA
tura
e 30
olas

FIM À VIOLÊNCIA FASCISTA NOS LICEUS!

No decorrer da segunda sessão dos trabalhos, os delegados ao Congresso aprovaram por unanimidade e aclamação a seguinte moção:

A recente onda de violência reaccionária em 6 liceus de Lisboa, provocada pelos bandos de caceteleros nazis, coloca ainda mais na ordem do dia o combate às actividades fascistas em numerosas escolas do ensino secundário.

Actuação destes bandos, que impõem através do terror e da coacção física a sua lei, não pode prosseguir. É a liberdade, e a possibilidade dos estudantes poderem estudar e conviver na sua escola, sem estarem sujeitos a serem-nos invadidos e colegas serem espancados, que está em causa.

Estes bandos de caceteleros organizados não escondem os emblemas e autocollantes dos partidos a que pertencem — o MURN, o CDS e o PPD. A actuação destes bandos é bem significativa daquilo que essas forças querem impor, contra a vontade do povo português, do País.

A entrada do CDS, partido que votou contra a Constituição, para o Governo, monstruosidade política só possível devido à política de sucessivas e cada vez maiores cedências da direcção do Partido Socialista à direita, constitui mais um poderoso incentivo à intensificação da provocação nazi nas escolas.

O 1.º Congresso da UEC exige que se ponha de imediato termo à complacência das autoridades, em particular do MEIC, e reclama a tomada de medidas enérgicas contra as actividades fascistas em numerosas escolas do Ensino Secundário.

O 1.º Congresso da UEC sauda os estudantes que corajosamente têm defendido nas suas escolas a liberdade e a democracia, em difíceis condições.

O 1.º Congresso da UEC salienta que a unidade de todos os estudantes, professores e pais democratas é indispensável ao restabelecimento, nas escolas que são alvo do terror fascista, de condições democráticas e das liberdades de expressão e reunião.

camarada Areosa, da CC da UEC,

que se referiu ao trabalho de Informação e Propaganda; e do representante da FDJ da RDA. Antes da intervenção da camarada da JAAC, foi guardado um minuto de silêncio em memória do grande dirigente africano Amílcar Cabral. Até ao fim da sessão, ainda usaram da palavra os camaradas da Bulgária, Hungria, Polónia, Checoslováquia, França e Roménia.

No domingo, pouco depois das 9.30, dava-se início à terceira e última sessão do Congresso, a qual foi presidida por Viriato Pina Moura, que anunciou a chegada à tribuna de várias saudações enviadas, nomeadamente, por grupos musicais e de teatro, pelos

Influência e prestígio, contando hoje com mais de 20 000 membros, a UJC na sua acção consequente, afirma-se, de facto, como a vanguarda revolucionária da juventude trabalhadora portuguesa.

Tal como os momentos difíceis da nossa Revolução em que os jovens trabalhadores saíram à rua para defender o 25 de Abril, para defender nas fábricas as nacionalizações e o controlo operário, para defender nos campos a Reforma Agrária, desta tribuna quero reafirmar a nossa disposição de, lado a lado com o nosso Partido, com os estudantes e com todas as outras forças democráticas, nos mantermos nas primeiras



manifestam nas escolas, em particular nos liceus.

Depois das intervenções de vários militantes da UEC, entre os quais a camarada Elies Dias, que denunciou as actividades fascistas no Liceu António Nobre (Porto), falou o representante da FMJD, que seria entusiasticamente saudado pelos presentes. No decorrer da primeira parte da segunda sessão ainda usaram da palavra os camaradas do Komsomol Leninista, a quem foi dispensada uma particular ovação, acompanhada pela entoação de palavras de ordem, e da UIE, além de vários militantes da UEC, entre os quais o camarada Castro Caldas que falou sobre a revista «Linha Geral» e o trabalho de Imprensa da organização.

A segunda parte da sessão foi presidida por João Semedo, da CC. Foram então ouvidas, entre outras, as intervenções de um estudante comunista do Liceu D. Diniz; do representante da JMPLA, camarada António Azevedo, que foi calorosamente aplaudido; do

novos militantes da UEC da Escola Secundária de Vila do Conde, pela LCI, pelo jornal «Contra a Corrente» e ainda pela União dos Jovens Congolese.

COOPERAÇÃO UJC/UEC

A primeira intervenção coube ao camarada Virgílio Rocha, do Secretariado da CC da UEC, que falou sobre fundos, seguido de um elemento da Organização do Ensino Superior do Porto.

Por intermédio do camarada Horácio Rufino, foi lida seguidamente a saudação da UJC ao Congresso. Depois de referir que «há perto de três anos, também os jovens trabalhadores comunistas, continuando a luta que vinham travando e respondendo às necessidades então sentidas, constituíram a sua organização autónoma — a UJC», o camarada Rufino sublinhou:

A alargando regularmente a sua

linhas de combate na defesa das liberdades e da democracia, hoje mais seriamente ameaçadas pela coligação do PS com o CDS, partido que votou contra a Constituição, partido da extrema-direita legal, do capital monopolista, dos latifundiários e do imperialismo.

Referindo-se à cooperação entre a UJC e a UEC, salientou:

Embora virados para um campo de actuação diferente, temos dirigido também a acção da nossa luta para os grandes objectivos comuns: contra o desemprego, a droga e a delinquência, pelo direito ao Ensino, à prática desportiva, à cultura e ao recreio, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, por uma vida melhor.

Muitas acções conjuntas, de que são exemplo os «Festivais da Primavera» e o Encontro Nacional «A Juventude pelo Direito ao Trabalho», se desenvolveram pela concretização desses

objectivos. A constituição do aparelho técnico unificado, a Secção Internacional conjunta, assim como a sede comum, são resultados práticos do reforço da cooperação entre a UJC e a UEC, cada vez mais estreita e fraterna, e que estamos certos não mais val para até à formação de uma organização unificadora das duas organizações comunistas.

Durante a sessão, ainda usaram da palavra os camaradas das organizações juvenis de Cuba (tendo este sido particularmente saudado), Grécia, Espanha e Finlândia. Não podendo estar presente «por razões decorrentes da nossa actividade», a direcção da Juventude do PC Brasileiro enviou ao Congresso uma mensagem, calorosamente recebida, onde exprimia o seu apoio à luta dos estudantes comunistas portugueses e referia aspectos do combate da juventude progressista brasileira, em particular a juventude comunista, contra a ditadura militar. Na sua mensagem, os jovens comunistas do Brasil denunciavam, a propósito, o «desaparecimento» do primeiro-secretário da Juventude do PC Brasileiro, camarada José da Lima.

Os problemas dos estudantes aorianos e as dificuldades da UEC nos Açores foram também levados à tribuna do Congresso por um camarada da Organização dos Estudantes Comunistas daquela Região Autónoma. Além de denunciar a política reaccionária do Governo Regional, as manobras e as provocações das forças separatistas, a intervenção daquele camarada sublinhou a necessidade de se intensificar os contactos entre os núcleos locais da UEC (localizados principalmente em S. Miguel, na Terceira e no Faial) e a organização central.

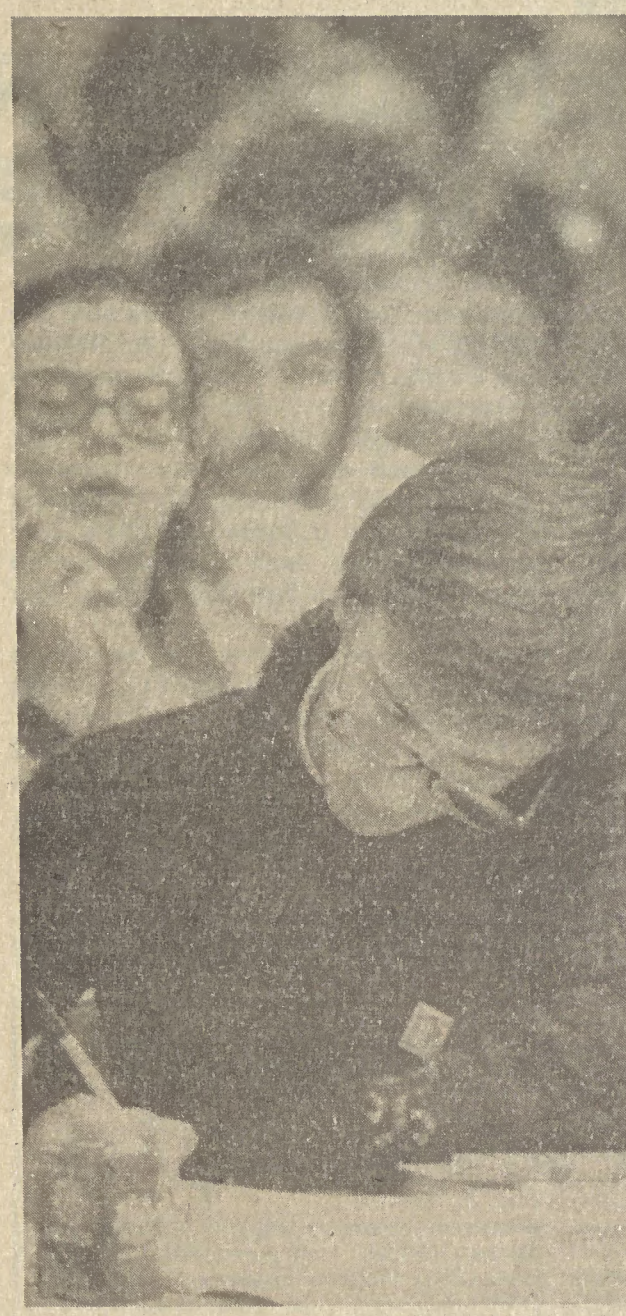
Os trabalhos do Congresso prosseguiram com a eleição da nova Comissão Central da UEC, numa sessão reservada aos delegados.

Pouco depois, os convidados voltaram a tomar os seus lugares nas bancadas, tendo então sido apresentados os 63 elementos da nova Comissão Central, dos quais 21 são raparigas. O novo Secretariado da CC, eleito na primeira reunião da Comissão Central, passa a ser constituído pelos camaradas Pina Moura, José Castro Caldas, João Leal, Maria Eugénia Gomes, Paulo Areosa Feio, Tereza Conde e Virgílio Rocha.

Após a saudação dos Pioneiros — um dos momentos mais entusiasticamente «vivos» pelos presentes — que foi lida por Carlos Pombal, voltou a usar da palavra o camarada Pina Moura que salientou a importante tarefa de levar a todo o País, a todas as escolas, a todos os militantes e simpatizantes e a todos os estudantes, as conclusões do Congresso, e de prosseguir o recrutamento, condição essencial para a edificação de uma verdadeira UEC de massas.

Durante a sua breve intervenção, Pina Moura saudou todos os camaradas que participaram nos trabalhos de implantação, apoio técnico, serviço de apoio aos convidados estrangeiros, etc.

Antes do encerramento do Congresso, o camarada Álvaro Cunhal, falando de improviso, referiu-se ao desenvolvimento da personalidade democrática e progressista da juventude estudantil, e apontou os objectivos do Congresso e as orientações que dele saíram, instrumento essencial para o prosseguimento da luta da UEC, da luta dos estudantes progressistas, e de todos os estudantes realmente interessados na solução dos seus problemas e na consolidação das transformações democráticas operadas no Ensino após o 25 de Abril. Neste sentido, o camarada Álvaro Cunhal considerou o 1.º Congresso da UEC como o início de um novo período de actividade da UEC dirigida para o reforço da luta por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil, para uma maior ligação da vanguarda revolucionária dos estudantes — a UEC — às massas, e para o desenvolvimento da actividade unitária e da influência da organização estudantil comunista.



A FORMAÇÃO DO ESTUDANTE COMUNISTA

Na sessão final, os delegados ao Congresso aprovaram por unanimidade e aclamação uma série de documentos onde se define claramente a posição da UEC em relação a diversos problemas, e se apontam importantes tarefas e orientações a todos os militantes e simpatizantes.

Trata-se dos documentos «Um Ensino para a vida no Portugal de Abril», «Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil», «Dar mais força ao Movimento Associativo» e «Por uma UEC forte e influente» (contendo já numerosas alterações propostas ao longo da preparação e mesmo durante o Congresso, as quais vieram corrigir, enriquecer e desenvolver muitos dos aspectos ali abordados), e ainda o «Manifesto aos Estudantes Portugueses», «Do 1.º Congresso da UEC aos estudantes do Ensino Secundário» e o «Estudante Comunista».

Deste último documento que está dividido em quatro partes — o estudante comunista face ao estudo e à escola, à luta organizada dos estudantes e à UEC, aos problemas do Mundo e do País e à vida — transcrevemos, em seguida algumas das passagens mais significativas: (...) O estudante comunista, na escola deve procurar aprender o máximo de conhecimentos possíveis. Mas deve aliar a tal assimilação, uma visão e consciência crítica sobre o que na escola é veiculado. E procura criar nos seus companheiros de aula tal sentimento.

O estudante comunista deve ser na escola um elemento vivo, atento aos problemas e aspirações de todos os estudantes. E combate na primeira fila, pela resolução justa dos problemas que na escola se põem. O estudante comunista ou lutar com outros estudantes pela resolução dos seus problemas concretos aponta e integra essas acções na luta mais geral por profundas transformações democráticas no ensino que ergam no Portugal democrático a caminho do socialismo, uma escola nova, aberta aos filhos das classes trabalhadoras e com um ensino de qualidade ao serviço do povo e do País.

O estudante comunista procura basear a sua actividade numa constante auscultação da opinião e vontade dos seus companheiros, de modo a poder apresentar as soluções, as propostas mais justas para os problemas que se colocarem (...).

(...) O estudante comunista tem porém a consciência de que os problemas do ensino e da vida dos estudantes só encontrarão plena solução se o Movimento Unitário dos estudantes se inserir na luta do Povo pela defesa e avanço da Revolução Democrática e Nacional na perspectiva do Socialismo.

O estudante comunista salienta que a unidade democrática dos estudantes depende em boa parte da capacidade de organização dos estudantes mais activos e conscientes numa vanguarda revolucionária, a UEC (...).

(...) O estudante comunista interessa-se pelo que se passa à sua volta. Interessa-se pelo que se passa no Mundo e na sociedade em que vive. O estudante comunista interessa-se e toma partido. Partido pelo futuro. Um futuro sem injustiças sociais (...).

(...) Para o estudante comunista tomar partido pelo futuro, significa lutar hoje, em Portugal, pela defesa da democracia e da liberdade, pela consolidação das conquistas de Abril.

Tomar partido pelo futuro, hoje em Portugal, passa pelo combate para que a Constituição seja cada vez mais uma realidade, para que as instituições que ela consagra sejam defendidas e reforçadas contra o ataque que lhes é movido pelas forças da reacção interna e do imperialismo.

O estudante comunista é um activo combatente contra a ingerência do Imperialismo na nossa Pátria. Ele é um patriota (...).

O estudante comunista é simultaneamente um internacionalista. Ele encontra-se solidário com as lutas dos Povos do Mundo pela sua libertação. Ele combate, onde quer que se encontre, pela paz entre os povos. Mas ele cumpre o seu dever internacionalista em primeiro lugar defendendo o caminho de Abril, a Revolução Portuguesa apontada ao socialismo. Ele assume ainda o internacionalismo divulgando as conquistas do socialismo real, principal baluarte das forças que combatem por um mundo novo, de progresso social (...).

(...) O estudante comunista não tem da vida uma concepção estreita. Viver a vida para ele não é qualquer tempo, não é a rotina de um quotidiano sem novidade nem interesse. Para o estudante comunista viver a vida é uma constante descoberta, um constante enriquecimento humano, cultural e desportivo.

O estudante comunista procura a cada momento ser um amigo.

O estudante comunista tenta alargar as suas relações com os seus companheiros na amizade franca e não na hipocrisia. Concebe a prática, o amor sem segredos ou tabus, combatendo a falsidade nessas relações.

O estudante comunista deve encontrar-se aberto a todas as manifestações culturais de qualidade. Não tem da arte uma visão dogmática ou uma visão formalista.

O estudante comunista procura ter da vida uma ideia larga. Procura vivê-la na diversificação, condição indispensável a uma integral formação. Assume-a como uma batalha onde, no fundo, ESTUDAR, PARTICIPAR, LUTAR, CONVIVER, É, ENFIM, VIVER A VIDA NO PORTUGAL DE ABRIL.

ENTUSIASMO NA FESTA DE ENCERRAMENTO

O Congresso da UEC terminou da melhor maneira. Isto é: terminou com música, com canções, com festa.

Além dos delegados e da maior parte dos convidados, a festa de encerramento do Congresso — que decorreu num ambiente muito animado, caracterizado pelo entusiasmo e pela vibração de todos os presentes — mobilizou ainda centenas de jovens que se deslocaram ao Pavilhão dos Desportos com o único objectivo de assistir à festa. Conviveram como militantes e simpatizantes da UEC. Falaram sobre esta ou aquela questão, sobre este ou aquele problema da sua escola. Expressaram esta ou aquela opinião. E tiveram também oportunidade de assistir a um grande espectáculo em que actuaram, entre outros, Carlos Paredes, Luís Basto, José Barata Moura, os grupos «Resistência» e «Trovante», a Brigada Victor Jara e o Rancho Folclórico Juvenil de Faro.

Mas a festa não ficou por aqui. À noite, houve ainda um animado baile.



Évora

I ENCONTRO REGIONAL DA FEPU BALANÇO DE UM ANO DE ACTIVIDADE

O 1.º Grande Encontro dos eleitos da FEPU nos três distritos do Alentejo, realizado no passado domingo num dos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora, constituiu uma importante e proveitosa jornada de trabalho em que, para além da análise crítica da actividade desenvolvida por aqueles responsáveis autárquicos durante o primeiro ano do seu mandato, se definiram linhas de actuação para o trabalho futuro que permitam servir cada vez mais eficazmente as necessidades e aspirações das populações que os elegeram.

No Encontro, que contou com a presença de Helena Cidade Moura, Anselmo Aníbal e Carlos Costa, da Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FEPU, participaram cerca de 600 pessoas, entre eleitos e convidados, incluindo representantes de comissões de moradores e trabalhadores, UCPs, sindicatos e colectividões.

Os trabalhos iniciaram-se com a leitura de um extenso documento-síntese da actividade dos eleitos da FEPU, onde se apontam as principais deficiências verificadas, as dificuldades

encontradas e a intensa actividade desenvolvida.

No que se refere a deficiências, o documento assinala em primeiro lugar a falta de trabalho colectivo, infelizmente generalizada na maioria dos órgãos de poder local.

A falta de trabalho colectivo reflecte-se de modo diferente nos vários órgãos. Nas Câmaras, por exemplo, dá origem a duas tendências negativas: por um lado, cria-se a falsa ideia de que são elas os únicos órgãos a quem compete resolver os problemas; por outro lado, dentro das próprias Câmaras, existe a tendência de considerar que é ao respectivo presidente que tudo compete.

Quanto às Juntas de Freguesia, a tendência mais geral é a de cada um tratar das suas tarefas específicas, desordenada e isoladamente. Nos órgãos deliberativos (Assembleias) a situação também não é famosa, verificando-se que muito poucas constituíram já os seus grupos de trabalho ou de estudo.

Estas tendências negativas observadas nos diferentes órgãos resultam, como assinala o documento, na falta de estudo colectivo dos problemas por parte dos eleitos da FEPU, da falta de preparação de reuniões e sessões, da falta de reuniões conjuntas entre as Câmaras e das Câmaras com as Juntas, da falta de colaboração diária e de participação colectiva dos vereadores eleitos.

Também no que toca à informação das populações da actividade desenvolvida nas autarquias se encontram grandes deficiências, tornando-se necessário, segundo o consenso geral, para além da intensificação dos contactos directos, multiplicar a publicação de boletins, folhas informativas, comunicados sobre problemas específicos, etc.

Estas deficiências, que embora de forma diversa se fazem igualmente sentir nas relações com as organizações populares, não podem de forma alguma ser desligadas das próprias falhas existentes nas estruturas da FEPU, que necessitam de ser dinamizadas e adequadas às diversas situações dos distritos e concelhos.

O GOVERNO CENTRAL PROCUROU TRAVAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PODER LOCAL

Mas não foram só as deficiências, muitas delas compreensíveis se se tiver em consideração que se trata de uma frente de trabalho completamente nova para os democratas, que dificultaram o funcionamento dos órgãos de poder local.

Com efeito, e não obstante o esforço de renovação empreendido pelas Comissões Administrativas após o 25 de Abril, os novos órgãos autárquicos debatem-se ainda hoje com graves carências nas estruturas existentes, profundamente marcadas por quase meio século de fascismo, para quem as autarquias não passavam de meros mecanismos burocráticos e, sobretudo, pidescos.

A má organização dos serviços, a que se junta uma enorme carência de meios humanos, técnicos, financeiros e mesmo de instalações, não se encontrava em absoluto capaz de responder rápida e eficazmente às necessidades das populações.

Como se todos estes problemas não bastassem, os órgãos de poder local tiveram (e têm) ainda de enfrentar as dificuldades criadas e impostas pelo Governo Central, manifestamente pouco dispostos a permitir e descentralizar a administração e financeira que a Constituição consagra.

Como se faz notar no documento a que nos vimos referindo, as autarquias não só funcionaram durante cerca de um ano sem que estivessem definidas as suas atribuições e competências como passaram mais de um ano de actividade continuando sem uma lei de finanças locais, nem se vislumbrando, por outro lado, qualquer intenção de se proceder à institucionalização das Regiões Administrativas.

MAS MUITO SE FEZ APESAR DE TUDO

Para além das obras participadas pelo Estado, muitas outras surgiram, um pouco por todo o lado, graças ao trabalho voluntário e à iniciativa popular, apoiadas na medida do possível pelas autarquias, nomeadamente com máquinas e materiais.

Foi assim que por todo o Alentejo surgiram jardins infantis, parques, creches, lares da terceira idade, protecções nas paragens de autocarro, cabines telefónicas, arruamentos, aberturas de valetas, pontões, pontes, caminhos vicinais, aberturas e arruamentos de acessos, aberturas de valas de esgotos e águas, abertura de buracos para colocação de postes de luz, etc.

No concelho de Évora, por exemplo, foram levadas a cabo, durante o ano, cerca de vinte e pequenas obras com a participação das populações. Avaliados o trabalho voluntário dos moradores, mais os materiais obtidos, mais as máquinas

emprestadas pelas UCPs e Cooperativas, mais os camiões e cilindros emprestados por pequenas empresas, apurou-se na totalidade a realização de cerca de 800 contos de obras, para as quais a Câmara contribuiu apenas com cerca de 150 contos de materiais e viaturas. Note-se que estas obras foram todas realizadas aos fins-de-semana.

No que se refere a obras realizadas com participação do Estado (evidentemente a maioria das levadas a cabo já que os municípios mal dispõem de verbas para pagamento de salários e despesas correntes), importa salientar o esforço desenvolvido pelos eleitos da FEPU no sentido das verbas atribuídas às autarquias serem entregues com a maior urgência, dada a premência dos problemas que importava desenvolver.

O Governo, pouco interessado, só veio a publicar estas verbas no início de Maio, passados portanto já quatro meses da tomada de posse dos novos órgãos autárquicos.

Destas obras, salientaremos as realizadas nos sectores de equipa-

mento rural e urbano, saneamento básico e habitação e saúde. No distrito de Évora, no sector de equipamento, efectuaram-se cerca de 160 obras, que atingiram um gasto da ordem dos 55 mil contos, correspondendo a cerca de 76% do total de verbas previstas pelo Estado para todo o ano. No distrito de Beja a verba dispendida ultrapassou igualmente os cinquenta mil contos.

As obras de saneamento básico, pouco mais de sessenta no distrito de Évora, atingiram um gasto efectivo de 151 mil contos, correspondendo a 80% do total previsto pelo Estado. No de Beja a verba dispendida foi superior a cem mil contos.

Em obras de viação rural dispenderam-se, no distrito de Évora, quarenta e dois mil contos, ou seja, 92% do total previsto. Para além das obras comparticipadas (40 já concluídas, 15 em curso e 3 em projecto) foram ainda realizadas mais quarenta obras por administração directa. No

distrito de Beja, o montante de gastos neste sector atingiu os setenta mil contos.

Quanto à habitação, onde as carências se fazem sentir com uma agudeza cada vez maior, importa salientar que foram os serviços de Estado quem deteve todo o poder de decisão ou encaminhamento da política habitacional, sujeitando os concelhos aos programas que entendeu propor.

Lutando embora com grandes dificuldades, nomeadamente no que se refere à tomada de posse de terrenos expropriados (a que o MAP se opôs) e às dificuldades de crédito para as construções, a grande maioria das habitações construídas com a intervenção das autarquias foram construções de tipo social. No princípio do ano de 1977 estavam em construção cerca de 700 fogos e no decorrer do ano findo foi iniciada a construção de mais quatrocentos.

No sector da saúde, igualmente dos mais carenciados, foi apontado o grande esforço feito (em especial no distrito de Beja) no sentido de melhorar o escasso e obsoleto equipamento, através da recuperação dos edifícios existentes e da aquisição de equipamento para pôr tais unidades a funcionar minimamente. Malgrado as dificuldades de funcionamento por parte do Ministério dos Assuntos Sociais, construíram-se e equiparam-se postos médicos, infantários e lares para a terceira idade.

Como se o panorama da saúde e assistência não fosse já suficientemente «negro», surge agora a perspectiva catastrófica, como refere o documento, de não virem a ser substituídos, em Fevereiro próximo, os médicos de serviço à periferia.

A FEPU, alertando para a gravidade deste problema, faz notar no seu documento que, a concretizar-se tal perspectiva, a maioria dos hospitais concelhios do distrito de Évora ficaria sem nenhum médico e, noutros, ficariam apenas um ou dois médicos, em geral de idades avançadas e de clínica privada.



A importância do trabalho das autarquias discutida em Évora por várias dezenas de elementos da FEPU

IMAGEM ATERREDORA DO PAÍS QUE O GOVERNO PARECE IGNORAR

No decorrer do Encontro Regional da FEPU muitos foram os eleitos que usaram da palavra, em intervenções quase sempre colectivas, relatando experiências de um ano de trabalho, denunciando situações de miséria em que continua a viver grande parte do nosso povo, reafirmando a disposição inabalável de prosseguir lutando pela defesa intransigente dos interesses da população que os elegeram.

As intervenções, diferentes embora na forma — que para muitos a escola foi sala onde não chegaram a aquecer lugar — tinham em comum questões de fundo que a todos afectam e cuja resolução se torna cada vez mais urgente. Como a total dependência do Governo Central, que se faz sentir não só no aspecto financeiro (para quando a legislação?) mas também no que se refere ao poder de decisão dos que mais próximos estão dos problemas reais.

Como fazia notar o presidente da Junta de Freguesia de N.ª Senhora de Tourega, não se pode continuar a permitir que quando uma Junta diz que a maior necessidade imediata para a população é uma creche, o Governo envie uma verba expressamente destinada para um depósito! Ou que os projectos fiquem esquecidos nas gavetas dos governadores civis, por onde obrigatoriamente têm de passar, para depois se procurar fazer crer que são as Câmaras que não querem fazer melhoramentos, mesmo quando existem verbas.

A arbitrária distribuição de verbas feita pelo Governo, ao sabor dos compadrios e dos interesses políticos, foi igualmente alvo das mais duras críticas.

Exemplo flagrante dessas arbitrariedades seria denunciado na intervenção colectiva de Odemira, concelho que recebeu do MAI, em verbas livres apenas 4350

contos. Referir a quantia não poderá dar, contudo, uma ideia clara de quanto a mesma é exigua para as necessidades daquele concelho, o maior do país. Por isso, a intervenção dos eleitos de Odemira esclarece: com cerca de trinta e três mil habitantes, o concelho de Odemira conta com um médico para cada 4995 habitantes; não possui uma única enfermeira; possui apenas um veterinário; sendo o concelho de costa marítima, não tem todavia um único porto de abrigo ou qualquer outra protecção para os pescadores.

Neste concelho, dezoito em cada mil habitantes sofre de tuberculose; oitenta e oito em mil de doenças bronco-pulmonares; o índice de mortalidade infantil é dos mais elevados (cinquenta em cada mil crianças morre antes de um ano de idade); 70% das grávidas têm os filhos sem qualquer assistência médica; o analfabetismo atinge os 70%, sendo 40% em idade escolar; doze em cada mil habitantes com mais de quarenta anos nunca comeram carne de vaca.

Mas isto não é tudo. 96% da construção do concelho é clandestina; 86% das povoações não possuem água ou esgotos; 70% não têm electricidade; 82% não têm um único lavadouro; 87% não têm mercado; 90% das povoações não têm instalações sanitárias, havendo um único urinol público em todo o concelho; 60% da população não tem cemitérios, tendo os mortos que ser levados, em muitos casos, a enterrar a vinte e cinco quilómetros de distância, quantas vezes só passados cinco ou seis dias por não haver passagens sobre as ribeiras.

É claro que nem é bom falar de postos clínicos, parques infantis, campos de jogos, cinema ou teatro, bibliotecas, ou mesmo transportes. Nestes campos as percentagens do

que não existe ultrapassa largamente os 70%.

E é para este concelho, de que a linguagem fria dos números dá uma imagem aterradora, que o MAI atribui a ridícula verba de pouco mais de quatro mil contos! Tendo ainda o descaramento de afirmar que os dinheiros foram distribuídos em função das necessidades!!!

Odemira não é, infelizmente, um caso isolado. Como se pôde observar ao longo das intervenções, são as carências que mais pesam no prato da balança. Povoações isoladas devido à inexistência de acessos eram casos correntes no Alentejo, como até há bem pouco tempo sucedia com a Aldeia Velha-Avis, que se hoje tem estradas o deve ao trabalho da população apoiado pela sua Junta. Vilas que, tirando a estrada principal, não possuem qualquer outra rua que se lhe diga "benza-te Deus", como acontece no Cano que, como ironicamente se disse, só nas cantigas é que aparece feita uma vila garra.

Mas, apesar de toda a vasta gama de dificuldades, as vilas e aldeias do Alentejo apresentam já hoje uma face menos deprimente. Não o teriam conseguido os órgãos de poder local, por mais progressistas que fossem, sem o apoio actuante das próprias populações. Não o teriam conseguido os moradores, sozinhos, por mais trabalho voluntário que se dispusessem a dar.

Como salientou Anselmo Aníbal, usando da palavra no encerramento dos trabalhos do Encontro, os eleitos da FEPU estão de facto na primeira linha da luta pela resolução dos problemas das populações. Mas para que esse esforço seja produtivo, disse, importa reforçar cada vez mais os laços entre os responsáveis autárquicos e as massas populares, prestando contas do trabalho realizado, fazendo sessões de esclarecimento

sobre as diversas matérias, dando uma cada vez maior abertura às sessões públicas das autarquias.

Aquele membro da FEPU referiu ainda a necessidade de fortalecer a organização da Frente, prosseguindo uma política de unidade, lutando pelo cumprimento da Constituição.

Também Helena Cidade Moura se referiu à importância do trabalho da FEPU, reconhecido pela população — "ao fim de um ano de trabalho somos muitos mais" —, considerando indispensável levar a cabo uma política de unidade que permita alargar a base de apoio da nossa tão ameaçada democracia.

Por último, Carlos Costa, que vincaria na sua intervenção a riqueza das conclusões do Encontro (que oportunamente divulgaremos) riqueza essa só possível de alcançar graças ao enorme trabalho colectivo desenvolvido, quer através de dezenas e dezenas de reuniões preparatórias dos trabalhos, quer ainda com a recolha de elementos conseguida através de inquéritos enviados a todos os órgãos de poder local.

Após criticar duramente a política da direcção do PS, partido necessário à defesa da democracia mas que a atraiçará se prosseguir as suas alianças com a direita reacçãoária, Carlos Costa chamou a atenção para a necessidade de melhorar a informação às populações sobre o que na realidade se passa nas autarquias, pois se o trabalho dos democratas tem sido desvirtuado e sabotado até aqui, mais o será nos próximos meses.

Certo da vitória das forças democráticas (é tudo uma questão de tempo), Carlos Costa exortou todos os participantes a trabalhar nas autarquias, com dedicação e entusiasmo.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Assembleia de Almada elege representante à A. Distrital

Realiza-se amanhã, com início às 21 e 30, no ginásio da Academia Militar Almadense, a sessão da Assembleia Municipal de Almada onde será eleito o representante das Juntas de Freguesia do concelho na Assembleia Distrital de Setúbal.

Na reunião deverá ainda ser discutida e votada uma proposta da Câmara sobre aplicação de derramas no concelho, um parecer da Comissão de Meio e Ambiente e o pedido de demissão de um dos membros daquela Assembleia.

Comissões de Moradores de Montemor reafirmam confiança na FEPU

O Secretariado das Intercomissões de Moradores de Montemor-o-Novo aprovou, na sua última reunião, uma moção onde reafirma a sua confiança na Frente Eleitoral Povo Unido, como única organização capaz de defender e prosseguir, a nível local, os interesses das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas do nosso País.

Os eleitos da FEPU para as autarquias do concelho — salienta a moção — após um ano de actividade cumpriram no essencial a sua missão, e só as dificuldades postas pelo Governo PS à sua actuação impediram a concretização das aspirações de todos.

O Secretariado das Intercomissões de Moradores de Montemor, que manifesta o seu repúdio por um governo com personalidades de direita, aprovou ainda uma moção a enviar ao Presidente da República, Assembleia da República e grupos parlamentares do PS e PCP, onde manifesta o seu veemente apoio aos princípios definidos na Constituição, no sentido da defesa dos interesses das classes trabalhadoras e do acesso destas ao poder.

Encontro da FEPU em Constância

Realiza-se no próximo sábado, na Casa do Povo de Santa Margarida da Coutada, o 1.º Encontro dos candidatos às autarquias locais do concelho de Constância por aquela Frente.

O Encontro, que se espera vir a ser muito participado, constituirá certamente um importante contributo para a resolução dos problemas locais.

Moradores de Cedofeita denunciam boicote camarário

Num comunicado onde são analisadas as graves carências habitacionais da freguesia de Cedofeita (Porto), a comissão unitária — FEPU daquela localidade acusa a Câmara Municipal do Porto de estar a bloquear sistematicamente os processos de construção de casas.

O caso mais grave, salienta o comunicado, ocorre na zona da Bouça, onde têm surgido dificuldades de vária ordem ao avanço da primeira fase de construção, bem como ao arranque da sua segunda fase. Tais dificuldades são um exemplo típico da actuação das autoridades autárquicas. De facto, à custa de argumentos na defesa da resolução de outros problemas também sentidos pela população (caso de um centro para a terceira idade a instalar, eventualmente, nos terrenos para a construção) pretendem parar, ou pelo menos demorar, o processo de construção de obras em curso.

Perante estas tentativas que pretendem enfraquecer o movimento popular, a FEPU reafirma o propósito de desenvolver o movimento popular, a FEPU reafirma o propósito de desenvolver todos os esforços ao seu alcance no sentido de apoiar e incentivar a intervenção das associações e comissões de moradores na resolução dos problemas das populações que representam, bem como de prosseguir a luta para que a Assembleia e a Junta de Freguesia tomem uma posição clara na defesa dos direitos já adquiridos pelas organizações populares.

Reformados preparam Encontro Nacional para Abril

Em reunião realizada na sede da CGTP-IN, em Lisboa, os representantes de várias dezenas de Comissões de Freguesia de reformados de Lisboa procederam ao balanço da actividade desenvolvida pelas suas organizações durante o ano findo e anunciaram a realização, em fins do próximo mês de Abril, de um encontro nacional dos trabalhadores no passivo.

Analisando a situação socioeconómica e política, os reformados afirmaram-se profundamente preocupados com a perspectiva da formação de um Governo no qual irão certamente participar elementos verdadeiramente responsáveis pela situação em que o fascismo nos deixou. A propósito das condições de vida dos reformados e idosos, salientou-se que cerca de 90% se encontra economicamente abaixo do nível de subsistência.

Na reunião foi ainda debatida a Lei Orgânica da Segurança Social, considerada pelos reformados inconstitucional, porque os representantes do movimento sindical e dos reformados não tiveram qualquer participação na sua elaboração e na definição dos princípios e das bases programáticas em que o Governo pretende estruturar a Segurança Social.

Já saiu o n.º 10



tudo sobre o

1.º Congresso



A REVOLUÇÃO
LATINO-
AMERICANA

Rodney Arismendi

edições
Avante!

MANIFESTO À POPULAÇÃO

Os participantes no I Encontro Regional de Eleitos da FEPU do Alentejo, saudam veementemente todas as organizações populares, todos os homens e mulheres que lutam abnegadamente nos órgãos autárquicos e, em geral, a população dos três distritos do Alentejo.

Os membros eleitos pela FEPU para os vários órgãos autárquicos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, reunidos no I Encontro afirmam-se, não obstante todas as dificuldades enfrentadas, animados do mesmo espírito de luta, com vista à prossecução dos grandes objectivos de liberdade, justiça social e melhoria de condições de vida das populações. Convictos da justiça dos seus princípios e da sua luta, os eleitos da FEPU para os órgãos autárquicos dos distritos alentejanos afirmam:

1.º — Continuar a lutar pela defesa e satisfação das necessidades mais sentidas pelas populações, nomeadamente contra o desemprego e o aumento do custo de vida, por um sistema unificado de segurança social, pela rápida criação do Serviço Nacional de Saúde e por um Ensino democrático aberto a todas as classes laboriosas.

2.º — Manter-se fiéis aos programas apresentados, na certeza de que estes continuam a conter os anseios das populações e as linhas de actuação mais correctas.

3.º — Reforçar os contactos com as populações que os elegeram, quer através de plenários, quer através de estruturas organizativas populares, de forma a desenvolver e alargar decididamente a participação popular na resolução dos problemas locais.

4.º — Lutar pela completa institucionalização do Poder Local, que continua dependente do Poder Central e por ele manetado. Sem a publicação de uma Lei de Finanças Locais e sem a criação efectiva das Regiões Administrativas, não podem os órgãos autárquicos eleitos cumprir o mandato para que os elegeram, executando as tarefas que lhes cabem e que são claramente apontadas na Constituição da República Portuguesa e consubstanciadas já na Lei 79/77 (Lei das Atribuições e Competências).

5.º — Lutar para que o funcionamento dos diferentes órgãos autárquicos seja feito na base da colegialidade, afastando cada vez mais a forma presidencialista, por não ser esta a que melhor garante a realização correcta dos objectivos e contém ameaças concretas a uma real democraticização.

6.º — Lutar para que os órgãos deliberativos e consultivos (Assembleias de Freguesia, Municipais e Distritais, Conselhos Municipais e Distritais), cumpram na totalidade as funções que legalmente lhes competem, não permitindo que os esvaziem de conteúdo mas que, pelo contrário, sejam órgãos dinamizados dos órgãos executivos, com vista a que a sua acção concorra para a satisfação dos reais interesses das populações.

7.º — Lutar contra a partidarização dos órgãos autárquicos, com vista à prática de uma verdadeira política unitária nas autarquias, procurando o diálogo em torno de todos os assuntos, com base no estudo rigoroso, profundo e sério dos dados referentes a cada problema.

8.º — Lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, pequenos e médios agricultores, comerciantes, industriais e de todos os democratas, na certeza de que dessa unidade resultarão objectivamente as condições propícias à melhor resolução dos problemas das populações.

9.º — Continuar a lutar pelo integral cumprimento da Constituição da República Portuguesa, não abdicando de nenhum dos direitos que ela consagra no sentido da defesa intransigente da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, das liberdades e demais conquistas do 25 de Abril com vista à construção em Portugal de uma verdadeira sociedade socialista.

Face aos últimos acontecimentos da vida política nacional e porque destes se perspectivam dificuldades ainda maiores para a concretização dos objectivos constantes do seu programa de acção, no sentido de diminuir as carências das populações e ir contra o declínio da sociedade mais justa, os participantes neste Encontro declaram a sua mais viva apreensão e indignação pela recente coligação governamental PS-CDS.

Não é com o CDS, um partido que hostiliza os trabalhadores, que contém em si elementos comprometidos com o regime fascista, que ataca constantemente as conquistas do 25 de Abril, que votou contra a Constituição, não é com este partido no Governo que se pode construir a sociedade para que aponta a Constituição da República Portuguesa.

Com o CDS no Governo, não se contribui para a completa institucionalização do Poder Local, não se contribui para a superação das dificuldades económicas, nem muito menos se alioerçam as conquistas do 25 de Abril. Antes pelo contrário, irão aumentar os ataques à Reforma Agrária, às nacionalizações, ao controlo de gestão, irão aumentar o desemprego e as nossas dificuldades económicas, ficará mais comprometida a independência nacional e serão fortemente agravadas as condições de vida dos trabalhadores.

Os participantes no 1.º Encontro Regional de Eleitos da FEPU do Alentejo apelam para a unidade de todos os trabalhadores, para a unidade de todos os democratas, face aos reais perigos que contém a actual coligação, para a completa institucionalização da democracia no nosso País.

Com a intervenção criadora do Povo na construção de uma vida melhor.

Viva a unidade de todos os democratas.

Viva a Frente Eleitoral Povo Unido.

Évora, 22 de Janeiro de 1978

Movimento Sindical toma posição

FACE À NOVA SITUAÇÃO POLÍTICA
MOBILIZAÇÃO E REFORÇO DA UNIDADE

● Plenário Nacional no próximo dia 4

A firmeza e a amplidão dos protestos contra a coligação PS/CDS prenunciada pelo acordo entre esses partidos continua a ter forte expressão no Movimento Sindical e nas Comissões de Trabalhadores, com relevo para o Conselho Geral da Central única, que "independentemente de uma tomada de posição posterior, a definir pelo Plenário Nacional da CGTP-IN, convocado para o próximo dia 4 de Fevereiro, a partir do conhecimento da composição pessoal do Governo e da análise do seu programa", considera num comunicado que "o acordo PS/CDS permite antever que se manterá e acentuará a política antipopular e antipatriótica que vinha sendo seguida pelo Governo demitido, o que significará: a diminuição dos salários reais; aumento dos despedimentos e do desemprego; os ataques às nacionalizações, à Reforma Agrária e ao controlo operário de gestão; o aumento da repressão patronal e governamental; os ataques às liberdades fundamentais; a utilização do aparelho de Estado para cobertura de uma política de desforra dos que sempre estiveram contra o 25 de Abril".

O comunicado abre com uma referência à "gloriosa revolução feita pelo MFA e pelo Povo português" e caracteriza deste modo os dois partidos que se preparam para formar Governo:

PS: "um partido que lutou contra o fascismo, que teve um papel muito importante na elaboração da Constituição da República Portuguesa, se comprometeu a respeitá-la e a defender os interesses dos

trabalhadores".

CDS: "porque exprime os interesses da CIP, da CAP, dos agrários e monopolistas expropriados e das classes e camadas sociais mais retrógradas do País, é o partido que votou contra a Constituição e onde pontificam 'personalidades' altamente comprometidas com o fascismo".

Depois de referir que o acordo PS/CDS é um facto "perigoso da vida política nacional", o Conselho Geral da CGTP-IN lembra a actividade e a luta dos trabalhadores organizados contra a política do Governo anterior e em defesa de uma nova política ao serviço dos interesses da população laboriosa e do País.

Mas como as aspirações dos trabalhadores foram trocadas, nomeadamente, pela captação da "confiança do grande patronato e do imperialismo", o Conselho Geral da CGTP-IN decidiu:

"Recomendar às associações sindicais que promovam, desde já, a mobilização dos trabalhadores em torno da discussão democrática dos problemas concretos, definidos nos documentos,

realizando as reuniões e plenários necessários a esse fim, em todos os sectores e regiões.

"Apelar para a participação activa e massiva das associações sindicais no Plenário Geral de Sindicatos, já convocado para o próximo dia 4 de Fevereiro, no qual será definida a linha de orientação do Movimento Sindical face à nova situação política, ao governo e à sua política de direita.

"Exortar os trabalhadores para continuarem a reforçar a unidade em torno das suas organizações sindicais e da sua central sindical — a CGTP-IN — mobilizando-se para defender os seus interesses e as suas conquistas, agora mais que nunca ameaçadas.

"Manifestar ao Secretariado Nacional o seu total apoio e confiança para, no exercício do mandato conferido pelo Congresso de Todos os Sindicatos, promover as acções que considere convenientes para a defesa dos interesses dos trabalhadores, na linha das posições assumidas pelo Movimento Sindical no Plenário Nacional, realizado no dia 8 de Outubro de 1977".

Eleições Sindicais

UMA VITÓRIA
SIGNIFICATIVA

Entre as últimas vitórias alcançadas pelas listas unitárias nas eleições sindicais ganha relevo a do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT).

Cerca de dois meses depois de umas primeiras eleições anuladas, por deficiências de carácter burocrático, a lista da unidade confirmou, com maior vantagem, a vitória que já alcançara em Novembro.

Com uma enorme afluência às urnas (85 por cento dos trabalhadores) a lista vencedora registou um acréscimo de 856 votos entre os dois actos eleitorais, enquanto que a lista D, afecta ao PS, perdeu 520.

Com excepção da lista unitária (C) as quatro restantes todas perderam votos entre as duas eleições.

Ainda sem números definitivos, mas numa altura em que faltavam contar apenas 200 votos, a lista vencedora tinha uma vantagem de 955 votos

sobre a segunda mais votada.

Não é de mais encarecer o significado destas eleições numa empresa pública de âmbito nacional com milhares de trabalhadores onde a unidade necessita de um reforço constante para enfrentar com eficácia os problemas que nela se levantam

OUTRAS
VITÓRIAS

Nos últimos dias, as listas unitárias venceram ainda as eleições no Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Braga, na delegação de Viana do Castelo do Sindicato da Função Pública (Zona Norte), no Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares.

A afluência às urnas nesses actos eleitorais oscilou entre os 20 e os 85 por cento.

Entre os próximos actos eleitorais destaca-se o que decorrerá hoje no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa.

BREVES

Construção civil do Porto
reforço da unidade e da organização

Reunidos em Assembleia Geral Constituinte, no palácio de Cristal no Porto, largas centenas de trabalhadores da construção civil aprovaram os estatutos da associação sindical resultante da fusão dos três sindicatos do sector (estudadores, troilhas e pintores; pedreiros, marmoristas e montantes; carpinteiros e serração de madeiras). Foi aprovada também por grande maioria a adesão à CGTP-IN e à Federação dos Sindicatos da Construção Civil. Eleita na Assembleia, uma comissão directiva convocará eleições.

Bancários do Norte:
divisão entre divisionistas

A direcção do Sindicato dos Bancários do Norte resolveu abandonar o secretariado da ex-"carta aberta" (MADISCA), órgão de cúpula do "Movimento", que acusa, entre várias "violações", de "violar também os próprios princípios da carta Aberta". Em Lisboa, circulava entretanto um abaixo-assinado contra a actual direcção da associação congénere do Sul e Ilhas, que é acusada, nomeadamente, de não se mostrar à altura de defender "os interesses dos trabalhadores bancários", sobretudo no que toca "às negociações do processo de revisão do Contrato Colectivo de Trabalho".

A "segurança" na Copam

O clima de repressão patronal e de intimidação mantém-SE NA Copam, empresa desintervencionada de Sacavém. Num comunicado, a Comissão de Trabalhadores afirma, nomeadamente que "a segurança na fábrica sempre foi mantida pelos próprios trabalhadores. Hoje — acrescenta a CT, com a qual o patrão quer acabar — a "segurança" são os portões fechados, os carros dos trabalhadores da rua, são homens armados que provocam sistematicamente os trabalhadores das mais diversas formas, desde obscenidades e provocações na camioneta, aos emblemas nazis que usam na lapela, nos livros ou desenhos no chão, são as bebedeiras de noite, com cenas de pancadaria entre eles, com destruição de material da empresa". A CT "continuará a defender os direitos de todos os camaradas de trabalho, tentando repor a verdade, na certeza de que tudo fazemos na sua defesa", acrescenta o comunicado.

Na Tabopan

DESPEDIDO DELEGADO SINDICAL
QUE DENUNCIOU A RAMALHO EANES
ARBITRARIEDADES DO «COMENDADOR»

A administração da Tabopan despediu Amadeu Alves Ribeiro, delegado sindical da construção civil, que denunciara ao general Ramalho Eanes, durante a sua visita à empresa, as arbitrariedades do «comendador». José Abreu, vice-presidente da CIP e ex-deputado à Assembleia Nacional fascista. Este não só não cumpriu nenhuma das promessas feitas ao Presidente da República, como prosseguiu a sua actividade repressiva posteriormente, despedindo mais dois delegados sindicais, dois activistas e, agora, aquele que teve a coragem de desmascarar a sua actividade repressiva.

«NUNCA
SERIA
DESPEDIDO
SE NÃO FOSSE
DIRIGENTE
SINDICAL»

Na véspera da visita presidencial à Tabopan, oito sindicatos representativos dos trabalhadores da empresa enviaram um telegrama ao Presidente da República alertando-o «para os graves problemas laborais criados pela entidade patronal». Nessa tomada de posição, os signatários recordavam que o «comendador» José Abreu, «além de já ter despedido uma delegada e um dirigente sindicais, ameaçava lançar no desemprego três centenas de trabalhadores, incluindo nesse rol todos os activistas, delegados e dirigentes sindicais».

Habitado às manholices do «botas» e do seu sucessor, o «Abreu das Urnas», como também é conhecido o «comendador», inventou um «roubo» de uma régua de madeira para despedir Maria Antonieta da Costa Mota, delegada sindical. Sem apresentar qualquer nota de culpa suspendeu duas vezes, por períodos de 12 dias, Manuel Tavares Rebelo, delegado sindical do Sindicato dos Armazéns do Norte. Posteriormente lançou no desemprego um dirigente do Sindicato da Indústria de Madeiras, Francisco Monteiro da Silva, por este ter participado num plenário realizado durante a hora de

almoço, onde foi decidida a adesão à paralisação nacional do sector, em 6 de Abril de 77, de apoio à conquista de melhores condições de vida para os 150 mil trabalhadores da indústria de madeiras.

Um dos mandos do «comendador», o sr. Orlando Gonçalves Abreu, revelou, na altura, a familiares de Francisco Monteiro da Silva que «se não fosse dirigente sindical, nunca teria sido despedido. Poderia, acrescentou, vir até a ser encarregado da empresa, por ter capacidade para isso».

Tudo isto justificava plenamente que os oito sindicatos acentuassem, no telegrama enviado ao general Ramalho Eanes, que estas arbitrariedades do «Abreu das Urnas» e seus capatazes se inseriam «na tentativa de aniquilamento da liberdade sindical, consagrada na Constituição, pondo em risco o exercício da actividade sindical no concelho de Amarante».

«TEMOS
PENA
QUE V.ª EX.ª
NÃO VENHA CÁ
MAIS VEZES»

«Temos pena que Vossa Excelência não venha cá mais vezes almoçar, pois assim os trabalhadores não teriam que andar todos os dias de marmitta na mão, a comer comida fria, na borda da estrada ou entre as pilhas de madeira».

Palavras de Amadeu Alves Ribeiro, dirigidas ao Presidente da República no final do almoço, servido ao abrigo das intempéries e oferecido pelo «comendador» à comitiva presidencial e aos trabalhadores da empresa. Prosseguindo a sua intervenção, frequentemente aclamada pelos seus companheiros, Amadeu Alves Ribeiro afirmou:

«Se Vossa Excelência viesse almoçar mais vezes talvez os nossos camaradas Francisco Monteiro, e Antonieta Mota já tivessem sido reintegrados, conforme a vontade da maioria dos trabalhadores do seu sector e que foram despedidos, no fundamental, por se destacarem na luta pelos

direitos dos trabalhadores desta empresa.

«Se Vossa Excelência viesse almoçar cá mais vezes, talvez não existissem «listas negras» na nossa empresa. Esta «lista negra» é uma ameaça diária a cerca de 300 famílias que vivem pairar sobre si o desemprego e a miséria. Se Vossa Excelência viesse cá almoçar mais vezes, talvez o dinheiro que os trabalhadores descontam para a Previdência fosse entregue aos respectivos serviços, pois não o sendo põem em risco os direitos dos trabalhadores, no abono de família, na assistência médica e nos medicamentos».

Indiferente a uma provocação feita por um engenheiro, filho de um dos accionistas da empresa, o delegado sindical continuou a dizer verdades:

«Se Vossa Excelência viesse almoçar cá mais vezes, talvez os retroactivos a que os trabalhadores têm direito já tivessem sido pagos. Nesta altura em que o custo de vida sobe diariamente, as manobras que têm em vista adiar o pagamento daquilo que nos é devido não deveriam ser consentidas. São estes, no fundamental, os grandes problemas dos trabalhadores desta empresa.

«Alguém diz que, aqui, somos todos uma família. Se o somos, dado o conjunto de problemas que nos afectam, somos os parentes pobres. Finalmente, Senhor Presidente da República, nós, os trabalhadores da Tabopan, estamos dispostos, como já o demonstrámos, a trabalhar para ultrapassar a crise que o nosso País atravessa», assegurou a concluir Amadeu Alves Ribeiro.

PROMESSAS
POR CUMPRIR

Engolindo em seco as palavras certelras do representante dos trabalhadores da unidade fabril de Amarante, o antigo deputado à Assembleia Nacional fascista ainda teve o descaramento para fazer, no decurso da visita presidencial, algumas promessas aos trabalhadores, de que o general Ramalho Eanes se fez eco, e designadamente a construção de uma cantina. Todavia, como denuncia

a célula da empresa do PCP, «destas promessas não se vê o rasto. Apenas se mantém a repressão contra os trabalhadores. O subsídio de férias e o 13.º mês não foram pagos a metade. Não se paga como manda a PRT. São despedidos os trabalhadores que mais se distinguem na luta».

Cabe aqui recordar que, na sequência da Revolução de Abril, foram eleitos na Tabopan vinte e quatro delegados e três dirigentes sindicais. Naquele tempo, o «Abreu das Urnas» distribuiu cartilhas, subscritas por ele, onde misturava chavões e conceitos dos manuais fascistas com paleo-demagógico. Mais tarde, aproveitando o avanço das forças de direita e o enfraquecimento da organização sindical, começou a atacar frontalmente as conquistas dos trabalhadores e a ignorar os seus direitos.

A PRT não é cumprida. Os trabalhadores só podem fazer as suas necessidades numa hora depois de iniciada a labuta e com autorização. Registe-se, a propósito, como foi denunciado num documento sindical, que na empresa só há um quarto de banho para 50 pessoas, enquanto que no palácio do ex-dirigente da ANP há dois ou três.

É óbvio que o «comendador» não podia imediatamente reprimir o delegado sindical que, perante o Presidente da República, erguera a sua voz e, certa e comprovadamente, denunciara os atropelos do vice-presidente da CIP. Por isso, este, ilegalmente, começou por transferir o delegado sindical para Vila Pouca de Aguiar, pouco depois da visita. Agora, numa acção punitiva digna de um cacique fascista que se vê desmascarado publicamente tenta lançá-lo no desemprego.

Traduzindo os sentimentos dos trabalhadores da Tabopan, a célula da empresa do PCP, num comunicado divulgado há dias, denuncia mais este acto repressivo do patrão, frisando que ele não é «alheio ao acesso ao poder de partidos reacçãoários, onde existem bombistas, legionários, ANPs e comandadores». A terminar, o documento assegura: «A unidade dos trabalhadores será cada vez mais forte e impedirá que estas manobras tenham êxito».

GREVE
NA SNS

Com forte adesão e unidade mantinha-se ontem de madrugada a greve na Sociedade Nacional de Sabões. Forçados a esta forma de luta pela prática do facto consumado, adoptada pela administração e pelo Ministério do Trabalho, os trabalhadores apresentam como principal reivindicação o direito constitucional de serem ouvidos na decisões que directamente os afectam, como seja o horário de trabalho e a admissão de «ex-comandos» para lugares de chefia.

Os 1500 trabalhadores da SNS têm a clara consciência da necessidade de negociar para pôr termo a uma greve que pode afectar o País pela falta de produtos essenciais. Mas não podem abdicar do direito de se oporem a arbitrariedades altamente lesivas dos seus direitos, como a imposição de um horário superior a 40 horas semanais e a recusa da administração em receber os representantes dos trabalhadores para se solucionarem os problemas existentes.

Aprovada em plenário por unanimidade e aclamação a greve é apoiada por cerca de 20 associações sindicais, incluindo os Sindicatos dos Químicos, Comércio, Electricistas, Fogueiros, Hotelaria e Telefonistas, e ainda pelas comissões dos trabalhadores e de delegados sindicais da Sociedade Nacional de Sabões, grupo de empresas pertencente ao capital privado.

HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

A má administração das Comissões Instaladoras dos Hospitais Psiquiátricos Miguel Bombarda e João de Matos e a ausência de uma política de saúde por parte dos responsáveis do Ministério dos Assuntos Sociais (MAS) conduzem frequentemente a situações de conflito laboral nos hospitais, com prejuízo grave para os trabalhadores e os utentes dos serviços de saúde», afirma o Secretariado Hospitalar do Sector da Saúde da Organização regional de Lisboa (ORL) do PCP num comunicado. Saudando a luta dos trabalhadores daqueles hospitais psiquiátricos «pela dignificação do seu trabalho e pelo restabelecimento da vida democrática nos seus locais de trabalho», o Secretariado acrescenta que a par dos «atropelos à vivência democrática,



Um aspecto do importante plenário realizado na Sorefame

SOREFAME CONTRA A REPRESSÃO

Num protesto unitário e generalizado contra suspensões impostas a cinco companheiros de trabalho por terem defendido o direito sindical de afixar propaganda no interior da empresa, os trabalhadores da Sorefame e da Construtora Moderna, na Amadora, paralisaram o trabalho durante duas horas na última segunda-feira e, reunidos em plenário, decidiram que a Comissão Intersindical dos Trabalhadores da Sorefame (CITS) «prossiga a reparação

desta prepotência da administração pela via legal, que vá informando os trabalhadores do seu andamento e, caso seja necessário, avance com novas formas de luta, nomeadamente a impugnação jurídica» daquelas penalidades.

Em declaração à imprensa um membro da CITS afirmaria que a paralisação é sobretudo «uma manifestação de repúdio pela escalada repressiva e de tentativa de restrição das liberdades em que a administração se lançou, desde há algum tempo».

DELEGAÇÃO SINDICAL HÚNGARA

Esteve no nosso país de 16 a 23 do corrente uma delegação dos Sindicatos

Húngaros (SZOT), que viajou a convite da CGTP-IN. No final da visita, as duas centrais assinaram um comunicado conjunto, congratulando-se, nomeadamente, «pelos bons resultados das suas conversações»

e pronunciando-se a favor do «aprofundamento das relações de amizade e cooperação existentes entre as duas centrais sindicais».

Composta pelos camaradas Joseph Timmer, secretário do SZOT, Laszlo Simon, secretário do Conselho Sindical de Budapeste, Ferenk Bakos, colaborador do Departamento de Relações Internacionais do SZOT, e pela camarada Szilvasi, intérprete, a delegação, durante a sua estada em Portugal, visitou várias empresas, teve contactos com organizações sindicais

e foi recebida no CC do nosso Partido pelos camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do CC e Albano Nunes do CC.

Esteve também em Lisboa, onde se reuniu com o secretariado da CGTP-IN, uma delegação sindical pan-cipriota composta por Christakis Vanezos, da Central Sindical PEO, Demetris Kittenis, da Central Sindical SEK, e Gheorghiadis Othellos, das Federações Sindicais dos Professores do Ensino Primário, Secundário e Técnico.

linha
geral

revista da UEC para a juventude estudantil

Na Aguireira

PELA DEFESA
DE DIREITOS ESSENCIAS

«A acta única é um documento livremente acordado em 1975 entre os trabalhadores e a administração, que consagra regalias importantes, tais como indemnizações por despedimento e horas extraordinárias, entre outras. Não pode por isso agora a administração proceder a despedimentos sem pré-aviso legal e apenas com, 6 dias de indemnização, sem atender a antiguidades, o que não só desrespeita o estabelecido na acta única como a própria lei geral» — afirma a Célula do PCP na Barragem da Aguireira, onde a situação agora criada com a suspensão da acta única por parte da administração das Construções Técnicas é antes de tudo o resultado da desintervenção da empresa com a sua devolução ao patronato sabotador».

Depois de condenar os 100 despedimentos abusivos «que nem sequer correspondem às necessidades reais da obra», os nossos camaradas da Aguireira acrescentam que

a luta encetada «designadamente através da eleição de uma comissão de trabalhadores e da entrada em greve, constitui resposta adequada às medidas com as quais o patronato pretende pôr em causa os direitos dos trabalhadores e os interesses mais vastos da economia nacional».

Mas «neste momento, face à complexidade da situação, é fundamental que os trabalhadores se mantenham firmes e unidos em torno das suas justas reivindicações e dos seus órgãos representativos» — acrescenta a Célula que, ao manifestar a sua solidariedade para com a luta chama a atenção «para os reais objectivos que a direita pretende atingir com o desencadeamento de acções de desestabilização social como esta» e aponta «os perigos resultantes de atitudes menos serenas e ponderadas que, em última análise podem dar pretexto a o desencadeamento de acções repressivas de consequências imprevisíveis».

RECUSADA A PORTARIA
PARA A PREVIDÊNCIA

Segundo moção aprovada no Plenário Nacional de Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais do sector, reunido no último sábado em Lisboa, para tratar do CCTV para os trabalhadores das Instituições de Previdência e Serviços Médico-Sociais em todo o País, foi rejeitada a Portaria da Secretaria Social que pretende substituir por via administrativa aquele Contrato a negociar pela Comissão

Sindical mandatada para o efeito.

A Portaria é acusada de «inconstitucional e divisionista».

A moção, publicada pela Comissão Sindical Negociadora, acrescenta que a referida Portaria atenta «contra os direitos adquiridos pelos trabalhadores» que «reafirmem a sua firme disposição de continuar a luta pela revisão do Contrato Colectivo Vertical».

SEMANA INTERNACIONAL

ETIÓPIA: A PAZ NÃO PASSA POR WASHINGTON

Reuniram-se em Washington representantes dos governos dos EUA, da RFA, Grã-Bretanha e Itália. O tema é o conflito entre a Somália e a Etiópia que neste momento se concretiza na ocupação de uma parcela de território etíope. De acordo com as informações oficiais o objectivo deste encontro seria estudar "o que poderá ser feito para se restabelecer a paz naquela região". Mas os factos não confirmam tais declarações. Há apenas alguns dias foi expulso da Etiópia o embaixador da RFA, país que participa no encontro de Washington. E as razões nada têm a ver com vontade de solucionar os problemas da melhor maneira: a RFA, conforme foi afirmado pelo seu ministro da Cooperação Económica, emprestou à Somália 25 milhões de marcos utilizáveis na compra de armamento.

A Etiópia revolucionária de hoje é um alvo de provocações permanentes e conjugadas: no Norte, agem os separatistas da Eritreia, apoiados pelos Estados árabes reaccionários, a Sul e a Leste prosseguem os combates contra os intervencionistas, a Sul a acção da reacção contra-se em torno de um grupo monárquico intitulado "União Democrática Etíope", apoiada pelo Sudão. O planeamento e execução de conspirações é o quotidiano de todo o género de contra-revolucionários, dos proprietários expropriados aos grupos esquerdistas manobrados pelo imperialismo.

A situação que se formou nesta zona de África é inseparável da evolução dos acontecimentos em todo o continente. Em África iniciou-se o processo de transformações políticas e sociais profundas. A luta pelo reforço da independência nacional surge cada vez mais ligada à eliminação total das sequelas do colonialismo e do neo-colonialismo, pela consolidação da unidade e da solidariedade africana. Por isso o imperialismo não perde uma ocasião para desestabilizar a situação do continente. E tem-se esforçado por isolar os países progressistas, lançar países africanos contra países africanos, dividir mesmo forças empenhadas num combate comum, afastar de uma consequente linha anti-imperialista aqueles que manifestem hesitações, lançando-os depois no anti-sovietismo, explorar o tribalismo, anteriormente utilizado pelas potências coloniais, utilizar problemas fronteiriços num continente onde é fundamental que tal questão seja tratada com o maior cuidado, pois a maioria das fronteiras do continente foram traçadas artificialmente pelas potências colonialistas na sua batalha pela posse das terras e das riquezas africanas.

As tentativas para destruir a Etiópia revolucionária têm assumido as mais diversas formas. A invasão, de que a Somália é instrumento, surge como a mais grave. Mas conjuga-se com todas as outras formas de agressão e provocação, de exacerbção de problemas internos, conjuga-se com uma campanha sistemática de desvirtuação da realidade, em que a Etiópia é apresentada como um regime sanguinário, que sobrevive à custa de assassinatos sistemáticos e massivos, facto que naturalmente corresponde tanto à verdade como a afirmação de que a Etiópia é um colonizador das zonas hoje invadidas pela Somália...

Hoje, quando a invasão foi travada e se agrupam forças para um contrataque, a Somália e as forças que a empurram para acções abertamente expansionistas, inventam "invasões iminentes" por parte da Etiópia contra a Somália e a presença massiva de tropas do Pacto de Varsóvia, que seriam os responsáveis da alteração da situação na frente militar. Para além do habitual ataque contra os países socialistas, pretende-se justificar a aquisição mais directa de armas do imperialismo por parte da Somália. Tenta-se por outro lado camuflar as verdadeiras razões que levam um povo que se diz oprimido, esmagado e explorado por uma ditadura feroz, a defender assim o sistema social em que vive e, a despeito de todas as dificuldades, tomar a iniciativa também no campo militar. Por outro lado os somalis, apoiando uma proposta de Carter (o que, só por si, não deixa de ser significativo), afirmam que "a Somália está pronta para um acordo pacífico sobre o conflito do Ogaden, bem como para iniciar as conversações de paz em qualquer lugar apropriado e em qualquer altura". Pareceria que tudo estava em vias de ser resolvido. Que, finalmente, e frustrando os planos do imperialismo, a Etiópia e a Somália iriam viver em paz. Mas o embaixador somali em Washington apressa-se a acrescentar que a zona ocupada pelas suas tropas na Etiópia é somali, que as tropas somalis ocupantes são um "movimento de libertação". Não será assim, naturalmente, que se poderão encetar quaisquer passos para o restabelecimento da paz na zona, para a desocupação dos territórios etíopes hoje ocupados pela Somália.

Entretanto, a Etiópia segue o seu caminho, que passa pela supressão do feudalismo arcaico, pelo aprofundamento das transformações revolucionárias anticapitalistas e por uma consequente política anti-imperialista. Pese ao imperialismo, e apesar das inúmeras vítimas da guerra, da situação de tensão que se arrasta, da mobilização de esforços na guerra que poderiam ser utilizados para a solução dos problemas que hoje o povo etíope tem de enfrentar, para a melhoria das suas condições de vida e da economia nacional, o imperialismo não está a conseguir os seus objectivos na zona: eliminar um país progressista, limpar terreno para a sua política. Entretanto o conflito somali-etíope, a invasão de parte da Etiópia, são um aviso dos resultados dessa mesma política — o divisionismo, a guerra, o apoio às forças conservadoras e da reacção interna.

MANOBRAS DO IMPERIALISMO FRACASSA NO MÉDIO ORIENTE

O último plano do imperialismo para o Médio Oriente, de que se deu um primeiro passo público com o anúncio de Sadat de que estaria disposto a ir a Israel, fracassou.

Foi anunciado como um acto de coragem, como um passo histórico, como uma iniciativa que ficaria, como a aproximação definitiva da paz. Hoje, poderá ficar na história das tentativas do imperialismo para inverter as situações a seu favor, poderá ficar na história do divisionismo como arma sistemática da reacção. Mas, certamente, não ficará na dos povos do Médio Oriente, na história do povo palestino que reivindica a pátria a que tem direito, na história mundial da construção da paz.

representantes legítimos do seu povo, em detrimento da OLP, dentro da velha tática imperialista de obtenção de governos e movimentos fantoches. Falhou igualmente.

A proclamada cimeira de Ismailia entre Sadat e Begin foi um falhanço tão claro que nem deu lugar a um comunicado final.

Quando a comissão política israelo-egípcia, com a presença dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, se reuniu em Jerusalém, os trabalhos não duraram mais de 15 minutos, o tempo dos ministros fazerem as suas intervenções, em que não se vislumbrava ponta de concordância. Na recepção ao ministro dos Negócios

o direito do Povo palestino a uma pátria. A coberto do direito de Israel à defesa da suas fronteiras e dos seus interesses, os esboços de "acordos" de Israel como de Washington não passaram nunca de uma tentativa de reforço real da posição de Israel na zona, pelo reconhecimento da sua situação de agressor e a neutralização dos Estados árabes que os viessem a apoiar.

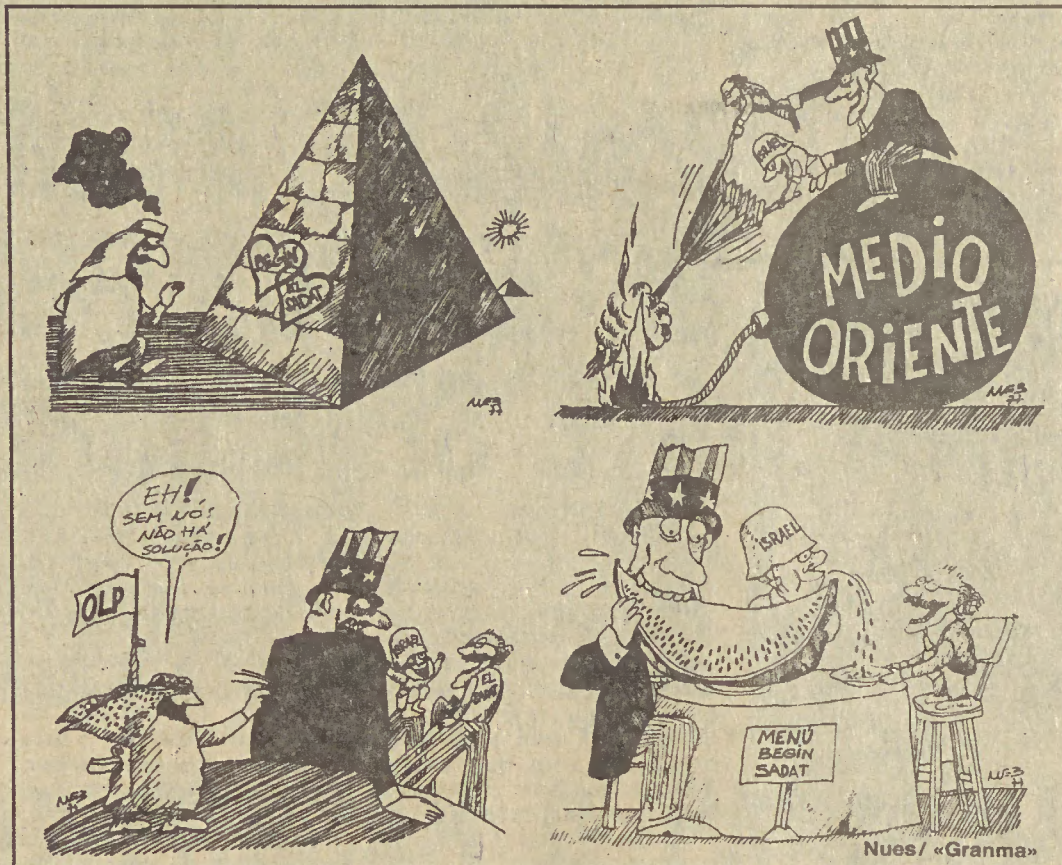
Há dias o presidente Sadat do Egipto, abandonou as conversações dos ministros dos Negócios Estrangeiros em Jerusalém. Por seu lado, Israel decidiu não enviar o seu ministro da Defesa às conversações do Cairo. O malogro está à vista a confirmar, uma vez mais, que só

Entretanto, para já, o governo de Sadat não parece ter aprendido muito com a lição. No discurso em que foi anunciada a suspensão das negociações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros em Jerusalém, o presidente do Egipto declarou que queria que os Estados Unidos "armassem o Egipto com todas as armas que Israel recebeu" e indicou que tendo "arrancado o Egipto à aliança com a União Soviética se encontra em desvantagem, nas negociações, relativamente aos sionistas armados pelos norte-americanos". Prossegue a política de tolagem ao imperialismo, de que o afastamento das relações com a União Soviética foi um passo. Então proclamou-se que essas relações eram desfavoráveis ao Povo egípcio, acusou-se a URSS de manter os árabes deliberadamente desarmados face ao agressor sionista. Hoje faz-se um ridículo apelo ao imperialismo para colmatar uma brecha que ficou aberta.

Em todo o mundo progressista árabe a falsa iniciativa de paz de Sadat foi repudiada, tendo mesmo conduzido a encontros entre essas forças, parceladamente desunidas. Dentro do Egipto e, a despeito da campanha de massas do governo de Sadat, em que se prometia a solução dos problemas do Povo egípcio com a negociação de uma paz qualquer, os protestos contra a política de Sadat também se fizeram ouvir. A repressão foi a resposta, por vezes mesmo antecipada. Entretanto, é significativo que essa repressão prosiga ainda, atingindo em particular as organizações democráticas e estudantis, que passe por depurações nas Forças Armadas, onde já foram presos cerca de 400 oficiais, que um dos dois partidos da oposição legalizados por Sadat em 76 — a Aliança Nacionalista Progressista — tenha exigido o termo de todas as conversações com Israel e a imediata convocação de uma conferência cimeira árabe que decida uma nova estratégia para o conflito do Médio Oriente.

A paz no Médio Oriente não se alcança por compromissos que são tração.

O falhanço da manobra em que estiveram empenhados, Washington, Telaviv e o Cairo, confirma-o mais uma vez.



A manobra conducente a um acordo separado entre o Egipto e Israel, para que se tentaria atrair os Estados mais vacilantes, isolando os dirigentes e os países que assumissem uma posição mais consequente e, em particular, o povo palestino, não passou de isso mesmo — uma manobra. Uma manobra falhada.

Estrangeiros egípcios, Begin declarou, provocatoriamente: "Israel não voltará às fronteiras de 1967". Estas as palavras. A prática é a incentivação dos colonatos judaicos no Sinai. Nunca foi admitido ou sequer considerado

uma paz justa é possível, só uma paz justa representa de facto a paz no Médio Oriente. E essa paz passa por Genebra, passa pela retirada israelita dos territórios árabes ocupados, passa pela criação de um Estado palestino.

Despesas militares crescentes:

ÚNICO ELEMENTO ESTÁVEL NUMA ECONOMIA INSTÁVEL

Depois da grande crise de 1974/75, a mais profunda do após guerra, 1977 foi para o mundo capitalista, o segundo ano de instabilidade económica, de desemprego massivo e de forte inflação.

Não se pode considerar que nos seus planos para cada novo ano, as personalidades políticas e os economistas dos países capitalistas sejam muito ambiciosos. Falam de reduzir um pouco a inflação ou o desemprego, de aumentar os ritmos do desenvolvimento económico. Entretanto, mesmo estes planos não são cumpridos. Os Estados Unidos, a RFA e o Japão, os três "grandes" do mundo do capital, são disso um bom exemplo.

Se em 1977, no Japão e nos Estados Unidos, o ritmo de crescimento económico ainda atingiu os 5%, nos outros países capitalistas, incluindo a RFA, só em alguns casos ultrapassou os 2-3%, quando se pretendia um arranque para ultrapassar as sequelas da crise. Mas mesmo no caso do Japão e dos Estados Unidos, verifica-se uma sensível subutilização da capacidade produtiva: 25% e 20%,

respectivamente. Por outro lado, o crescimento económico não passa pelo crescimento das indústrias de transformação, que são indústrias base da economia nacional: nos anos 60 o crescimento anual na indústria de transformação era da ordem dos 6,5%, em 73 de 4,7 por cento, actualmente está praticamente estagnado. Acrescenta-se que mesmo os valores alcançados nos EUA e no Japão, no que respeita ao crescimento económico, foram inferiores às previsões.

No que respeita à propaganda política "deflacionista", que prevê a estabilização da economia travando a alta dos preços e os aumentos salariais, o saldo é o prosseguimento da inflação, que atinge particularmente os géneros de primeira necessidade, e a deterioração dos salários e consequentemente das condições de vida dos trabalhadores. Em Outubro de 1977, os preços estavam, em média, 15 por cento mais elevados do que há um ano. Nos Estados Unidos os preços dos produtos alimentares aumentaram, entre Junho de

72 e Junho de 77, mais de 50%. Nos anos anteriores à crise, nos países capitalistas, o total do número de desempregados representava 2 a 3 por cento da população activa. Actualmente o nível do desemprego ficou-se a um nível que é o dobro do precedente, atingindo, nos países capitalistas industrializados, 17 milhões de pessoas, de que uma grande parte não recebe subsídio de desemprego (55% nos EUA).

ORÇAMENTO CARTER: PRIVILEGIADAS DESPESAS MILITARES

Há poucos dias o presidente Carter apresentou ao Congresso o orçamento para 1978/79. As promessas e os objectivos propostos repetem-se sem que tenham, naturalmente, qualquer credibilidade face à experiência dos anos anteriores: redução por metade da inflação e do desemprego, um crescimento económico geral da ordem dos 5 por cento.

Soma-se também uma promessa de diminuição de 25 milhões de dólares nos impostos ao patronato, que o governo de Carter defende ser necessário para a criação de novos postos de trabalho, ainda que tal prática — corrente — já tenha provado à saciedade não levar ao relançamento da economia, antes alimente a inflação.

Mas o que resalta neste orçamento não são as declarações de princípio e as promessas de rotina. O que resalta é o défice indicado, de 60,6 milhões de dólares, o terceiro maior na história do país. O que resalta é o peso determinante da parte relativa à Defesa, representando um aumento de 3% na despesa real, que será virtualmente destinado ao fortalecimento da NATO.

Numa sociedade em que a instabilidade económica é regra, em que os planos e previsões nunca saem do papel para a vida real, um único elemento estável — perigosamente estável — é confirmado pela realidade: o crescimento das despesas com o armamento. Em 1977, os países da NATO destinaram para fins militares 165 bilhões de dólares. Este ano essa soma irá aumentar novamente.

A política dos monopólios nada tem a ver com as necessidades dos povos.

União Soviética lança «Progresso-1»

No passado dia 22 a União Soviética concretizou mais uma fase do seu Programa Espacial, que funcionou com pleno êxito e veio a abrir maiores perspectivas no âmbito da exploração do espaço extraterrestre.

Desta vez o primeiro de uma nova série de «expressos cargueiros» não tripulados foi enviado para o espaço transportando combustível, equipamento científico e abastecimentos para a estação orbital «Salyut-6», tendo efectuado uma acoplagem perfeita executada por meio de controlos automáticos.

O «Progresso-1» — assim foi denominado o novo engenho — é tão essencial para a exploração espacial como a «Soyuz». Quando a sua carga tiver sido descarregada — processo iniciado pouco depois da acoplagem — será separada da estação «Salyut-6» e reexpedida para a atmosfera terrestre, onde se consumirá, reduzindo assim os elevados custos que comporta o envio de navios normais e aumentando as possibilidades de envio de abastecimentos a estações em órbita, estações essas que são o centro do programa espacial soviético.

Desde modo a União Soviética simplificou extraordinariamente o abastecimento de estações orbitais, o que constituía obstáculo poderoso a este tipo de exploração espacial. A partir de agora tais «laboratórios» extra-terrestres podem ser apoiados e abastecidos da Terra num curto lapso de tempo, facilitando e assegurando a permanência de tripulações que, como a que se encontra a bordo da «Salyut-6» desde 11 de Dezembro, ali se instale na execução de tarefas científicas.

O fascismo na Indonésia

A Indonésia, que vive esmagada sob o jugo fascista do presidente Suharto desde que este subiu ao poder, em 1966, na sequência de um golpe de Estado, foi abalada recentemente por mais uma vaga de violência governamental, que pretende abafar o movimento estudantil de protesto, recentemente desencadeado contra a reeleição do ditador, por mais 5 anos.

Desde 1965 foram assassinadas, na Indonésia e pelas autoridades 500 000 pessoas, que o governo classificou como «comunistas». Esta declaração foi feita pelo próprio ministro da Defesa indonésio. Na remota ilha de Buru estão encarcerados, há 12 anos e sem julgamento, 8500 prisioneiros políticos comunistas, sofrendo as maiores privações. Entretanto o governo libertou no mês passado dez mil dos 29 000 comunistas presos; dos libertados, muitos encontravam-se em precário estado de saúde; os restantes 19 000 deverão ser soltos este ano e o outro, segundo declarações do governo fascista de Djakarta.

A brutalidade e a violência sem limites têm sido características permanentes do governo de Suharto que, para se manter no poder, não tem hesitado em ordenar autênticos genocídios. Debalde. Jamais se consegue amafanhar um povo eternamente e, muito menos, calar a sua capacidade de revolta. Na Indonésia provam-no — embora dramaticamente — os milhares e milhares de presos políticos, as centenas de milhares de vítimas heróicas e as acções de protesto que, cada vez mais veementemente, se fazem sentir no país.

Movimentos para a Paz discutem Desarmamento

Reuniram-se há pouco em Varsóvia e sob a presidência de Romesh Chandra, presidente do Conselho Mundial da Paz, os peritos para a questão do Desarmamento dos Movimentos para a Paz da França, Austrália, Índia, Iraque, RDA, Polónia, RFA, Estados Unidos da América, Suécia, Grã-Bretanha, Hungria e União Soviética.

Os debates foram consagrados à elaboração dum documento definidor da profundidade e importância do Movimento Mundial da Paz nas acções para terminar com a corrida aos armamentos, assim como para a obtenção de um Desarmamento geral e total.

Durante a discussão foi sublinhado que as boas relações entre o Leste e o Ocidente são dum importância fulcral para o progresso do Desarmamento, bem como para a evolução e o reforço do desanuviamento político, o que concorrerá para o desanuviamento militar, defendendo-se ainda o melhoramento de relações entre as duas grandes potências mundiais, que são os Estados Unidos e a União Soviética.

Por outro lado Romesh Chandra, numa entrevista a um jornalista, declarou que durante todo o período de preparativos para a Sessão Especial da ONU, o Movimento da Paz centrou-se no importante objectivo de criar, prioritariamente, um clima internacional adequado para atender aos novos progressos no domínio do Desarmamento. «Estou convencido — acrescentou Chandra — que a Sessão da ONU, que precederá a Conferência Mundial do Desarmamento, proporcionará resultados concretos na via da Paz geral e duradoura».

Raymond Barre visitou a China

Raymond Barre, primeiro-ministro do governo de direita francês, deslocou-se à China Popular na passada semana, numa visita oficial de cinco dias.

Recebido calorosamente pelo governo chinês, Barre apresentou a Hua Kuo-feng, presidente do Partido Comunista da China, um convite de Valery Giscard d'Estaing para Kuo-feng visitar a França. O convite foi aceite e retribuído quando Hua Kuo-feng, na sequência do agradecimento, expressou o desejo de acolher o presidente d'Estaing na RPC «quando ele vir conveniência nisso». Mais cordial disponibilidade não se pode encontrar...

Todavia esta deslocação do governante francês à China não se ficou pela troca de amabilidades entre presidentes. Cinco dias é muito tempo e permite que se faça mais qualquer coisa que contemplar a Muralha da China (monumento, aliás, digno de se ver).

Assim preferiram-se discursos, onde se descobriu que «ambas as nações partilhavam um desejo comum de



independência nacional» e «vontade comum de trabalhar para a paz», o que só lhes fica bem, apesar da prática dos dois países, em matéria de política externa, provar exactamente o contrário (recordem-se, por exemplo, os bombardeamentos que a Força Aérea francesa desencadeou recentemente no Sáhara Ocidental quanto «à luta para a paz» da China estamos conversados: apoio a Pinochet, a mercenários, a fascistas, etc., etc., etc.)

Mas é evidente que os dirigentes chineses não iam perder esta oportunidade para lançar mais algumas provocações à comunidade socialista em geral e à União Soviética em particular, enaltecendo, por outro lado, tudo o que cheire a imperialismo.

Assim e na circunstância o vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping (o tal que foi «reabilitado») afirmou que «a China espera ver o continuado crescimento e reforço da CEE», acrescentando que «confrontada com a agressão e a expansão das superpotências (I), a existência de uma Europa cada vez mais unida e forte é do interesse do povo europeu».

O que é isso de «déficit» da balança comercial soviética com os países capitalistas?

Prosseguindo objectivos políticos, os meios mais reaccionários do Ocidente e certos órgãos de imprensa pretendem demonstrar que a economia soviética estaria atrasada e dependeria da tecnologia ocidental, exagerando factos relativos ao endividamento da URSS em relação aos países capitalistas.

Esses meios desenvolvem a tese de que o défice da balança comercial soviética, em relação ao Ocidente, confirma a não-competitividade e a ausência de mercadorias soviéticas convenientes para a exportação, assim como as dificuldades do seu escoamento.

Segundo as estatísticas, o volume das exportações soviéticas para os países ocidentais mais do que triplicou de 1970 a 1976. Em 1976, só em 9 meses, os fornecimentos de mercadorias soviéticas a estes países aumentaram 33,1% em relação ao período correspondente do ano precedente. Não provará isto que as mercadorias soviéticas são procuradas e que existem possibilidades de o seu escoamento para os mercados ocidentais? Além

disso, sabe-se que a produção da União Soviética representa actualmente 20% da produção industrial mundial, o que confirma as suas possibilidades de exportação.

O que é que pode então explicar o défice da balança de comércio externo soviética? Com efeito, nestes últimos tempos, a balança do comércio externo com os países capitalistas acusou um saldo positivo. Assim, em 1975, o défice foi de 3,6 bilhões de rublos; para o período Janeiro-Outubro de 1976 foi de 2,5 bilhões de rublos; e de Janeiro a Junho de 1977 foi de 1,38 bilhões de rublos.

As relações económicas da URSS com os países ocidentais, baseadas no princípio das vantagens recíprocas, têm hoje uma ampla envergadura e um carácter durável. No decurso destes últimos anos, o número de acordos comerciais assinados pela União Soviética para um período de 10 a 15 anos aumentou consideravelmente.

O défice explica-se em grande medida pelo facto de a URSS utilizar cada vez mais largamente, nas suas relações com os países capitalistas, os

acordos a longo prazo e de grande envergadura, que prevêm o fornecimento a crédito de bens de equipamento. Este fenómeno repercute-se, naturalmente, no sector de importações da balança comercial. O reembolso do crédito far-se-á com os fornecimentos de exportações de uma parte das mercadorias que serão produzidas pelas empresas, depois da sua entrada em funcionamento. Em virtude destes acordos compensatórios com a França, a RFA, a Itália, o Japão, os Estados Unidos e outros países, mais de 60 empresas industriais, com um valor de vários bilhões de rublos, estão actualmente em construção na URSS. A compra de equipamentos a crédito não implica qualquer fraqueza económica ou financeira da URSS. Os créditos tornaram-se, como se sabe, um importante meio para se utilizar mais eficazmente as vantagens da divisão internacional do trabalho e um dos principais elementos das relações comerciais e económicas entre diferentes países. Além disso, mais de 70% dos fornecimentos

mundiais de máquinas e equipamentos são efectuados a crédito, o que, como reconhece a Comissão Económica da ONU para a Europa, é universalmente admitido na prática internacional.

As dimensões consideráveis dos fornecimentos a crédito levam a um atraso provisorio nos pagamentos previstos logo de início, o que reduz na superioridade das importações em relação às exportações. Isto é, vários anos separam o momento da importação dos equipamentos e o do começo das exportações das novas empresas. Assim a balança comercial reflecte presentemente a primeira metade da maior parte dos acordos a longo prazo, a parte das importações.

O monopólio do comércio externo permite ao Estado socialista regular de maneira planificada a relação entre as exportações e as importações, no interesse do desenvolvimento dinâmico da economia, acotando para isso uma perturbação provisória da balança comercial para em seguida suprimir essas distorções.

Para provar a solvabilidade

ENCONTRO DE QUADROS DO PCP EM ÉVORA, NO PRÓXIMO DOMINGO

No próximo domingo, dia 29, realizar-se-á em Évora o Encontro de Quadros do PCP dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal no qual serão discutidas algumas tarefas que se colocam no sector da Reforma Agrária no actual contexto político.

Neste encontro promovido pela Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP participarão 200 camaradas das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos cinco distritos e membros do Partido das Comissões Concelhias e distritais, da DORA e do Comité Central.

Este encontro, que tem vindo a ser preparado pela organização do PCP nos respectivos distritos, fará o ponto da ofensiva do Governo e da reacção contra a Reforma Agrária e das tarefas que se colocam ao PCP e aos trabalhadores na sua luta pela defesa desta fundamental conquista das massas populares. Neste sentido serão tratados os seguintes temas:

- Situação actual da ofensiva contra a Reforma Agrária;
- Reforço da organização nas UCPs e Cooperativas Agrícolas: dificuldades existentes e quadros;
- Situação económica e financeira nas UCPs e Cooperativas e medidas para o aumento da produção e rendimento por hectare;
- O reforço e o papel dos secretariados concelhios

e distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas e a criação de novas estruturas económicas;

- Situação política.

Sallentando a importância da realização deste encontro no limiar do novo ano, a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, afirma:

«1978 será um ano de luta em defesa da Reforma Agrária, para que pare a ofensiva contra as UCPs e Cooperativas, contra os pequenos e médios agricultores, pela suspensão da Lei Barreto;

«Um ano de luta pela abertura do crédito, a curto, médio e a longo prazo e com juros adequados;

«Um ano que exige um grande esforço para aumentar a produção e a produtividade nas UCPs e Cooperativas Agrícolas e em toda a agricultura portuguesa;

«Um ano em que é preciso reforçar os laços de amizade e de cooperação entre os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores.

«Um ano em que será preciso barrar o caminho à reacção, ao divisionismo e oportunismo esquerdista e ao oportunismo de direita, reforçando a unidade de todos os trabalhadores e a sua organização, combatividade e vigilância revolucionária;

«1978 será um ano de luta em defesa da Reforma Agrária e das outras conquistas de Abril, da Constituição e da Democracia, rumo ao Socialismo.»

O CORTE DE CRÉDITO: QUEM DEVE A QUEM?

No artigo «O Corte do Crédito: Quem deve a quem», publicado no «Avante!» do passado dia 12 de Janeiro, alguns números referentes às dívidas das UCPs ao Crédito Agrícola de Emergência saíram grialhados. Pelo que, desculpando-nos perante os nossos leitores, publicamos a seguir a redacção correcta referente à situação quanto a dívidas ainda não liquidadas ao CAE e quanto ao volume de investimentos realizados em alguns concelhos do distrito de Beja:

Concelho de Mértola: as dívidas ao CAE somam 33 547 contos; o volume de investimentos é de 50 720 contos;

Concelho de Odemira: as dívidas das UCPs ao CAE atingem 26 840 contos; o montante dos investimentos é de 40 590 contos;

Concelho de Serpa: as UCPs devem ainda ao CAE, 78 342 contos; o volume de investimentos é de 74 940 contos;

Concelho de Aljustrel: as dívidas ao CAE são de 16 853 contos; o montante de investimentos nas Cooperativas e UCPs é de 25 480 contos;

Concelho da Vidigueira: o volume de investimentos é de 31 180 contos enquanto as dívidas ao CAE são de 41 178 contos;

Concelho de Beja: 45 591 contos de dívidas ao CAE; 57 650 contos de investimentos;

Concelho de Moura: 60 885 contos de dívidas ao CAE; 53 680 contos de investimentos;

Concelho de Ferreira do Alentejo: 13 477 contos de dívidas ao CAE; 27 410 contos de investimentos;

Concelho de Alentejo/Cuba: o montante de dívidas ao CAE é de 27 607 contos e o volume de investimentos realizado nas UCPs e Cooperativas é de 51 200 contos.

Concluindo, no distrito de Beja, nestas UCPs as dívidas ainda não liquidadas ao CAE somam 353 122 contos. Entretanto, o volume de investimentos realizados por estas UCPs unicamente em gados, maquinaria, benfeitorias e outros, atingem 412 650 contos!



A mesa que dirigiu os trabalhos do 1.º Encontro de Quadros

Organismo do Trabalho Camponês da DORL

CONCLUSÕES DO 1.º ENCONTRO DESPERTAM ENTUSIASMO

Estão a despertar vivo interesse entre os pequenos e médios agricultores, as conclusões do 1.º Encontro de Quadros do Organismo de Trabalho Camponês da DORL, que se realizou no passado dia 15 em Sobral de Monte Agriço e cujos trabalhos foram presididos pelo camarada António Anacleto, pequeno agricultor de Alenquer.

Entre os aspectos mais importantes destas conclusões que suscitam o apoio das várias camadas do campesinato na medida em que dizem directamente respeito aos seus problemas concretos, incluem-se as questões relativas à comercialização dos produtos agrícolas sobre as quais, o 1.º Encontro de Quadros do Organismo do Trabalho Camponês concluiu:

«Os preços dos principais produtos agrícolas devem ser fixados antes do início das sementeiras mediante prévia discussão com os representantes dos pequenos e médios agricultores.

«Os pequenos e médios agricultores devem procurar organizar-se em cooperativas de comercialização para em conjunto se abastecerem de factores de produção (adubos, rações, sementes, pesticidas, etc.) e venderem os seus produtos no mercado;

«Passagem dos ex-Grémios da Lavoura para Cooperativas de Comercialização ao serviço dos pequenos agricultores e com direcções eleitas por estes.

«O preço do vinho a pagar aos produtores deve ser anualmente negociado entre o governo e os pequenos e médios agricultores organizados nas suas associações de classe, com inclusão obrigatória do Secretariado das Ligas do Oeste por ser a Estremadura a maior região de produtores de vinho do país. A falsificação do vinho deve ser rigorosamente reprimida com pesadas penas para os falsificadores e os cangandueiros.

«Os preços de leite devem ser imediatamente actualizados em função dos elevados aumentos dos factores de produção (adubos, gasóleo, rações, etc.), devendo participar na discussão dos novos preços os pequenos e médios agricultores da Estremadura representados pelo Secretariado das Ligas.

«O fornecimento de adubos e de rações produzidas por empresas nacionalizadas deve ser feito de forma organizada e planificada, com abandono das práticas concorrenciais entre empresas, ainda em uso devendo os seus produtos ser fornecidos em primeiro lugar às Cooperativas agrícolas de comercialização e só a parte restante aos intermediários.»



Notícias dos campos

Avança a campanha contra despedimentos lançada pelo MARN

Lançando a campanha contra os despedimentos injustos de rendeiros por parte dos senhorios ricos, o MARN tem vindo a incentivar diversas reuniões no Norte e nas Beiras, denunciando como em virtude da nova Lei sobre Arrendamento Rural da autoria do PPD/PSD e apadrinhada pelo CDS e pelo PS, os rendeiros não vêm garantida a estabilidade de trabalho e vida assegurada pelo Artigo 101.º da Constituição.

«Nós podemos dizer que, desde o início da Lei 76/77, os senhorios ricos agarram-se aos artigos 17, 18 e 19 e têm posto em prática todo o seu ódio, que revelam contra nós rendeiros. Despedem-nos a torto e a direito, negam-se a receber as rendas ou negam-se a passar os respectivos recibos para terem pretextos para nos despedirem — alerta o comunicado do MARN

Alguns meses após a publicação da Lei 76/77 são inúmeros os casos de violência e despedimentos injustos e arbitrários. Os senhorios ricos são movidos, para estas acções, pela ânsia de se vingarem contra os rendeiros que exigem o respeito pelos seus direitos. Afirmamos que os senhorios são movidos pelo ódio e vingança, pois têm outras terras em pousio ou não necessitam das terras arrendadas para a sua subsistência».

A concluir, afirma o comunicado do MARN:

«Para que a nossa agricultura siga o caminho do progresso, nós precisamos de saber que a nossa permanência nas explorações que trazemos arrendadas não corre perigos. O nosso trabalho e a nossa vida não podem ficar à mercê da vontade dos senhorios. Nos casos

de despedimento tem sempre que se ter em conta a nossa situação como rendeiros, não nos roubando a alimentação e olhando para todos os sacrifícios que passamos na labuta dos campos.

«Nós rendeiros queremos um regime de arrendamento justo, não queremos ser despedidos a bel-prazer dos senhorios. Por isso, exigimos a revogação dos Artigos 17.º, 18.º e 19.º da Lei 76/77, como já afirmámos em várias realizações do MARN — Beiras, nomeadamente na nossa Assembleia Geral.

«Nós rendeiros queremos um unidos como os dedos das mãos, iremos lutar pelos nossos direitos, iremos lutar pelos direitos perdidos com a lei em vigor, iremos lutar contra as arbitrariedades dos senhorios ricos.»

para uma situação ainda mais difícil do que aquela em que se encontram», constitui um factor comum aos produtores de batata de norte a sul do País assim como a necessidade urgente de escoamento dos milhares de toneladas que se encontram em riscos de ficarem impróprias para consumo.

Milhares de toneladas de batatas apodrecem pelo País

Com a maior parte da batata que produziram a apodrecer em casa e a restante a ser paga pela Junta Nacional de Frutas a um preço que está longe de ser compensador, agravam-se os problemas dos pequenos e médios produtores. Daí o descontentamento que alastra pelo País entre os produtores de batata. Considerando que o preço pago

pela Junta (5\$20 o quilo) «é de miséria», não compensando sequer o aumento dos custos de produção (adubos, gasóleo, pesticidas, etc.), em várias zonas, os produtores movimentam-se exigindo o imediato escoamento da batata e a subida do preço que lhes é pago, para 6\$70 o quilo. A reclamação de «um preço justo por forma a não serem empurrados



Nas UCPs e cooperativas, os trabalhadores administram o seu trabalho, aumentam a produção e recebem os seus salários, mesmo face à sabotagem do MAP

MAIS DE 44 MIL CONTOS RECEBIDOS PELOS AGRÁRIOS ATÉ SETEMBRO DE 1977!

Exemplo flagrante de como o MAP tem vindo a esbanjar o dinheiro do povo é a concessão de subsídios aos agrários, autêntica recompensa ao parasitismo, ao boicote económico e à sabotagem política a que estes lançaram mão depois do 25 de Abril com a mesma diligência com que antes haviam servido o regime fascista, explorando os trabalhadores e descapitulando a agricultura.

Meio de sangria dos dinheiros do Estado, sob a cumplicidade do ex-1.º Governo Constitucional e sob o quase acordo das forças reacçãoárias que só não aplaudem totalmente porque desejam «mais e mais», a concessão de subsídios aos agrários totalizou até Setembro de 1977, a «médica» quantia de 44 736 300 \$00! Mais de 44 000 contos foram assim para as mãos dos agrários por obra e graça dos senhores Barreto e Portas!

Os senhores agrários do distrito de Portalegre receberam pouco mais de 7000 contos; quantia semelhante, um pouco mais elevada, coube aos agrários de Beja, enquanto os de Évora receberam mais de 11 000 contos, os de Lisboa mais de 14 000 contos, os de Santarém 848 contos.

Poder-se-á argumentar, dizendo que estes subsídios têm vindo a ser concedidos dentro da «legalidade» pois são regulamentados pelo Decreto-Lei 489/76 de 22 de Junho de 1976. Mas, na realidade, o citado decreto-lei nem sequer tem vindo a ser respeitado. Impondo a concessão de subsídios aos agrários cujas terras tivessem sido expropriadas ou nacionalizadas, ou que se encontrassem ocupadas sendo por lei expropriáveis, «e que retirassem predominantemente da exploração agrícola desses prédios, os seus meios de subsistência, encontrando-se em consequência daqueles actos destituídos ou insuficientemente providos daqueles meios», o Decreto-Lei 489/76, desde a sua aplicação, foi escandalosamente violado na medida em que dois terços dos subsídios foram atribuídos sem respeito pelo estipulado na lei: na maior parte dos casos, foi estabelecida e reconhecida situação de «manifesta carência» a agrários que possuem muitos outros bens, quer em prédios urbanos, quer em prédios rurais não sujeitos a expropriação, e detendo chorudos depósitos bancários. Estão neste caso, entre muitas outras, as famílias Torres Vaz Freire, Vila Boas, Mexia, Dias Coutinho.

Acrescente-se que com a aprovação da Lei Barreto, sem que o Decreto-Lei 489/76 tenha sido revogado, os senhores agrários recebem simultaneamente subsídios e reservas. Situação aliás, já corrente antes da aprovação da Lei Barreto a que esta vem dar foros de legalidade, entendendo-se por tal o critério de «legalidade» da política de recuperação capitalista prosseguida pelo ex-Governo PS sozinho...

É dentro do critério de recuperação dos latifúndios e do capitalismo que somam e seguem os subsídios aos agrários, atingindo verbas exorbitantes. Entretanto, é cortado pelo MAP o Crédito Agrícola a mais de 100 UCPs

e Cooperativas, sobre o número de desempregados, nas autarquias as carências avolumam-se sem que lhes venha outro socorro a não ser o do dinamismo de determinados elementos e o sacrifício e participação das populações. Os milhares de contos que alimentam o luxo dos agrários, que representam combustível sustentando a máquina da reacção, representam dinheiro que poderia e deveria ser investido ao serviço do povo. Mas como viveriam então os Lince Uva, os Sousa Uva, os Gama Berquó, os Ribeiro Telles, os Falcão Duarte, os Dias Coutinho, os Gama Serra, os Gama Minas, os Bagulhos, os Barradas Curvo, os Barradas de Carvalho, os Nunes Mexia, os Freixos, os Mira, os Nunes Barata, os Palmas, os Palma Cano e tantos outros?

De quanto custaram ao Povo português até Setembro de 1977 estes senhores, dão-nos ideia os seguintes números:

CERCA DE 500 CONTOS PARA A FAMÍLIA LINCE UVA E O MAIS QUE SE SEGUE...

Seis elementos da família Lince Uva, de Setúbal receberam, no ano passado e contando apenas até Setembro último, 535 500 \$00 ou seja mais do que 100 salários mínimos nacionais; exceptuando um destes elementos, que recebeu 25 500 \$00, todos os outros arrecadaram 102 000 \$00...

A família Sousa Uva, de Lisboa recebeu na pessoa de 5 elementos mais de 416 contos. Além de diversos prédios rurais, «elementos desta família são importantes industriais em S. Brás de Alportel, assim como industriais de conservas de peixe e armadores de pesca de sardinha em Vila Real de Santo António e Matosinhos,

participavam no ramo de seguros (Companhia Tagus), têm lavras de salinas em Tavira etc. E encontram-se directamente aparentados a outras poderosas famílias de industriais e agricultores, como são algumas de Alcácer do Sal e entre estas a Serra Lince e a Ramirez.»

Da família Gama Berquó, de Santarém, quatro membros vivendo todos na mesma casa receberam precisamente 40 800 \$00...

Quando a três familiares Ribeiro Telles também de Santarém receberam 204 000 \$00. Aos Falcão Duarte caberiam, entretanto, 306 000 \$00. Um deles, o senhor Jacinto Manuel Falcão Duarte, que recebeu só à sua conta 102 000 \$00, deve ao Banco Português do Atlântico mais de 7000 contos e ao Banco Nacional Ultramarino mais de 4000 contos. Este mesmo senhor era ainda sócio de uma empresa, a AGRILAT, cuja dívida ao Banco Português do Atlântico é de mais de 2000 contos... Outro elemento ligado à mesma família deve ao Banco Português Ultramarino, ao Banco Português do Atlântico e à Caixa Geral dos Depósitos mais de 2000 contos!

Em Portalegre, somente à família Dias Coutinho (a 4 membros) couberam 263 000 \$00; aos Gama Serra (4 membros) 378 000 \$00; aos Gama Minas 208 000 \$00, (nesta família tem vindo a ser entregues reservas); aos Bagulhos, 510 000 \$00; aos Barradas Curvo, 306 000 \$00; aos Barradas de Carvalho 229 500 \$00.

Em Évora, grossa fatia dos subsídios 306 000 \$00 foi para os bolsos de três membros da família Mexia, que, para além de prédios rurais, está ainda ligada a empresas industriais. Recorde-se que um dos membros desta família foi deputado à Assembleia Nacional fascista e todos são conhecidos no Ribatejo

e Alentejo pelo bem-servir ao regime deposto.

Ainda no mesmo distrito caberiam à família Torres Vaz Freire, 421 000 \$00, (três dos cinco elementos bafejados com estes subsídios receberam ainda retroactivos de Agosto a Setembro pelo Banco de Portugal num total de mais de 119 contos), 399 000 \$00 à família Mexia de Almeida; 263 500 \$00 à família Mira; 696 000 \$00 à família Cabral da Silveira com um subsídio de 102 000 \$00 e terras; o de João Cabral Nunes Barata com igual subsídio de 102 000 \$00 e terras no Paço de Cima em Mora.

Em Beja, os grandes beneficiados pelo MAP foram as famílias Madeira Palma e Seixas Palma, além de Palma Cano agrário que recebeu reserva e ainda 102 000 \$00. Dois elementos da família Madeira Palma, habitando na mesma residência, receberam 135 000 \$00 enquanto outros quatro elementos ligados à família Seixas Palma receberam 204 000 \$00. Este constitui mais um exemplo do que foi a política do PS sozinho... Como os trabalhadores estão conscientes nada de melhor, antes pelo contrário, há a esperar do PS mal acompanhado, do PS de braço dado com o partido mais digno das tradições fascistas, o CDS. Mas a par destas dificuldades que se avizinhm, uma certeza está patente por todo o País, nos locais onde as massas vivem e se movimentam: a da unidade dos trabalhadores que se fortalece, das vontades que não fraquejam, da esperança feita impulso de luta de que a reacção não sairá vitoriosa.



«Além da festa e do lanche e dos chocolates, as crianças de Serpa receberam livros e cadernos por iniciativa da Comissão Cultural da UCP «Margem Esquerda»

Na UCP «Margem Esquerda» de Serpa as crianças tiveram a sua festa mas a reacção não gostou...

«Os trabalhadores não precisam da bondade fingida dos senhores agrários que faziam no tempo do fascismo, as suas festas de caridade e os seus chás, oferecendo aos filhos dos trabalhadores aquilo que lhes sobrava, bolinhos e farrapos que tinham sido comprados com o fruto do seu trabalho e da exploração feita aos mesmos trabalhadores».

Estas as palavras de trabalhadores da UCP «Margem Esquerda» em Serpa que, a 31 de Dezembro último, realizou uma festa para as crianças filhas da terra por, iniciativa da Comissão Cultural da UCP.

Cerca de duzentas crianças participaram alegremente na festa da «Margem Esquerda» durante a qual foi oferecido um lanche e foram distribuídos chocolates, balões e livros. A alegria das crianças de Serpa só é possível de

imaginar por aqueles que não viveram em tempos de ter infância...

Mas a reacção local não gostou e aproveitou a iniciativa para lançar calúnias sobre os trabalhadores, afirmando que a UCP não tinha dinheiro para pagar salários mas que para festas não faltava.

A este respeito, trabalhadores da «Margem Esquerda» afirmam: «Não nos interessa saber o que esses senhores pensem, mas aos trabalhadores que se deixaram enredar por essas calúnias esclareçamos: a festa foi possível com o dinheiro que se arranhou com a venda de autocollantes, com as ofertas feitas pelas casas comerciais e industriais que nos fornecem e ainda com ofertas individuais de alguns amigos. E os ranchos que fizeram o favor de actuar na festa não receberam

qualquer importância.»

Ainda por iniciativa de alguns trabalhadores comunistas e com a participação de trabalhadores socialistas, antes da meia-noite do dia da festa infantil, realizada no fim de ano, formou-se uma caravana que percorreu as ruas de Serpa com aparelhagem sonora tocando e cantando músicas revolucionárias e desejando um feliz ano novo para todos os trabalhadores, pequenos comerciantes, pequenos agricultores e pequenos industriais e visitando os doentes do hospital local. Esta acção também parece não ter merecido naturalmente o aplauso dos reacçãoários locais. Isto porque a alegria, as provas de confiança no futuro, mesmo quando este se não apresenta fácil, não agradam jamais aos que desejariam ver o povo trabalhador novamente explorado e oprimido.